

Revista da Extensão

Set. 2024 / n. 29

ISSN 2238-0167

E-ISSN 2764-5525

Entrevista com

Raquel da Silveira

O abrigo humanitário na ESEFID/UFRGS: o processo de acolhimento de pessoas atingidas pelas enchentes de maio de 2024

Atuação de uma equipe de resgates do IPH no desastre climático de 2024 na Região Metropolitana de Porto Alegre

Ação Psico & Social: a efetivação de um espaço de cuidado no abrigo da ESEFID durante a situação de calamidade do RS

Cozinhas-Território: espaços de convergência social e comunitária

Posto avançado do Hospital de Clínicas Veterinárias no abrigo da ESEFID: Relato de experiência

Rodo solidário - Design emergencial: fabricação universitária em massa para auxílio à limpeza pós-enchente

Resistir e reexistir em meio às águas: sobre vídeos educativos na e após a enchente de Porto Alegre de 2024

A crise de medicamentos na enchente de meio de 2024 e a atuação da Faculdade de Farmácia

A importância do médico veterinário e de projetos de extensão universitária no acolhimento de equinos resgatados da enchente de 2024 - Relato de experiência

Projeto de promoção de saúde de mulheres em abrigos atendidos pela FAMED-HCPA

A Extensão vista de perto

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Edição Especial



Apresentação

Esta edição da Revista da Extensão que chega até você, a de número 29, apresenta a Extensão Universitária da UFRGS em sua essência e protagonismo em Atividades que atuaram e ainda estão atuando na linha de frente ao enfrentamento da emergência climática que assolou o nosso estado nos últimos meses.

Nesse cenário, a Extensão Universitária foi presença permanente em abrigos, casas de acolhimento e comunidades, prestando atendimento em saúde e bem-estar, amparo e acolhimento, assessoria jurídica, além de muitas outras frentes.

Num momento tão delicado e, ao mesmo tempo, tão desafiador, a Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS atuou na articulação e no fomento às Atividades de Extensão para que pudéssemos reforçar o nosso compromisso acadêmico por uma formação integral e cidadã, pautada no impacto na formação do estudante e na transformação social, propiciadora do desenvolvimento social e regional, e de aprimoramento das políticas públicas.

Neste momento, duas iniciativas importantes foram: a Extensão UFRGS em Rede: SOS RS e o Edital de Fomento à Inserção Curricular para Enfrentamento da Calamidade Pública no RS. A Extensão UFRGS em Rede: SOS RS foi criada pela PROEXT para realizar a articulação, divulgação e busca de fomento para ações com atuação direta no combate ao estado de calamidade no RS. A constituição dessa rede visou fortalecer a Extensão da UFRGS, para intensificar os esforços em prol do acolhimento das comunidades e reconstrução do Estado. Foram 144 Atividades de Extensão mapeadas, com o envolvimento direto de mais de 1.500 pessoas da comunidade acadêmica da UFRGS, entre discentes, docentes e técnicos. Visando fomentar esta Rede, entre outros, em menos de duas semanas após a enchente, a PROEXT criou o Edital de Fomento à Inserção Curricular. A busca deste recurso foi uma forma de valorizar e fortalecer a prática extensionista das Atividades que estavam atuando no enfrentamento dessa crise. Todas as 144 Atividades de Extensão que cumpriram os pré-requisitos do Edital foram contempladas com até bolsas por até dois meses de duração.

E, por meio desta edição, você poderá conhecer melhor muitas destas Atividades tão importantes durante o período de crise e agora na reconstrução do nosso Estado. Desejamos uma ótima leitura e que as iniciativas aqui apresentadas motivem ainda mais o papel transformador da Extensão Universitária comprometida com transformação da realidade social, com a (re)construção do presente e a edificação de um futuro mais justo e equitativo.

Eduardo Cardoso

Pró-Reitor de Extensão

Editorial

Revista
da Extensão

Trazemos nesta edição nº 29 da Revista da Extensão da UFRGS alguns trabalhos convidados que relatam a atuação universitária frente à situação emergencial provocada pelas enchentes de maio de 2024 no estado do Rio Grande do Sul. Temos conhecimento de muitos outros esforços e ações de grande valor no enfrentamento dessa tragédia. E há ainda tantos outros que desconhecemos, mas sabemos que existem. Aproveitamos, portanto, a oportunidade para incentivá-los a relatar seus projetos, ações e experiências extensionistas no formato de artigos e submetê-los para publicação nesta revista.

Essa atuação extensionista universitária não ficará restrita a este período emergencial que vivenciamos, mas deverá ser cada vez mais presente e perene nos próximos meses e anos. Não é pelo fato de a tragédia não estar mais nas mídias sociais e jornalísticas, e por não termos mais informações a respeito, que significa que já está tudo resolvido e que voltamos à “normalidade”. Pelo contrário, passamos pelo período do susto e da reação imediata aos fatos acontecidos, dos salvamentos de vidas e patrimônios, do acolhimento e da solidariedade. Foi o período emergencial, com uma atuação mais assistencialista. Porém, agora é o período da reconstrução (de vidas e patrimônios). Agora é o principal momento em que as universidades precisam trazer seu conhecimento e recursos humanos (servidores e discentes) para atuar de forma dialógica com a sociedade que se encontra além dos nossos muros. Terão ações assistencialistas, mas também deve haver ações de capacitação, de multiplicação, de assessoria, de diálogo para uma reconstrução viável, sustentável, justa e que minimize os riscos de futuras tragédias similares.

Na indissociabilidade entre as atuações em ensino, pesquisa, extensão, inovação e prestação de serviços, a universidade brasileira e, principalmente, a universidade gaúcha deve assumir seu protagonismo perante este momento de reconstrução do estado do Rio Grande do Sul pelos próximos anos. E contribuir para que tragédias, quase que anunciadas, como esta, não voltem a acontecer ou pelo menos tenham um impacto menor em nossas vidas.

Boa leitura!

Renato P. Ribas

Editor



Sumário

Entrevista com
Raquel da Silveira

04



O abrigo humanitário na ESEFID/UFRGS:
o processo de acolhimento de pessoas atingidas
pelas enchentes de maio de 2024

08



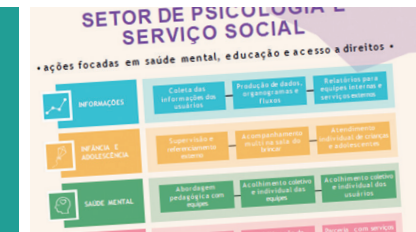
Atuação de uma equipe de resgates do IPH
no desastre climático de 2024 na
Região Metropolitana de Porto Alegre

18



Ação Psico & Social: a efetivação de um espaço
de cuidado no abrigo da ESEFID durante
a situação de calamidade do RS

24



Cozinhas-Território: espaços
de convergência social e comunitária

34



Posto avançado do Hospital de Clínicas Veterinárias no
abrigo da ESEFID: Relato de experiência

43



Rodo solidário - Design emergencial:
fabricação universitária em massa para auxílio
à limpeza pós-enchente

52



Resistir e reexistir em meio às águas:
sobre vídeos educativos na e após a enchente
de Porto Alegre de 2024

63



A crise de medicamentos na enchente
de meio de 2024 e a atuação
da Faculdade de Farmácia

70



A importância do médico veterinário e de projetos
de extensão universitária no acolhimento
de equinos resgatados da enchente
de 2024 - Relato de experiência

76



Projeto de promoção de saúde de mulheres
em abrigos atendidos pela FAMED-HCPA

83



Entrevista com Raquel da Silveira

Entrevista: Renato P. Ribas
Fotos: Camila Rocha
Revisão: Nicole Maciel dos Passos

Revista da Extensão: Quem é a professora Raquel da Silveira? Nos fale um pouco de você.

Professora Raquel da Silveira: Sou formada em Educação Física pela UFRGS, fiz o mestrado e doutorado em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH), também na UFRGS, sendo que, um ano dos estudos do doutorado, realizei na Université Paris Nanterre (França). Ingressei como professora do ensino superior na Universidade Federal de Rio Grande (FURG) para atuar na área das Lutas, uma vez que na infância e adolescência fui praticante de karatê-do, chegando a ser faixa preta. Após 9 anos e 6 meses atuando na FURG, ingressei na UFRGS em 2018 como docente para atuar na área do Lazer. Conheci o Lazer como área de intervenção e de pesquisa no meu primeiro semestre como estudante, quando o professor Marco Paulo Stigger iniciou um projeto de pesquisa sobre o Parque Farroupilha e começou a investigar o Jogo da Bocha que acontece neste parque.

Revista da Extensão: Como tem sido sua carreira na UFRGS (projetos, atuações, envolvimento com a extensão universitária)?

Professora Raquel da Silveira: Desde que ingressei na UFRGS, venho atuando na área do ensino, pesquisa, extensão e gestão. No ensino, tanto na graduação quanto na pós-graduação (PPGCMH), atuo em disciplinas e estágios na área do Lazer. Na pesquisa, coordeno, junto com os colegas Marília Martins Bandeira e Mauro Myskiw, o Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF), onde desenvolvemos pesquisas sobre temas diversos, dentre

eles o Lazer. Um exemplo de pesquisa que está sendo finalizada neste mês é a da mestranda Janaína Fontes de Oliveira, que investigou o Lazer de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, ou seja, em abrigos mantidos pela Fundação de Proteção Especial do Estado do Rio Grande do Sul (FPE). Em relação à extensão, após alguns meses que ingressei na UFRGS, reativei o projeto criado pelo professor Mário Brauner, “Basquete Comunitário”, que neste ano completou 26 anos de existência.

Este projeto consiste em ofertar um espaço de lazer para adultos, a partir do jogo de basquete. Ele acontece no Ginásio 1 da ESEFID nas segundas e sextas-feiras, das 19h30 às 21h30. No ano de 2023, participaram do projeto mais de 600 pessoas de diferentes bairros e com distintos marcadores sociais (classe social, étnico-racial, gênero, sexualidade), sendo uma média de 50 pessoas por noite. O significado deste projeto para os/as ‘basqueteiros/as’, para além de garantir um espaço adequado, com segurança, gratuito, com organização dos jogos, refere-se à rede de sociabilidade, confiança e amizades que o projeto proporciona.

A gestão universitária também passou a compor meu cotidiano na UFRGS. Para além de inúmeras comissões internas da ESEFID, participei de duas gestões da CPPD (Comissão Permanente de Pessoal Docente) e fui chefe do Departamento de Educação Física, Fisioterapia e Dança em 2022/2023. Considero essas atuações fundamentais e atreladas à minha responsabilidade de manter esta universidade comprometida com os princípios democráticos, pública, gratuita, ampliando o seu acesso, garantindo a permanência e a qualidade

de suas ações.

Revista da Extensão: Como foi o seu envolvimento com o Abrigo ESEFID-UFRGS durante as enchentes do mês de maio?

Professora Raquel da Silveira: No sábado, 4 de maio de 2024, às 6 horas da manhã, recebi mensagens no WhatsApp de dois pró-reitores solicitando que eu entrasse em contato com a direção da ESEFID para abrirmos o campus, uma vez que ele seria um abrigo para as pessoas que estavam sendo resgatadas da enchente. Eram 7 horas da manhã quando a diretora da ESEFID, Luciana Paiva, e o vice-diretor, Rogério Voser, estavam recebendo os ônibus que chegavam com as pessoas, seus animais de estimação e alguma sacola ou mochila para se abrigarem na ESEFID.

Deste momento em diante, formou-se uma grande rede de solidariedade para atender às necessidades básicas e urgentes destas pessoas e animais. Eram tantas pessoas querendo ajudar e realizando doações que, durante o sábado e o domingo, teve que se fechar a rua em frente à ESEFID para organizar o trânsito, que ficou congestionado. Com o passar das horas, identificamos a necessidade de iniciar um processo também de organização das ações, recebimento de doações e voluntários. Assim, passei a me envolver diretamente nessa organização e, juntamente com a professora Andréa Krüger Gonçalves, começamos a desenvolver fluxos de trabalho e de gestão no abrigo. Minha tarefa foi estar em diálogo com a direção da ESEFID e os diferentes setores que foram sendo criados para atender às necessidades das mais de 650 pessoas que fizeram da ESEFID a sua casa.

Revista da Extensão: Por favor, nos conte um pouco como era a organização do Abrigo ESEFID-UFRGS.

Professora Raquel da Silveira: Institucionalmente, a responsabilidade do abrigo foi da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, na pessoa da Secretária de Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ), Ana Paula Bastos. A UFRGS assumiu a corresponsabilidade do abrigo, a partir da Pró-Reitora de Assuntos Estudantis (PRAE), Ludymila Schulz Barroso Mallmann, e da Direção

da ESEFID, Luciana Laureano Paiva e Rogério da Cunha Voser. Foi criado um grupo de voluntariado via WhatsApp, coordenado por 12 alunos/as e ex-alunos/as da UFRGS, que tinha mais de 1300 pessoas, as quais, conforme suas disponibilidades, eram escaladas para atuar nos diferentes turnos e setores.

Foram estabelecidos 15 setores: rouparia, portaria, alimentação dos voluntários, volantes, RU (Restaurantes Universitários), ação com bebês, movimenta ESEFID, infâncias, doações, turno madrugada, higiene, compostagem, infraestrutura, saúde e segurança. Nas primeiras semanas, chegamos a ter mil pessoas trabalhando voluntariamente em 24 horas de abrigo. Após, com determinadas necessidades já atendidas, fluxos estabelecidos e funções apreendidas pelo voluntariado, esse número foi reduzindo. O abrigo durou 55 dias e tenho certeza de que foi uma das maiores ações humanitárias que esta universidade fez em sua história.

Revista da Extensão: Poderia nos relatar alguns fatos e histórias vivenciadas neste período de funcionamento do Abrigo?

Professora Raquel da Silveira: Foram muitas as experiências que pude viver nesses 55 dias. Poder ajudar naquele momento tão difícil para todos(as) nós do Rio Grande do Sul, mas, especialmente, tão doloroso para as pessoas que estavam abrigadas na ESEFID. Foi uma tarefa complexa, com um misto de sentimentos e que só foi possível devido a um grande trabalho coletivo.

Esta coletividade é um dos fatos que me marcou. Pude trabalhar ao lado de professores(as) aposentados(as) que fizeram parte da minha trajetória e estavam atuando como voluntário(a)s, conheci e atuei ao lado de colegas de outras unidades da UFRGS que dificilmente eu acessaria, acompanhei estudantes assumindo protagonismos em ações de maneira exemplar, vi a comunidade ao redor da ESEFID participando do voluntariado e demonstrando afeto e comprometimento com o abrigo. Entre as idas e vindas de voluntários, pude em alguns dias compartilhar essa ação com os meus pais, Jusara e Daltro, o que foi muito especial.

Em relação às pessoas que estavam na situação do

abrigo, pude acompanhar muitas histórias de vida. Meu dia a dia no abrigo era composto por uma escuta atenta a essas pessoas para poder compreender suas necessidades e fazer as ações seguirem nessa direção. Nos primeiros dias, lembro que a sensação de insegurança, de medo e da imprevisibilidade do que viria a acontecer estava presente nas falas das pessoas. Com o passar dos dias, os laços de confiança e de afeto com os 'azuizinhos' (pois o voluntariado usava colete azul), como éramos chamados, foram sendo estabelecidos e começou a mudar a forma como as pessoas se sentiam no abrigo.

Foram muitas as vezes que ouvi relatos das situações inabitáveis das casas, da perda de todos os bens, móveis e pertences, da lama que ficou, do cheiro insuportável e do lixo que se avolumou. Também pude presenciar muitos sorrisos, muitos agradecimentos, muitos abraços e relatos dos pequenos passos que eram dados em relação à retomada do (novo) lugar para morar. Situações que, para mim, ainda estão no campo do inenarrável.

Até hoje, quando estou no ginásio desenvolvendo o projeto de extensão "Basquete Comunitário", me vêm lembranças das famílias e dos locais onde elas ficavam no ginásio, onde, nas quadras em que estão basqueteiras e basqueteiros jogando, elas fizeram as suas 'casas'.

Revista da Extensão: Como foi o processo de encerramento das atividades do Abrigo?

Professora Raquel da Silveira: Após tratativas com a prefeitura, fomos tentando estabelecer uma data de encerramento para o abrigo, uma vez que entendíamos que a situação de emergência já havia passado e a UFRGS necessitava retornar à sua função fim. Estávamos imbuídos de fazer com que cada família saísse do abrigo para algum local de moradia.

Os esforços foram imensos, contudo, para cerca de 30 famílias isso não foi possível, e elas foram encaminhadas para outros abrigos que ainda se mantêm na cidade. No dia 28 de junho de 2024, às 16 horas, o ônibus com as últimas duas famílias deixou a ESEFID.

As despedidas foram momentos emocionantes, de agradecimentos e reconhecimento da ação realizada. Ao mesmo tempo, foram difíceis, pois sabemos que a maioria das famílias teve perdas irreparáveis e os processos de reconstrução serão árduos.

Revista da Extensão: Qual o impacto que você percebe ou imagina na sua vida pessoal e profissional, não apenas do evento das enchentes de maio de 2024, mas deste seu envolvimento na equipe coordenadora do Abrigo ESEFID-UFRGS?

Professora Raquel da Silveira: Ainda é difícil compreender os efeitos desta ação em mim e no coletivo que atuou intensamente no abrigo. Sinto que a UFRGS ficou maior. Passamos a conhecer e a admirar colegas de diferentes campos, setores e unidades. Pudemos trabalhar em conjunto e estabelecer confiança, parcerias, aprendizagens e construções coletivas de resoluções de incontáveis problemas que surgiam diariamente no abrigo. Ficaram muitas marcas em todos nós, seguir com elas é, para mim, saber que coletivamente podemos fazer muito.

Revista da Extensão: Sendo mais pontual, qual o impacto você espera (imagina) que a experiência do Abrigo ESEFID-UFRGS terá na formação dos estudantes envolvidos e na sua própria trajetória como extensionista?

Professora Raquel da Silveira: Ao longo do abrigo, muitos e muitas estudantes estiveram atuando nos diferentes setores como voluntários(as). Os processos formativos que puderam experienciar foram intensos e colocaram em destaque a necessidade de estarmos atentos à escuta e às demandas das pessoas com quem atuamos. Após os 55 dias de abrigo, carreguei comigo a sensação de que a UFRGS ficou mais próxima das pessoas. Sigo minha trajetória de extensionista, mas também de docente, pesquisadora e gestora, com mais elementos que me mostram que a universidade pública tem um potencial imenso frente aos desafios que teremos pela frente. ◀



O abrigo humanitário na ESEFID/UFRGS: o processo de acolhimento de pessoas atingidas pelas enchentes de maio de 2024

Luciana Laureano Paiva; Rogério da Cunha Voser; Andrea Kruger Gonçalves; Raquel da Silveira
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEFID/UFRGS)
e-mail: raqufrgs@gmail.com

Resumo

Em maio de 2024, o Rio Grande do Sul é acometido por uma forte enchente que faz muitas pessoas deixarem suas casas. Diversos abrigos humanitários foram formados em diferentes cidades, e em Porto Alegre, a Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi um deles. Com a duração de 55 dias, acolhendo mais de 650 pessoas, a ESEFID/UFRGS realizou a sua maior ação humanitária. Envolvendo mais de 2.000 voluntários, servidores públicos e trabalhadores. Nossa tarefa neste texto é relatar a maneira como foi implementado, organizado e desinstalado o abrigo. A partir de uma gestão descentralizada e sistêmica, criamos 18 setores que desenvolviam atividades básicas para ofertar a população, que fazia da ESEFID sua casa, uma vida com mais dignidade em tempos de calamidade pública.

Palavras-chave: inundação, acolhida, gestão.

Resumen

En mayo de 2024, el estado de Rio Grande do Sul fue afectado por una fuerte inundación que obligó a muchas personas a abandonar sus hogares. Se formaron varios refugios humanitarios en diferentes ciudades, y en Porto Alegre, la Escola de Educação Física, Fisioterapia y Dança de la Universidade Federal de Rio Grande do Sul fue uno de ellos. Con una duración de 55 días y acogiendo a más de 650 personas, la ESEFID/UFRGS realizó su acción humanitaria más grande. Involucrando a más de 2.000 voluntarios, funcionarios públicos y trabajadores, nuestra tarea en este texto es relatar la manera en que se implementó, organizó y desinstaló el refugio. A partir de una gestión descentralizada y sistémica, creamos 18 sectores que desarrollaron actividades básicas para ofrecer a la población, que hacía de la ESEFID su hogar, una vida con más dignidad en tiempos de calamidad pública.

Palabras-clave: inundación, acogida, gestión.

Introdução

Era sábado, 6 horas da manhã, do dia 04 de maio de 2024 e diferentes pró-reitores da UFRGS encaminham mensagens e telefonam para professores e gestores da ESEFID (Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança) solicitando que abrissem os portões do campus Olímpico, a pedido do Prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, e Defesa Civil realizado ao Reitor Carlos Bulhões da UFRGS, pois já haviam alguns ônibus com pessoas e animais de estimação que estavam sendo resgatados de bairros de Porto Alegre e região metropolitana que tiveram seus locais de moradia alagados naquela madrugada. Pelos registros jornalísticos¹ as chuvas fortes começaram em 27 de abril de 2024 no estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente na região dos Vales. Na noite de 03 de maio águas das bacias dos rios Taquari, Caí, Pardo, Jacuí, Sinos e Gravataí chegaram ao Guaíba em Porto Alegre. Por volta das 21 horas é registrado o maior nível da história do Guaíba com a medição de 4,77 metros, sendo que a maior marca anterior havia sido em 1941 em que a medição foi de 4,76 metros. Às 11 horas do dia 4 de maio o nível do Guaíba estava em 5,08 metros, conforme Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS².

Por volta das 7 horas da manhã do dia 4 de maio a direção da ESEFID, formada pela professora Luciana Paiva e pelo professor Rogério Voser se dirigiram ao campus da escola juntamente com os técnicos Sílvio Luís Silveira de Oliveira e Débora Tusi Gonçalves e abriram as portas do ginásio esportivo para que as pessoas recém resgatadas pudessem se acomodar. A previsão, segundo os responsáveis da prefeitura de Porto Alegre, era.. que a ESEFID abrigasse cerca de 200 pessoas, contudo, ao longo dos dias 4, 5 e 6 de maio os ônibus continuavam chegando e mais de 650 pessoas e 80 animais de estimação passaram a ser acolhidos. Não havia previsão de tempo em relação à permanência dessas pessoas no abrigo e, devido aos efeitos catastróficos provocados pelas inundações, o abrigo na ESEFID permaneceu até o dia 28 de junho de 2024, totalizando 55 dias de funcionamento.

Em vista da complexidade do abrigo, e entendendo como uma das maiores ações humanitária que a UFRGS já tenha realizado na sua história, temos como objetivo deste texto relatar os distintos tempos e diferentes etapas que vivenciamos nestes 55 dias de funcionamento. Iremos descrever o processo de instalação, a criação dos distintos setores e fluxos de trabalho, a rotina estabelecida e o processo de desinstalação do abrigo. Foram mais de 2.000 pessoas envolvidas no voluntariado, entre os quais haviam servidores públicos federais (docentes e técnicos), alunos

1. Ver: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/29/um-mes-de-enchentes-no-rs-veja-cronologia-do-desastre.ghtml> acessado em 02/07/2024.

2. <https://www.ufrgs.br/iph/previsoes-atualizadas-de-niveis-da-gua-no-guaiba-sabado-04-05-24-1100/> acessado em 02/07/2024.

(da graduação e pós-graduação) e egressos da UFRGS, funcionários terceirizados e comunidade em geral, e a nossa tarefa nesta escrita é dar visibilidade ao trabalho realizado por essas pessoas que tornou possível transformar o campus da ESEFID na casa de mais de 650 pessoas severamente atingidas pela enchente.

A instalação: identificando e suprimindo as emergências

Os primeiros dias do abrigo foram dedicados a identificar e suprir as emergências das pessoas e animais que chegavam na ESEFID. A maioria das pessoas e animais de estimação (cachorros e gatos) estavam molhados, cansados da espera do resgate, que em alguns casos foram muitas horas, com fome, frio e visivelmente impactados com a situação que viviam. Algumas pessoas

traziam consigo mochilas e sacolas com roupas e pertences, mas outras não traziam nada. Havia crianças, adultos e idosos.

Os atendimentos às demandas foram sendo feitos em tempo real, considerando que não havia uma organização prévia da infraestrutura da ESEFID para receber essas pessoas. O Ginásio onde estavam sendo alocadas as famílias estava vazio, sem colchões e necessidades iniciais de roupas e alimentos. Dessa forma, as primeiras demandas identificadas para serem solicitadas à doação foram água, comida, roupas, colchões, material de higiene e ração. As solicitações desses itens começaram a serem feitas por grupos de *WhatsApp* da ESEFID e logo se espalhou pela comunidade. As doações começaram a chegar junto com os ônibus que traziam as pessoas no próprio dia 4 de maio pela manhã, e à tarde já

havia um volume considerado grande de todos os itens. Devido ao número significativo de pessoas dispostas a ajudar, se formou um congestionamento na rua em que está localizada a ESEFID para a entrega das doações e uma rede de solidariedade foi instalada. Muitas pessoas foram acessando o Campus Olímpico para auxiliar no acolhimento, na organização das doações e nas tarefas que passaram a ser realizadas para que todas as pessoas tivessem suas emergências atendidas.



Figura 1 - Foto do primeiro dia (04/05/2024)
Fonte: Autores (2024)

A partir do aumento do número de pessoas e animais que chegavam para se abrigar e das doações, percebemos que o ginásio não seria suficiente para comportar toda a demanda. Assim, iniciou-se o processo de setorização do abrigo a partir do uso de outros espaços. Inicialmente as roupas passaram a ser organizadas nas salas de aulas, o material de higiene foi levado para a sala de Rítmica (uma sala ampla), as comidas foram levadas para o Restaurante Universitário (RU), as rações para a Geodésica e os colchões imediatamente entregues para as pessoas dentro do ginásio para que pudessem se acomodar. Também começaram a integrar o abrigo outras unidades da UFRGS, em que se iniciou a instalação de um setor de saúde (inicialmente a partir do Hospital Conceição, e logo após pela UFRGS com a assistência social, educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, medicina e psicologia), de veterinária e das infâncias. Um grupo inicialmente formado por ex-alunos da ESEFID iniciaram o setor do voluntariado, organizando as pessoas que se dispunham a auxiliar nas tarefas.

Com o abrigo instalado, institucionalmente a responsabilidade desse foi da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, na pessoa da Secretária de Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ), Ana Paula Bastos. A UFRGS assumiu a corresponsabilidade pelo abrigo, com a interlocução da Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, Ludymila Schulz Barroso Mallmann e a Direção da ESEFID, Profª. Luciana Laureano Paiva e Prof. Rogério da Cunha Voser.

Setores, equipes e fluxos de trabalho: estabelecendo uma rotina para o funcionamento do abrigo

Passado os primeiros dias do abrigo, os setores, equipes e fluxos de trabalhos começaram a se estabelecer e ocupar espaços maiores para atender a demanda que surgia. Para diferenciar alguns setores e responsabilidades as pessoas que atuaram no abrigo passaram a vestir coletes com cores diferentes, facilitando a identificação para todos. A prefeitura contratou uma



Figura 2 - Entrada do Campus Olímpico
Fonte: Autores (2024)

OSC (Organização da Sociedade Civil) para fazer o apoio e cuidado direto com as pessoas que estavam na situação de abrigadas. A OSC contratada foi a ADRA e seus trabalhadores eram identificados com coletes verdes. Ela ficou responsável pelo espaço dos banheiros e pelo espaço interno do ginásio, onde as pessoas dormiam. A prefeitura também possuía dois professores da SMELJ nos turnos da manhã, tarde e noite para acompanhar o abrigo. Outras pessoas que se fizeram atuantes foram os 'CC' (Cargo de Confiança) da SMELJ que atuaram em distintas funções.

Em relação à UFRGS, foram realizadas diversas melhorias para atender as demandas que surgiam: instalações de extintores, ampliação da Rede WiFi, da rede elétrica e da iluminação dentro do ginásio, colocação de pallets embaixo dos colchões, barracas de proteção de chuva, barracas para espaços de convivência e para setores da saúde. Também foram instaladas máquinas de lavar e secar roupa, ofertando serviço de lavanderia para as pessoas.

Destacamos que, para o andamento das atividades do abrigo, foi formada uma equipe de voluntários. Doze alunos e ex-alunos da UFRGS estabeleceram a coordenação desta equipe: Luiza Martinhago, Anelise Pimentel, Ariel Rocha de Lima, Camila Cavalheiro, Carolina Peixoto, Giulia Baptista, Roberta Chapper, Victória Leizar, Fernanda Ca..bral, Henrique Saldanha da Cunha, Andrea Tragino Plotegher, Eduardo Azevedo de Andrade. Eles/as foram os responsáveis por organizar as mais de 1300 pessoas que aderiram ao grupo de *Whatsapp* “Voluntários ESEFID”. Se somaram a esses coordenadores as professoras Andrea Kruger Gonçalves e Raquel da Silveira, que se tornaram as pessoas de referência. Diariamente eram lançadas enquetes neste grupo para que as pessoas pudessem informar suas disponibilidades de horário para atuar no abrigo. Nas três primeiras semanas os turnos de trabalho foram divididos em 4:

- Manhã: 08h às 13h;
- Tarde: 13h às 18h;
- Noite: 18h às 22h;
- Madrugada: 22h às 08h.

A partir da quarta semana o turno da madrugada ficou com a responsabilidade da ADRA, não havendo mais atuação de voluntários. Na última semana do abrigo, devido a diminuição considerável de pessoas em situação de acolhimento, o turno da noite também ficou com a responsabilidade da ADRA, exceto o setor do RU que continuou tendo atuação de voluntários.

Os “azulzinhos”, como ficaram afetuosamente conhecidos no abrigo por se identificarem com o colete azul, atuavam em todos os setores do abrigo. Quando chegavam na ESEFID, eram recebidos por um dos coordenadores dos voluntários para a reunião de troca de turno. Nesta reunião eram explicadas as tarefas que necessitavam ser feitas e a divisão da equipe para os setores. Nas primeiras 3 semanas se estabeleceu a necessidade de 40 voluntários para os turnos manhã e tarde, 20 voluntários para o turno noite e 10

voluntários para o turno madrugada. Importante registrar que nas primeiras semanas as enquetes no grupo do *WhatsApp* eram preenchidas rapidamente. Com o decorrer do tempo, com os setores organizados e muitos voluntários atuando com frequência no abrigo, o que favorecia a realização das tarefas de maneira mais efetiva, a necessidade por turno diminuiu para 20 voluntários nos turnos manhã e tarde e 10 voluntários no turno noite. Nas últimas três semanas do abrigo, o número de pessoas disponíveis para o voluntariado foi reduzido, e as enquetes no grupo de *WhatsApp* passaram a não atingir o número necessário de voluntários.

Foi criado um espaço para receber os voluntários localizado na ‘Sala de Reuniões’ da ESEFID, que, com o passar dos dias, foi ganhando muitas mensagens de apoio e carinho destinadas aos voluntários. Nesta sala estava o quadro com as informações gerais da gestão do abrigo, a caixa de coletes azuis para os voluntários, os coletes laranjas para voluntários do RU e equipes da infância, cadeiras para que as pessoas deixassem suas mochilas e bolsas, materiais que eram necessários de ser usados em alguns setores, como luvas, máscaras, guarda-chuvas, capa de chuva, fitas adesivas e canetas. Também ficavam nesta sala os ‘lanches’ e ‘marmitas’ que chegavam de doação e eram destinados aos voluntários e trabalhadores terceirizados e da ADRA. Esta sala se tornou um lugar de muitas trocas, aprendizagens e afetos. Diariamente era possível encontrar nesta sala voluntários conversando sobre as experiências que tiveram naquele dia, sobre as pessoas que estavam no abrigo, sobre estratégias para que pudessemos melhorar o funcionamento do abrigo e sobre o momento tão difícil que estávamos vivendo com as enchentes. Ao mesmo tempo, esta sala se tornou um lugar de abraços, de apoio, de carinho e de poder atravessar esse tempo tão difícil ao lado de pessoas que se dispunham a doar seu tempo e sua energia para as pessoas que se abrigaram na ESEFID.

Devido a inúmeras questões, especificamente

por desacordo com o que vinha sendo realizado pela prefeitura no abrigo, no dia 6 de junho de 2024 o grupo de coordenadores dos voluntários se retirou dessa função. Houve um processo muito cuidadoso de passagem de informações e de funcionamento do grupo, e 8 professores da ESEFID que já vinham atuando em diferentes setores do abrigo assumem a função de coordenação desse grupo: Alex Branco Fraga, André Luiz dos Santos Silva, Caroline Pietta Dias, Flávia Pilla do Valle, Jerri Luiz Ribeiro, Luciano Palmeiro Rodrigues, Mauro Myskiw, Tércio Apolinário de Souza.

Em termos de gestão do abrigo, para além da coordenação geral (formada pelos professores Luciana Laureano Paiva, Rogério Voser, Flávia Pilla do Valle, Andrea Krueger Gonçalves e Raquel da Silveira) e a coordenação do voluntariado, estabelecemos mais 15 setores e distintas equipes e fluxos de trabalho para atender as demandas que se colocavam diariamente. A seguir apresentamos um ‘mapa’ dos lugares e setores da ESEFID e após passamos a descrever brevemente cada um deles:



Figura 3 - Mapa do abrigo na ESEFID/UFRGS
Fonte: Realizado pelo Eng. Cartógrafo Alberto Henrique Schneider (2024)

LEGENDA	
● Entrada Principal / Identificação	■ Banheiros
● Alojamento	■ Psiquiatria / Área Infantil
● Mamadeiras / Pediatria / Ambulatório	■ Banheiros Químicos
● Refeitório	▲ Vacinas
● Doação Roupas Femininas	▲ Área de Convivência
● Doação Roupas Masculinas	▲ Psicologia / Serviço Social
■ Triagem e Avaliação / Farmácia	▲ Curativos / Odontologia/ Fisio
	↑ Veterinária

Rouparia: Responsável por receber as roupas que chegavam diariamente de doação, realizar a triagem e organizar entre as 6 salas de aulas que foram designadas com as seguintes especificidades: roupas infantis, roupas femininas, roupas masculinas, sapatos, roupas de cama e cobertores, bolsas, mochilas e malas. A professora Claudia Silveira Lima e a ex-estudante da ESEFID Vanessa Possamai foram as pessoas de referência deste setor. Este setor, além de receber e organizar estes itens, também era responsável por distribuí-los. Assim, se criou horários específicos para que as pessoas pudessem acessar o espaço.

Portaria: Responsável por identificar todas as pessoas que ingressavam no campus. Para isso, conferiam às listagens de pessoas que estavam autorizadas ou encaminhavam para a coordenação a solicitação de autorização. Os professores Marcelo Francisco da Silva Cardoso e Carine Collet foram as pessoas de referência do setor.

Alimentação dos voluntários: Responsável por manter café, chá, água, lanches e marmitas para os voluntários do abrigo. Recebiam doações, organizavam e preparavam a alimentação proporcionando um acolhimento ao voluntariado. A professora Flávia Gomes Martinez foi a pessoa de referência do setor.

Volantes: Responsável por assessorar os demais setores em suas demandas. Auxiliavam nos carregamentos de doações, nas filas do RU, em tarefas diversas que surgiam no abrigo. A professora Caroline Pietta Dias foi a pessoa de referência do setor.

RU: Responsável pela alimentação das pessoas que estavam abrigadas. Eram servidas 4 refeições ao dia: café da manhã, almoço, lanche da tarde e janta. Foram realizadas mais de 55 mil refeições que foram elaboradas a partir de doações de alimentos. Esse setor contava com um grupo específico de voluntários que atuaram intensamente na preparação das refeições e na limpeza do RU. O professor Jeam Marcel Geremia e a

servidora técnica Mirceli Goulart Barbosa foram as pessoas de referência do setor.

Ação com bebês: Responsável por atender diariamente os bebês que estavam no abrigo. Realizavam atividades nos turnos manhã e tarde para auxiliar o desenvolvimento motor das crianças. As professoras Nádia Valentini e Claudia Silveira Lima foram as pessoas de referência do setor.

Movimenta ESEFID: Responsável por desenvolver atividades corporais, lúdicas e de lazer para crianças, adultos e idosos. Realizavam atividades nos turnos da manhã e tarde. Este setor também foi responsável pelas atividades culturais que aconteceram no abrigo, sendo que pudemos contar com diversos produtores e artistas que oportunizaram atividades como cinema, teatro, música, costura e oficinas pedagógicas. Este setor teve o protagonismo de um coletivo de estudantes dos cursos de Educação Física, Fisioterapia e Dança da UFRGS. A professora Roseli Belmonte Machado foi a pessoa referência do setor.

Infâncias: Setor multidisciplinar responsável por realizar atividades lúdicas e pedagógicas para as crianças com o objetivo de atender as demandas psicológicas. Desenvolviam brincadeiras, jogos, pinturas, desenhos e atividades relacionadas à imaginação e miméticas. Aconteciam diariamente nos turnos da manhã e tarde. A professora Luciana Paludo foi a pessoa de referência do setor.

Doações: Responsável por organizar as demandas de cada setor do abrigo e buscar doações em diferentes lugares e instituições para suprir essas demandas. Esse setor também elaborava, junto à equipe do RU, a listagem de itens que diariamente o setor de comunicação da UFRGS publicava em suas redes sociais para que as doações pudessem ser feitas diretamente da UFRGS. Os professores Antônio Damolin e Ima Brum foram as pessoas de referência do setor.

Turno Madrugada: Responsável por atender e responder institucionalmente questões que

surgissem no abrigo ao longo dos turnos da madrugada. Os professores Álvaro Reischak de Oliveira e Luciano Palmeiro foram as pessoas de referência do setor.

Higiene: Responsável por organizar o material de higiene obtido por doação e de realizar a distribuição. Também foi responsável por elaborar os chamados 'kit limpeza' distribuídos para as pessoas para fazerem a limpeza de suas casas. A estudante de pós-graduação do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da UFRGS, Laura Alberti Zandavalli, foi a pessoa referência do setor.

Compostagem: Responsável por realizar a coleta do lixo orgânico produzido no abrigo, a partir disso, desenvolveram uma composteira no Campus Olímpico. Também implementaram diversas estratégias para que o lixo reciclável fosse triado e encaminhado para pontos de coleta. A professora Cibele Sastre foi a pessoa referência do setor.

Infra estrutura: Responsável por viabilizar a infra estrutura que o abrigo demandava, desde a ampliação das tomadas e instalação de telas de proteção nas escadas e no segundo andar do prédio administrativo, até a instalação de máquinas de lavar e secar roupas. O servidor técnico Silvio Luis Silveira de Oliveira foi a pessoa de referência do setor.

Saúde: Responsável por realizar atendimentos na área da saúde. Foram criados uma enfermaria (localizada no antigo bar da ESEFID, e que durante o abrigo recebeu o nome de Aquário), uma pediatria (localizado na sala de Diretório Acadêmico da Fisioterapia) um espaço para a assistência social e a psicologia (localizado ao lado do Aquário, a partir de uma tenda instalada pelo exército) e o espaço da fisioterapia (localizado na sala do CEME). Esses setores nas duas primeiras semanas do abrigo funcionavam 24 horas. Após tal período, reduziu para os turnos manhã, tarde e noite. Nas últimas semanas os turnos foram reduzindo com o encaminhamento de inserir as pessoas na rede municipal de saúde.

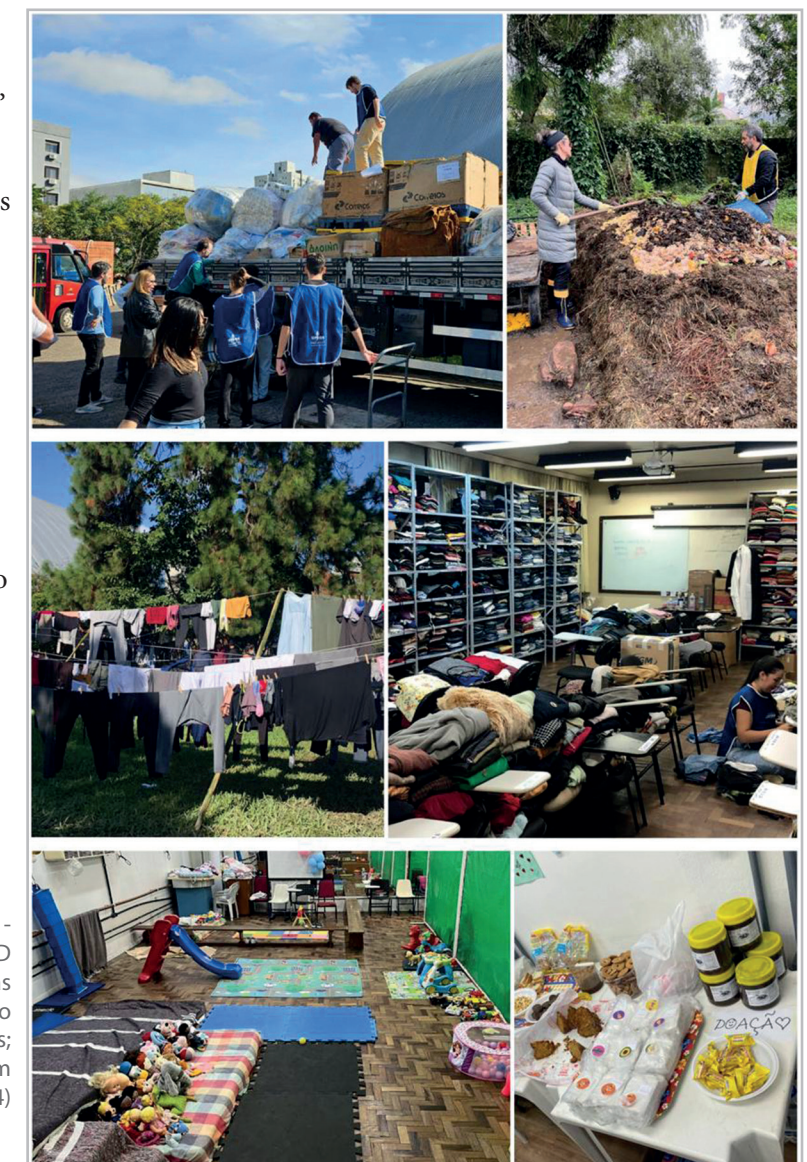


Figura 4 -
Cotidiano do abrigo na ESEFID
Fonte: Fotos compartilhadas
nos grupos de WhatsApp do
abrigo por diferentes pessoas;
arquivos e montagem
Raquel da Silveira (2024)

Também foi criado um local para a área da veterinária, a qual, nos primeiros dias utilizou o espaço da geodésica, mas devido à necessidade de um espaço maior e com mais estrutura física foi deslocada para o local onde fica a subprefeitura do campus. Foi instalada uma tenda na quadra de tênis para servir de baia para os animais. Esse setor funcionou 24 horas todos os dias. Foram realizados diversos atendimentos e cirurgias de castração aos animais. As equipes para esses diversos setores foram montadas diariamente por voluntários e por servidores e docentes da UFRGS das respectivas áreas da saúde. O professor Luiz Fernando Silva Bilibio foi a pessoa referência do setor.

Segurança: Responsável pelas questões que envolviam a segurança do abrigo e englobou a Polícia Civil, a Brigada Militar, setores da segurança municipal, as Forças Nacionais e o setor de segurança da UFRGS. Estavam localizados na entrada do campus, próximo a portaria e atuaram 24 horas todos os dias do abrigo. O servidor Daniel Augusto Pereira foi a pessoa referência do setor.

Todos esses setores foram compostos por aproximadamente mais de 2.000 voluntários, dentre esses 500 docentes e técnicos de diversos departamentos e 750 estudantes de graduação e pós-graduação da UFRGS. Importante registrar que o trabalho desenvolvido por esse coletivo foi reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Humano e da Cidadania, assim como pelo Ministério Público, como referência no acolhimento/atendimento aos abrigados.

A desinstalação: processos para o retorno das atividades acadêmicas e a continuidade da rede de solidariedade

Após instalado o abrigo na ESEFID a reitoria da UFRGS emitiu 4 Portarias suspendendo as atividades acadêmicas da Universidade (Portarias nº 2916 de 04/05/2024, nº 3099 de 17/05/2024, nº 3343 de 29/05/2024 e nº 3565 de 13/06/2024). De fato não havia previsão e indicativo da

prefeitura para a finalização do abrigo e o retorno às atividades acadêmicas da universidade, em especial na ESEFID, seria inviável devido aos espaços físicos, mas principalmente, devido ao envolvimento e ao trabalho que estava sendo desenvolvido por cerca de 60% dos docentes e técnicos da ESEFID e cerca de 16% dos docentes e técnicos da UFRGS. Assim, em 31 de maio de 2024, os docentes da ESEFID, Alex Branco Fraga, Andrea Kruger, Clézio Gonçalves, Flávia Pilla, Jerri Ribeiro e Raquel da Silveira, juntamente com a direção da unidade Luciana Laureano Paiva e Rogério da Cunha Voser, redigiram uma carta encaminhada à Reitoria da UFRGS, à Prefeitura e ao CEPE/UFRGS. Neste documento é destacado que o abrigo:

“...trata de um trabalho extraordinário, ofertado em caráter emergencial, desenvolvido por abnegados docentes, técnicos e estudantes da UFRGS que assumiram o compromisso de zelar pela dignidade daqueles que foram duramente atingidos por esta catástrofe climática. Por ser emergencial e voluntário, é preciso que a instituição responsável pelo abrigo, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, assim como a instituição co-responsável, a UFRGS, assinem um termo de compromisso para a realocação das famílias e dos seus animais de estimação que estão ocupando as dependências do Campus Olímpico, tanto para garantir uma transição digna ao retorno dos abrigados aos seus lares, quanto preparar adequadamente a infraestrutura acadêmica para o retorno das atividades regulares.”

Havia um desafio complexo a ser enfrentado em relação a realocação das pessoas em situação de abrigo, uma vez que cerca de 50 famílias não possuíam casas para retornar, devido essas terem sido fortemente avariadas com a enchente. Logo, a situação destas pessoas dependiam/dependem de políticas públicas habitacionais que, no entanto, não tinham previsões para serem executadas. A prefeitura possuía/possui outros abrigos e a nossa preocupação era que a realocação destas famílias fossem feitas com o consentimento delas e garantindo condições dignas.

A comunidade universitária demandava o retorno das atividades acadêmicas, uma vez que entendiam que as atividades fins da instituição tinham que ser retomadas. Havia, portanto, um descompasso entre os distintos tempos das necessidades das pessoas em situação de acolhimento e as necessidades das instituições envolvidas. No esforço de minimizar essas divergências, o diálogo entre a prefeitura e a UFRGS foi se direcionando para estipular uma data limite de permanência do abrigo na ESEFID e ficou acordado o dia 30 de junho de 2024. Na última

semana do abrigo as famílias foram sendo relocadas, algumas retornaram para suas casas e outras foram para outros abrigos da cidade. Ao saírem do abrigo as famílias levavam roupas, sapatos, materiais de higiene, colchões, pallets, mochilas, material escolar, brinquedos, cestas básicas e cobertores adquiridos por doações. As despedidas foram calorosas de afetos e vínculos criados entre as equipes de voluntários e as pessoas abrigadas. O reconhecimento pelo trabalho realizado foi verbalizado e demonstrado em forma de agradecimentos, abraços e lágrimas.

No dia 28 de junho de 2024 às 16 horas partiu o ônibus levando as últimas duas famílias do abrigo da ESEFID. Neste dia foi realizada uma foto em homenagem a todas as pessoas que vestiram os coletes azuis e laranja e colaboraram de forma tão intensa para garantir o mínimo de dignidade e acolhimento às pessoas que fizeram da ESEFID sua casa. Agradecemos imensamente o trabalho de todas as pessoas que tornaram possível essa ação humanitária que a UFRGS realizou.

No dia 01 de julho de 2024, a UFRGS retoma suas atividades acadêmicas dando continuidade ao semestre de 2024/1, o qual ficou 55 dias interrompidos. A ESEFID passa a reorganizar seus espaços e continua sua rede de solidariedade doando para os estudantes da universidade, servidores e funcionários terceirizados da UFRGS atingidos pela enchente as roupas, comidas e materiais de higiene que permaneceram no Campus Olímpico. Esses itens também foram doados para outras instituições de caridade e pessoas que moram nos bairros mais atingidos pela enchente. ◀



Figura 5 - Foto em homenagem ao voluntariado que atuou na ESEFID e cards postados no grupo de WhatsApp "Voluntários ESEFID" Fonte: Arquivos e montagem Raquel da Silveira, cards realizados por Mauro Myskiw (2024)



Atuação de uma equipe de resgates do IPH no desastre climático de 2024 na Região Metropolitana de Porto Alegre

Maurício Andrades Paixão; Louidi Albornoz Lauer; Aron Jonatã Funke; Cristian Valenti Schenk; Ivanir Medeiro de Ávila; Antonio Ricardo Tramonti Bueno
Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IPH/UFRGS)
e-mail: mauricio.paixao@ufrgs.br

Resumo

No final do mês de abril de 2024 o estado do Rio Grande do Sul começou a passar por um evento climático extremo que resultou em diversas situações de desastres, como deslizamentos, inundações bruscas e inundações graduais. Como consequência, mais de 90% dos municípios gaúchos foram atingidos e mais de dois milhões de pessoas foram afetadas, sendo que, até o fim de junho, foram registrados 173 óbitos em razão deste evento. O Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS teve papel fundamental no fornecimento de informações que auxiliaram na gestão do desastre em diversas etapas. Neste artigo será relatada a participação de uma equipe do Instituto nos resgates realizados nos municípios de Porto Alegre, Guaíba e Eldorado do Sul, onde a inundação ocorreu de forma gradual em comparação com outros municípios das regiões de cabeceira das bacias hidrográficas mais atingidas. Também serão apresentadas algumas lições aprendidas para a etapa de resposta ao desastre na gestão de riscos e desastres.

Palavras-chave: gestão de desastres; emergência; resgates

Abstract

At the end of April 2024, the state of Rio Grande do Sul began to experience an extreme weather event that resulted in a number of disasters such as landslides, flash floods and gradual flooding. As a result, more than 90% of Rio Grande do Sul's municipalities were affected and more than two million people were affected, with 173 deaths recorded by the end of June. The UFRGS Institute of Hydraulic Research played a key role in providing information that helped manage the disaster at various stages. This manuscript will report the participation of a team from the Institute in the rescues carried out in the municipalities of Porto Alegre, Guaíba and Eldorado do Sul, where the flooding occurred gradually compared to other municipalities in the headwaters of the most affected river basins. Some lessons learned for the disaster response stage in risk and disaster management will also be presented.

Keywords: disaster management; emergency; rescue operations

Introdução

Fortes chuvas assolaram o estado do Rio Grande do Sul entre o final do mês de abril e o início do mês de maio de 2024 e levaram à publicação do Decreto 57.596 que declarou “estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul afetado pelos eventos climáticos de chuvas intensas”. Foram registrados diversos desastres relacionados à água e aos sedimentos em diversas bacias hidrográficas. Até o final de junho de 2024 o estado contabiliza 173 óbitos e mais de dois milhões de pessoas atingidas em todo o Rio Grande do Sul (G1, 2024).

Em Porto Alegre e região metropolitana, a cheia do Guaíba superou cota máxima do evento histórico de 1941 (IPH, 2024a), trazendo diversos prejuízos aos municípios e às comunidades atingidas, deixando milhares de pessoas desabrigadas ou desalojadas. Dentre esses locais severamente atingidos na região metropolitana, alguns só estavam acessíveis de barco através de travessia do Guaíba, como era o caso dos municípios de Eldorado do Sul e Guaíba. Em Porto Alegre, bairros da região norte e centro foram os mais afetados e demandavam grande esforço no resgate da população.

Devido à baixa potência dos motores disponíveis no IPH, não era possível atravessar o Guaíba com correnteza. Por essa razão, a equipe ficou impossibilitada de prestar atendimento em Eldorado do Sul e Guaíba, cidades que estavam em situação bastante complicada e demandando esforços. Assim,

optou-se por realizar atividades de resgates na zona norte de Porto Alegre, especialmente nos bairros Humaitá e Navegantes, conforme orientação do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil estadual.

Assim, a partir do dia 05 de maio de 2024, uma equipe do IPH formada por um professor e cinco servidores técnicos passaram a atuar nas operações de resgates, chegando a utilizar até 3 embarcações simultaneamente. A fase mais crítica dos resgates nesses bairros foi até o dia 08 de maio de 2024 (IPH, 2024b). Posteriormente, a partir do empréstimo de um motor com maior potência pelo CECLIMAR/UFRGS foi possível atravessar o Guaíba e prestar assistência nos municípios de Eldorado do Sul, Guaíba e no bairro Arquipélago, em Porto Alegre.

Linha do tempo da atuação

A atuação pormenorizada da equipe está descrita na Figura 1, com ênfase na primeira semana de atuação. Após o período mais crítico, ou seja, após o dia 08 de maio de 2024, a equipe passou a atuar levando mantimentos para os municípios de Eldorado do Sul e Guaíba, além de auxiliar nos resgates de animais nessas localidades. Como desdobramentos das ações, também foram coletadas amostras para avaliação da qualidade da água e dos sedimentos nas inundações, subsidiando novas investigações científicas e futuros projetos de pesquisa e de extensão da Universidade.

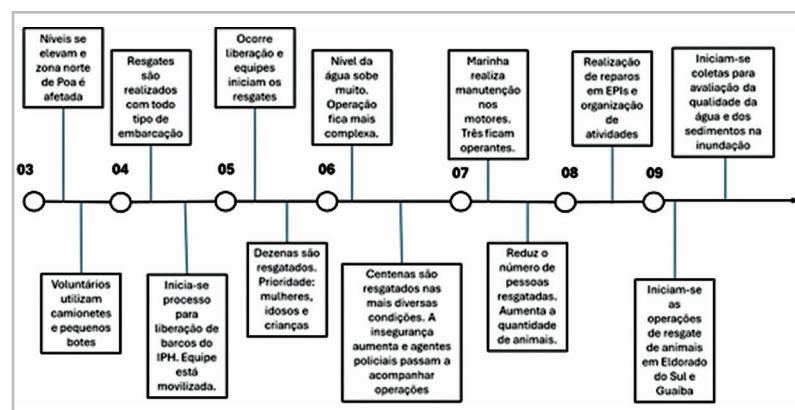


Figura 1 - Linha do tempo da atuação emergencial em maio de 2024
Fonte: Autores (2024)

Os resgates

Primeiro dia

O primeiro dia foi marcado pelo entendimento das condições de operação e das condições ambientais na área de atuação. Ao se deslocarem para o IPH, os servidores se depararam com alguns problemas de manutenção que dificultaram a rápida atuação da equipe, a citar:

- i) Necessidade de manutenção em alguns dos motores disponíveis;
- ii) Necessidade de manutenção dos rebocos, especialmente quanto aos pneus e à parte elétrica;
- iii) Necessidade de abastecimento, pois não havia gasolina em estoque e, devido à situação de desastre, existia uma dificuldade de abastecimento no estado.

Assim, houve um certo atraso na atuação de resgate, que ocorreu majoritariamente no traslado de pessoas entre os bairros Humaitá, Navegantes e São João, em Porto Alegre (Figura 2). Como nesse estavam sendo utilizadas duas embarcações, porém apenas uma com motor, a embarcação sem motorização era rebocada por jet-skis ou por camionetes de trilha que participavam da operação.



Figura 2 – Atividades de resgate realizadas na zona norte de Porto Alegre (2024)
Fonte: Autores (2024)

Segundo dia

Houve um aumento significativo dos níveis da água e, com isso, a demanda por resgates cresceu bastante. Isso fez com que os esforços fossem deslocados para o interior do bairro Humaitá, devido à alta densidade populacional da região. Para facilitar o acesso ao bairro, um grupo de aproximadamente 20 voluntários atravessou o barco do IPH por cima do viaduto Leonel Brizola, permitindo o acesso à rua Dona Teodora. Neste momento, o trajeto por água consistia em ir até a Av. A.J. Renner, o que aumentava consideravelmente o tempo e o gasto de combustível, já bastante escasso nas operações.

Neste dia, centenas de pessoas foram resgatadas (Figura 3) nas mais diversas condições: crianças

Essa embarcação foi utilizada para transporte de pessoas entre os viadutos Leonel Brizola e José Eduardo Utzig, onde havia equipes de voluntários para recebimento das pessoas atingidas pela inundação. Também era fornecida alimentação para voluntários e resgatados.

recém-nascidas, gestantes, feridos e idosos. Uma pessoa foi retirada em maca rígida pela janela do segundo andar de uma casa, em uma operação bastante complexa de resgate, que durou mais de 3h e resultou com o paciente encaminhado para o SAMU.

Terceiro dia

Um servidor da Marinha do Brasil se voluntariou para fazer manutenção nos motores dos barcos da Universidade. A partir desse conserto, foram utilizadas três embarcações simultaneamente.

A esta altura, muitos moradores resistiam a sair de suas casas especialmente por questões de segurança. Os relatos de saques passaram a aumentar e, conseqüentemente, a resistência dos moradores em deixar suas casas. Passou-se a observar um certo fluxo de idas e vindas na inundação, buscando abastecer com suprimentos aqueles que decidiram ficar. O trabalho de convencimento de resgatistas e de agentes de segurança pública era fundamental.

Neste dia foram resgatados muitos animais. A resposta ao desastre nessa região entrava em uma nova fase. Uma nova configuração social rapidamente se formava, em adaptação à condição vigente de desastre. Neste dia, a equipe decidiu suspender as operações na zona norte de Porto Alegre.

Quarto dia

No quarto dia não foram realizadas atividades de salvamento devido à exaustão física e emocional da equipe. A fim de manter a segurança operacional, optou-se por realizar manutenção preventiva e conserto de equipamentos que seriam utilizados posteriormente. Realizou-se o conserto



Figura 3 – Atividades de resgate realizadas no interior dos bairros Humaitá e Navegantes
Fonte: Autores (2024)

de pantaneiras e adquiriu-se capas de chuva, que permitiriam a realização de trabalhos em condições meteorológicas adversas, já que havia previsão de novas chuvas e queda das temperaturas. Neste dia, parte da equipe percorreu a mancha de inundação realizando coletas de água para análise.

Quinto dia em diante

A partir do quinto dia foi possível a travessia do Guaíba, atendendo os municípios de Guaíba e Eldorado do Sul, e para o bairro Arquipélago, em Porto Alegre (Figura 4). Foram levados mantimentos como cobertores, água e comida para as pessoas que permaneceram nessas regiões. Concomitantemente, foram coletadas amostras de água para trabalhos futuros (Figura 5).

Após o período de maior emergência, a atuação da equipe apresentou desdobramentos que irão subsidiar atividades de pesquisa e de extensão que irão auxiliar a entender o desastre de 2024. A partir dos dados coletados, diferentes grupos de pesquisa da Universidade irão atuar para explicar fenômenos relacionados a este evento extremo nas suas mais diversas características físico-hídricas e ambientais.



Figura 4 – Atividades nos municípios de Eldorado do Sul, Guaíba e bairro Arquipélago, em Porto Alegre
Fonte: Autores (2024)



Figura 5 – Coletas de amostras de água para subsidiar estudos futuros
Fonte: Autores (2024)

Lições aprendidas

Em se tratando de gestão de desastres, é fundamental obter lições que possam auxiliar na prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de eventuais desastres futuros. Dessa forma, listar as lições aprendidas, discuti-las e incorporar novas lições a partir de outras perspectivas é fundamental. Assim, são discutidas a seguir um conjunto de ações que devem ser exploradas sob diversas perspectivas a fim de melhorar a gestão de desastres.

No início da atuação havia diversas dúvidas sobre como deveria se dar a utilização da infraestrutura da universidade. Entendendo que era um momento de calamidade, eventuais entraves burocráticos devem ser rapidamente superados em situações especiais. Assim, todos os esforços devem ser concentrados para uma rápida resposta ao desastre em todas as frentes possíveis.

É imprescindível que os equipamentos estejam todos operacionais. Em situações de desastre e, especialmente, na resposta ao desastre, cada minuto é extremamente importante para salvar vidas. Entendendo as dificuldades de se manter uma infraestrutura

completamente operacional, devem ser consideradas parcerias e a participação em editais voltados à manutenção de equipamentos. Na atuação da equipe do IPH, caso todos os equipamentos estivessem em pleno funcionamento, desde o primeiro dia poderiam ter sido utilizadas até três embarcações.

Por se tratar de uma situação extraordinária e, no caso do Rio Grande do Sul, ter se tornado uma calamidade pública, entende-se que a capacidade de resposta ao evento extremo foi superada. Um desastre dessa proporção é bastante difícil de ser gerenciado, uma vez que ocorre em múltiplas frentes, o que impõe organizações complexas. Assim, durante situações de desastre, é necessário que se estabeleça rapidamente um comando, que deve ser efetivo e com diretrizes explícitas. Essa ausência de comando fez com que a organização voluntária tomasse decisões importantes no contexto dos resgates. A atuação voluntária foi extremamente necessária e trouxe resultados muito positivos para a sociedade, no entanto, a responsabilidade de decisões de comando deve ficar a cargo do poder público

A equipe do IPH se deparou com diversas discrepâncias entre o que ocorria nos locais dos resgates e

o que era instruído nos portos improvisados. A dificuldade de comunicação entre as equipes nos locais secos e nos locais inundados tornava a operação mais lenta e com entraves. Em alguns dias, a comunicação oficial por parte do governo informava que não era necessária atuação em determinado bairro, enquanto os voluntários na região desmentiam tais afirmações. Eventualmente pessoas resgatadas ficavam por horas em locais secos intermediários, como pontes e viadutos, aguardando por transporte até fora da mancha de inundação. Em situações de desastres, a comunicação mais efetiva se dá por rádio, uma vez que internet e telefonia móvel não funcionam em locais inundados. Assim, sugere-se que, em zonas de risco, as pessoas tenham acesso a rádio de pilhas a fim de se manterem informadas sobre as situações às quais estão expostas.

A atuação voluntária da comunidade é essencial. Mercados de bairro fornecem comida e materiais para auxiliar a comunidade. Os cidadãos locais que auxiliam as equipes de resgate possuem conhecimento sobre a área, o que traz segurança para a operação, uma vez que navegar em rios é completamente diferente de navegar na cidade, com carros, muros, grades e estrutura viária diversas.

É necessário atuar fortemente na educação sobre desastres nas comunidades. O desconhecimento dos riscos aos quais as pessoas estão expostas aumentou a dificuldade dos resgates. Muitas pessoas relatavam nunca ter vivenciado situação semelhante nem acreditar que a água poderia atingir determinados locais. Assim, criar e fomentar políticas públicas que auxiliem na gestão de desastres é também essencial.

A presença de agentes do estado nas embarcações transmitia segurança para as pessoas resgatadas. Assim, por mais que seja difícil a organização pública para que os agentes estejam presentes durante o período de crise, isto é fundamental, tanto para garantir a segurança dos resgatistas, quanto para convencer as pessoas a saírem da zona afetada pelo desastre.

Considerações Finais

A Universidade teve um papel importantíssimo na resposta ao maior desastre climático da história do Rio Grande do Sul até o momento. A mobilização empreendida em diversos setores da UFRGS trouxe um pouco de alívio ao sofrimento de milhares de cidadãos em território gaúcho.

A equipe que atuou diretamente nos resgates prestou um atendimento especializado para a qual estava preparada, com técnicos habilitados para a condução de barcos e para trabalhos em campo durante situações adversas. Destaca-se, no entanto, que a manutenção nos equipamentos da Universidade é essencial para uma boa e rápida resposta. Assim, considera-se que a atuação desta equipe foi extremamente satisfatória dentro das possibilidades apresentadas.

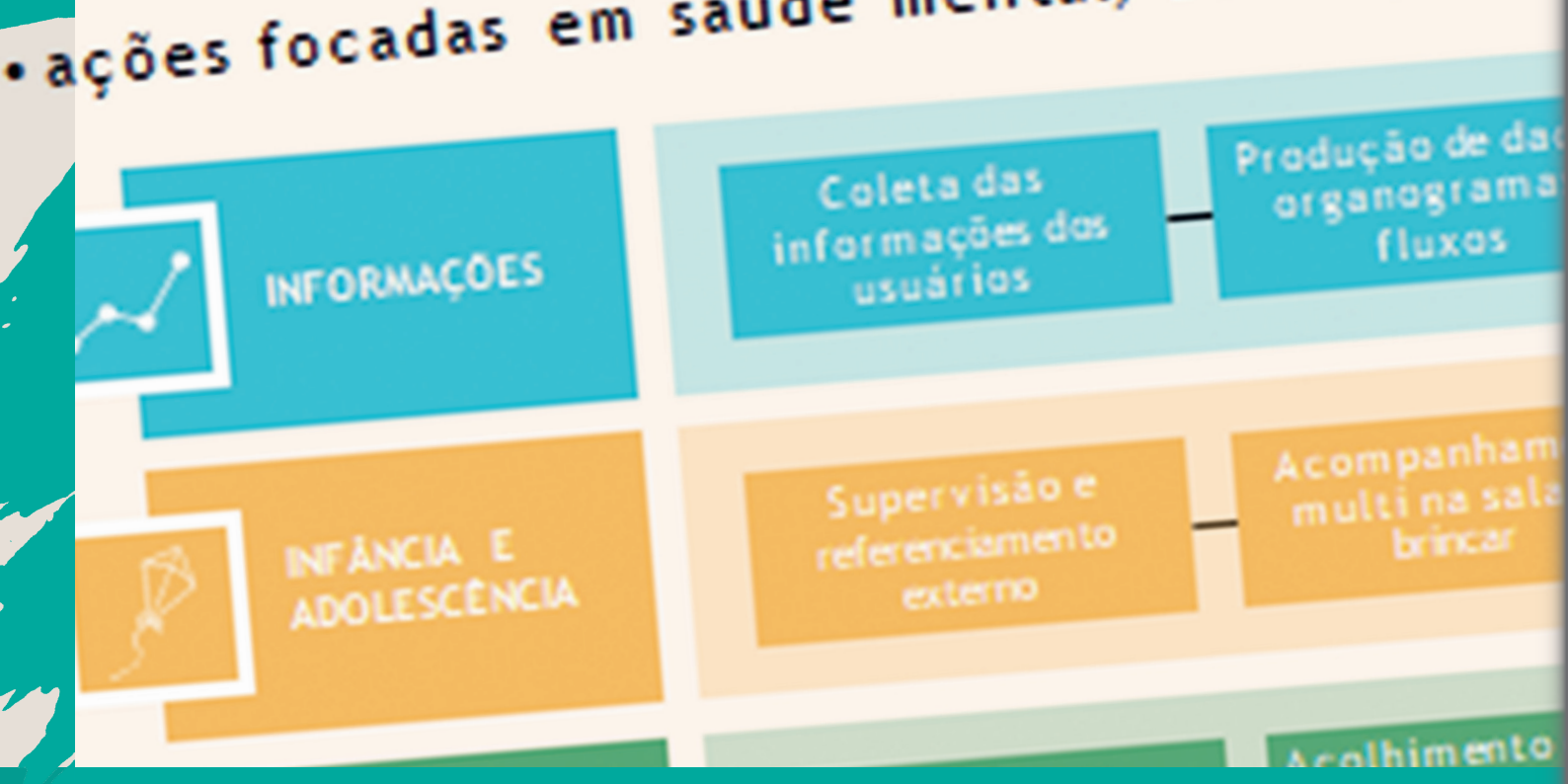
Faz-se necessário um trabalho de conscientização ambiental no que diz respeito aos desastres. A comunidade necessita de informação e treinamentos para estar mais bem preparada para enfrentar situações extremas como as ocorridas em maio de 2024 no Rio Grande do Sul. ◀

Referências Bibliográficas

G1, RS. Cheias no RS – veja os números. **Globo**, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/20/cheias-no-rs-veja-numeros.ghtml>

INSTITUTO DE PESQUISAS HIDRÁULICAS. Chuva da cheia de 2024 foi mais volumosa e intensa que a da cheia de 1941 na bacia hidrográfica do Guaíba. **IPH/UFRGS**, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/iph/wp-content/uploads/2024/06/Comparacao-2024-e-1941-final.pdf>

INSTITUTO DE PESQUISAS HIDRÁULICAS. Considerações sobre a atuação da equipe de apoio a emergências do IPH e perspectivas futuras sobre a gestão de desastres na fase de resposta. **IPH/UFRGS**, Porto Alegre, 2024. Disponível em: https://www.ufrgs.br/iph/wp-content/uploads/2024/05/NT_Atualizacao-da-Equipe-de-Apoio-a-Emergencias.pdf



Ação Psico & Social: na efetivação de um espaço de cuidado no abrigo da ESEFID durante a situação de calamidade do RS

Tatiana Reidel¹, Clarissa M.Trentini¹, Rosemarie G.Tschiedel¹, Flávia Wagner¹, Júlia Jochims Schneider², Laura A. F. Wottrich²

¹Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IPSSCH/UFRGS)

²Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul
e-mail: tatyreidel@gmail.com

Resumo

O artigo relata a experiência da ação de um grupo de profissionais e estudantes de psicologia e serviço social vinculados ao Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana da Universidade Federal do Rio Grande do Sul na criação de um espaço de acolhimento e atendimento para mais de 600 pessoas desabrigadas pela enchente de maio de 2024, na ESEFID. A ação envolveu diversas frentes de trabalho, com o objetivo de promover cuidados, bem-estar e acesso a direitos sociais. O artigo detalha as fases do trabalho: reconhecimento do campo, mapeamento de demandas, monitoramento, encaminhamento e despedida. Destaca a importância da interdisciplinaridade, da escuta qualificada e do vínculo com as pessoas afetadas, além da articulação com a rede de serviços e políticas públicas. A experiência resultou em aprendizados significativos para os envolvidos, reforçando o compromisso social da universidade e a necessidade de abordar temas como emergência climática e

atendimento em situações de calamidade no âmbito acadêmico.

Palavras-chave: enchente, emergência climática, saúde mental.

Abstract

The article reports the experiences of a group of psychology and social work professionals and students partnered with Institute of Psychology, Social Work, Health and Human Communication of the Federal University of Rio Grande do Sul, in the creation of a comforting and caring shelter for over 600 unsheltered people by the flood in May of 2024, at EISEFID. The action involved diverse working fronts, with the objective of providing care, well-being and social rights for the unsheltered. The article describes the phases of work: analyzing the designated area, organization of demands, monitoring, referral and farewell. The article also reinforces the importance of interdisciplinary work, the qualified listening and relationships with the affected people as well as articulation with the network of services and public policies. The experience resulted in a significant learning opportunity for those involved, reinforcing the university's social commitment and the need to address themes such as climate emergencies and disaster relief in the academic scope.

Keywords: flood, climate emergency, mental health.

Introdução

Todos acordamos sobressaltados naquele inesquecível 04 de maio de 2024. As chuvas já vinham se pronunciando – a cada tempo com mais intensidade – desde o dia 30 de abril. Mas ali ainda não sabíamos o tanto que teríamos pela frente, quantas pessoas, animais, espaços de vida, de história, famílias, crianças, adolescentes, idosos, suas perdas, quantos espaços de (com) vivência viriam a se estabelecer forçosamente naquele sábado.

Este relato se refere à construção de uma frente de trabalho carinhosamente intitulada de ‘Ação Psicossocial e Saúde Mental’ que ocorreu em um dos ginásios de esportes que se transformou em um espaço de abrigamento provisório para mais de 600 pessoas devido à crise emergencial climática na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da UFRGS.

Esta ação faz parte de uma força maior, composta por diversas frentes de trabalho com um intuito compartilhado: promover cuidados e bem-estar, orientações, informações, encaminhamentos, por meio de ações que asseguraram o acolhimento e a contribuição para condições

dignas, assim como o acesso aos direitos sociais das centenas de pessoas desabrigadas pela enchente de maio no estado. Fato inédito, nesses moldes e nessa extensão. Podemos considerar, como refere Mehry (2019), que esta experiência de grande mobilização, exigiu uma combinação de múltiplos conhecimentos em saúde, tanto técnicos das diferentes profissões, como os saberes e viveres das pessoas abrigadas para produzir o cuidado diante de situações diversas.

Num primeiro momento, cabe contextualizar quem somos. Esta ação em particular é vinculada ao Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana da UFRGS. Somos técnicas, professoras e profissionais que compuseram um coletivo junto a diversos outros profissionais das áreas de psicologia e serviço social, muitos deles nossos(as) alunos(as), ex-alunos(as), profissionais de outras instituições e autônomos que se juntaram a esta atividade, compondo uma grande equipe. Nossa ênfase aqui é mostrar a construção de nossa frente de trabalho. Para tanto, vamos apresentar as fases que percorremos desde que fomos chamados a atuar em campo. São elas: fase 1 - conhecendo o campo, foco na acolhida,

mapeamento e identificação de demandas; fase 2 - monitoramento e encaminhamento de demandas, descobrindo os caminhos; e fase 3 - já maduros, construindo a despedida.

Fase 1: Conhecendo o campo, as pessoas, foco na acolhida e demandas

No dia 04 de maio, a Direção do IPSSCH foi chamada a compor a acolhida de centenas de desabrigados pela enchente em Porto Alegre RS. Naquele momento fomos contatadas pela Reitoria da Universidade. O nosso Instituto é composto por 3 cursos, a saber: Psicologia, Serviço Social e Fonoaudiologia (esse último em consórcio com a Faculdade de Odontologia). Após um primeiro reconhecimento - em algumas horas, in loco - de modo quase simultâneo à entrada das pessoas no abrigo, fomos compondo quase que de modo espontâneo uma grande equipe.

Entre as pessoas estavam graduandos(as) e ex-graduandos(as) dos cursos de psicologia e serviço social, alunos(as) e ex-alunos(as) dos cursos de pós-graduação vinculados ao Instituto, técnicos(as), professores(as) e outros(as) profissionais vinculados aos diferentes espaços que compõem o IPSSCH. Um número expressivo de profissionais e estudantes demonstrou disponibilidade para auxiliar na ação, totalizando aproximadamente 120 pessoas envolvidas, além daqueles inscritos em um cadastro reserva, por meio de formulário online. É preciso referir que, ao longo dos primeiros dias, não foram poucas as pessoas da equipe que também foram afetadas pela enchente, à medida que as águas seguiam fazendo vítimas. Assim, muitos colegas precisaram buscar abrigo durante o percurso, ficando impedidos de dar continuidade ao trabalho que iniciaram junto ao coletivo.

Preocupadas em oferecer um cuidado qualificado e respaldado por intervenções que respeitassem, princípios científicos e aprendizados

já vivenciados em outros momentos de crise, foi organizada uma breve capacitação online, ainda no sábado. Esse momento teve como objetivo uma breve revisão dos conceitos relacionados aos primeiros cuidados psicológicos e à importância de uma abordagem social em desastres, assegurando uma ação eficaz e humanizada, atendendo às distintas demandas que se apresentariam no decorrer do trabalho. Neste encontro, também foi discutida a adaptação de um instrumento que denominamos de ficha cadastral que serviu como um dispositivo para aproximação e mapeamento de quem eram e quais as principais demandas das pessoas em situação de abrigo naquele espaço. O encontro foi gravado e seguiu sendo compartilhado com todos que se uniriam ao coletivo de trabalho na sequência.

Nosso grupo trabalhou de modo interdisciplinar e orgânico, numa interação constante entre profissionais e pessoas abrigadas, identificando demandas para atendê-las e/ou encaminhá-las, buscando articular as diferentes políticas sociais públicas. Os primeiros esforços também incluíram o preenchimento da ficha cadastral elaborada pelo grupo, sendo este um instrumento que serviu tanto na identificação de demandas como um dispositivo cuidado. Muitas abordagens foram iniciadas a partir desta coleta e, neste momento, cada membro desta equipe passa ao lugar de testemunha do sofrimento das pessoas ali abrigadas, iniciando o estabelecimento do vínculo e da confiança para as trocas que ali eram inauguradas. Foram feitas escutas de histórias das vidas das pessoas, em especial abordando questões emocionais, familiares e sociais.

Destacamos o quanto o processo de planejamento, execução, avaliação e gestão do trabalho em situações de desastre ocorre de modo simultâneo e dinâmico. Para tanto, diferentemente do trabalho que se desenvolve diariamente nas áreas do serviço social e da psicologia, mesmo no atendimento de populações vulneráveis,

há “um tempo” muito distinto deste em que a situação de emergência nos impôs. No entanto, tivemos muito cuidado para que as ações não se configurassem meramente pontuais, fragmentadas ou imediatistas. Nesse contexto, a referência de uma coordenação para a grande equipe de trabalho, que aumentava muito nos primeiros dias, foi essencial para a segurança e o direcionamento alinhado das ações. A partir deste entendimento, comissões de coordenação específicas foram se organizando.

Da mesma forma, simultaneamente, comissões com outros grupos de trabalho foram-se constituindo, o que permitiu que o nosso grupo pudesse estar integrado a um conjunto de serviços e setores que desenvolviam os mais diversos atendimentos e serviços para esta população. O contato direto com os demais profissionais e setores, a comunicação, interlocução, troca, apoio, bem como as intervenções realizadas em parceria foram fundamentais para que conseguíssemos dar seguimento ao nosso trabalho. Nesse sentido, um grupo que reunia diariamente profissionais representantes da coordenação dos serviços de saúde e assistência, denominado “S.O.S ESEFID” foi constituído. Este grupo foi de fundamental importância no trabalho interdisciplinar que envolveu saberes dos diferentes cursos lá presentes, como a educação física, enfermagem, farmácia, odontologia, nutrição, medicina, fisioterapia, veterinária, saúde coletiva e outros que, junto com a psicologia e o serviço social, atuaram na ESEFID. Em uma situação emergencial como esta, as demandas transformam-se de forma muito dinâmica e as reuniões diárias foram fundamentais para a efetiva articulação e atendimento das necessidades identificadas. A disposição dos diferentes grupos, áreas e setores para buscar alternativas conjuntas, através da sistematização das ações para avaliação dos direcionamentos, das combinações que viabilizassem a assistência às pessoas, bem como a comunicação, os contatos e a circulação das informações, foram imprescindíveis

para um fazer em rede.

No âmbito do nosso grupo, observamos a necessidade de reuniões tanto entre a comissão coordenadora como também com todos os participantes, usualmente realizadas na modalidade online, no turno da noite. Esse espaço permitiu o compartilhamento das situações que ocorriam a cada dia e que demandavam respostas muitas vezes urgentes, mas também exigiam um planejamento e uma articulação com outros profissionais e serviços. As primeiras experiências de atendimentos no abrigo foram sinalizando a necessidade de estrategicamente propor o envolvimento da equipe por meio de uma organização que denominamos de Grupos de Trabalho (GT). Assim, organizamos quatro GTs, cada qual com suas lideranças. Para além da coordenação geral (da Direção do IPSSCH) tivemos também uma Comissão Coordenadora formada pelas lideranças dos GTs criados, o que, em nossa avaliação, permitiu uma melhor organização das informações e sistematização das experiências diárias. Os quatro GTs constituídos foram:

1. GT Dados e Informações – Este grupo foi responsável pela organização dos dados coletados junto aos abrigados, o que possibilitou, a partir de uma análise, a construção de estratégias para resolução das demandas identificadas. A partir disso, foi possível assegurar não somente o armazenamento e compilação dos dados, como também agilizar a identificação das pessoas, de suas demandas e dos registros dos acompanhamentos realizados. Houve um grande cuidado com as implicações éticas dessas informações, assim como com as precauções advertidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (BRASIL, 2018). Em uma situação emergencial e dinâmica como a que foi vivenciada, foi fundamental a mediação deste GT na organização dos diferentes grupos de trocas de mensagens, assim como no gerenciamento dos dados armazenados eletronicamente e que demandaram um controle cuidadoso de quais profissionais teriam

acesso e a qual conteúdo. Além das atividades já descritas, o GT Informações também organizou a escala diária de profissionais que estariam presentes, assegurando a identificação dos voluntários e a presença de membros representantes dos diferentes GTs de acordo com as demandas identificadas. Por fim, também ficou sob responsabilidade deste GT, a compilação de informações externas necessárias e a produção de materiais auxiliares solicitados pelas diversas equipes de trabalho.

2. GT Infância e Adolescência – O trabalho deste GT iniciou compondo o espaço organizado coletivamente com as equipes da educação física e da enfermagem, que estavam atendendo às crianças desde a sua chegada. Logo em seguida, profissionais de diferentes áreas incluindo dança, musicoterapia, pedagogia, pediatria, bem como serviço social e psicologia passaram a integrar esse grande grupo responsável pelos atendimentos às crianças e adolescentes do abrigo. As especificidades do GT Infância e Adolescência da Psicologia e do Serviço Social foram identificadas a partir de um documento construído com objetivo de orientar o trabalho dessa equipe. As principais atividades envolveram principalmente a presença e o acompanhamento no espaço denominado sala do brincar, bem como atendimentos específicos identificados a partir da observação e da escuta das crianças e dos adolescentes. Muitos dos acolhimentos foram extensivos aos responsáveis e aos familiares, sendo alguns dos encaminhamentos realizados com intuito de assegurar a proteção às crianças/adolescentes.

3. GT Saúde Mental – neste grupo de trabalho foram acompanhados os adultos e os idosos, bem como voluntários e equipes de voluntários. Prevaleceu, neste trabalho, a acolhida, o apoio à organização de atividades bem como o fortalecimento das estratégias de enfrentamento individuais e coletivas. Inicialmente, foram identificadas pessoas que já apresentavam situações

de saúde mental prévias a fim de assegurar o seguimento do tratamento farmacológico e/ou oferecimento de apoio psicossocial. A equipe também foi procurada por pessoas que gostariam de ter uma escuta mais especializada e por voluntários que identificavam alguma demanda. Em alguns momentos, avaliações e manejo de situações de risco de vida ou exposição moral foram necessárias. Na perspectiva de cuidado da pessoa que é envolvida em uma situação de calamidade como esta, faz-se necessária a escuta como forma primordial de cuidado. É diante da presença do outro, como testemunha do evento ocorrido e de seu impacto, dando voz e integração à experiência catastrófica, que existe a possibilidade do início da elaboração da experiência e a possibilidade de impedir ou diminuir aquilo que poderá tornar-se o que chamamos de trauma. O trauma é uma experiência que supera a capacidade da pessoa, de um grupo, de uma comunidade, e para superação desta experiência individual e coletiva, onde o recurso da presença e da palavra são valiosos, transformadores. Assim, este grupo atuou por diferentes vias de acesso com o objetivo maior de mitigar o impacto e o dano sofrido por cada pessoa abrigada no espaço.

Ao longo dos dias, também foi necessário estender as ações de atendimento a alguns voluntários e equipes envolvidos nos distintos serviços e setores. As vivências decorrentes da interação e da assistência direta em uma situação de grande estresse demandaram um espaço de escuta para aqueles que estavam no abrigo como voluntários nas mais diversas atividades. Situações relacionadas à estruturação e preparo das rotinas de alimentação e à organização da distribuição de doações, por exemplo, podem gerar tensões, discordâncias, conflitos que, por vezes, levam a um sofrimento psíquico. Nesse sentido, acolhimentos individuais e coletivos foram realizados nos diversos espaços, tendo sido disponibilizada a escuta também para os voluntários. A participação de acadêmicos dos diferentes cursos da UFRGS também suscitou

a necessidade de um momento de acolhimento e orientação a esses futuros profissionais, que ainda vivenciam muitos questionamentos e inseguranças com relação ao papel profissional.

4. GT Mobilização e Articulação – Por meio deste GT articulamos e mobilizamos a população em situação de abrigamento, buscando a socialização de informações e orientações que se referem ao acesso aos direitos sociais, às políticas públicas e a seus serviços/programas bem como aos benefícios que poderiam ser acionados neste momento e pós-desastre.

Conseguimos mobilizar e articular diversos tipos de demandas, desde as mais simples até aquelas mais complexas. Como exemplo, podemos citar o acompanhamento da organização de espaços coletivos para fortalecimento do protagonismo das pessoas, por meio de abordagens grupais ampliadas, assembleia, da participação e do envolvimento delas nos distintos processos, bem como a articulação

com rouparia, alimentação e serviço veterinário. Citamos também articulações maiores, que envolveram ações com o contexto externo, a exemplo da feitura de documentos, da identificação dos serviços de saúde, assistência, educação e outros nos territórios e realização de articulação com profissionais referenciados nas distintas políticas sociais públicas, com vistas a refletir sobre o atendimento já vivenciado pelos mesmos em seus territórios de origem, bem como a construção conjunta de perspectivas para quando ocorresse a saída da situação de abrigamento.

Fase 2: Monitoramento e encaminhamento de demandas: descobrindo os caminhos

Embora tenha sido criado um espaço físico que demarcava geograficamente o local onde nos encontrávamos, reconhecido como “Tenda Psico/Social, cabe mencionar a relevância e diferença que fez, para os que neste local atuaram, a sensibilidade e perspicácia de não



Figura 1. Organização dos Grupos de Trabalho (GT)
Fonte: Autores (2024)

terem ficado restritos a este espaço. Foi necessário ir ao encontro das pessoas, buscando contato e aproximação, circulando entre elas, estabelecendo vínculos tanto com aqueles que se encontravam em situação de abrigo como junto a colegas e demais pessoas que estavam trabalhando nos diferentes serviços e setores. De forma a ilustrar nossa intervenção, diante da identificação da falta de informação das pessoas ali abrigadas sobre o contexto da cidade e dentro do próprio abrigo, foi construído um momento chamado "Notícias para você", no qual diariamente, ao final do dia, um membro do grupo informava as pessoas abrigadas sobre acontecimentos importantes, organização dentro do abrigo, programação de atividades e mobilização para participação. Era um momento de encontro com o coletivo, realizado diariamente ao final do dia.

Ao longo dos dias, fomos aprimorando a organização interna e agilizando o fluxo das informações necessárias para a realização do trabalho. Realizaram-se reuniões periódicas entre a comissão de coordenação e as coordenações dos GTs e, cada GT, também se reunia para planejamento, trocas, supervisão e encaminhamentos. A reunião com todos os envolvidos se desenvolveu de modo mais espaçado no desenvolvimento do trabalho, mas também se constituiu de fundamental importância no alinhamento das ações, especialmente no cuidado e troca sobre o direcionamento do trabalho e não sobreposição dos mesmos.

O trabalho desenvolvido pelo GT de Mobilização e Articulação contribuiu para o encaminhamento de inúmeras necessidades identificadas por meio do atendimento às pessoas, dentre elas, dúvidas sobre direitos assistenciais, previdenciários e trabalhistas, sobre rede assistencial, sobre perda total ou parcial de documentos, além de questões específicas que envolviam demandas sobre entradas/saídas/transferências das pessoas em situação de abrigo e que envolviam relações entre

abrigados(as) e familiares, dentre outras. Diante desse contexto, foi fundamental a articulação direta com inúmeros setores e organizações, como a Caixa Econômica Federal, com as equipes que fizeram as atualizações e novos cadastros do CadÚnico, a Defensoria Pública da União, articulação com a nossa Faculdade de Direito que por meio de seus Grupos de Assessoria Jurídica (SAJU) constituiu-se como parceiro no atendimento e assessoria aos abrigados. Em meio a todo este processo, compreendemos a necessidade de refletir criticamente sobre as (ir)responsabilidades públicas e privadas envolvidas nas "calamidades públicas", para que possamos, junto com as populações atingidas, cobrar justiça e proteção social

As demandas específicas de saúde mental, após a chegada e organização do abrigo nos primeiros 10-15 dias, foram se apresentando de forma diferente. O momento inicial foi dedicado a assegurar o acesso às necessidades essenciais de higiene, segurança e cuidado, além de garantir que situações de maior risco (crises de abstinência, risco de auto e heteroagressão, risco de exposição moral) fossem identificadas e diferenciadas das reações esperadas frente a uma situação como essa (tristeza, raiva, ansiedade, insônia, medo). Paralelamente identificaram-se demandas relacionadas ao acesso aos direitos, benefícios e novos auxílios disponibilizados pelo governo. A falta de informações consistentes e a dificuldade de encaminhar essas demandas foi a principal questão neste momento, gerando muita ansiedade diante da impotência vivenciada. Dessa forma, o trabalho em saúde mental somou-se aos esforços da equipe de serviço social no encaminhamento dessas questões. Destacamos que a integração com o serviço de psiquiatria, com quem atendemos conjuntamente casos e famílias, alcançou muitos benefícios oriundos dessa união.

Segundo as Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(as) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres, disponibilizadas pelo

Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2021), quando consideramos um desastre, é preciso compreender que há uma ruptura no funcionamento geral da comunidade afetada – em nível global ou não. Isso significa que, por conta de uma série de fatores inesperados, uma grande quantidade de pessoas é atingida por problemas de ordem biopsicossocial. Desde prejuízos econômicos, estruturais, sociais, de saúde física e mental, até a incidência de mortes. Deste modo, diante de circunstâncias desafiadoras, o trabalho da equipe volta-se para contribuir com o fortalecimento das estratégias de enfrentamento coletivas e individuais, fortalecendo os laços entre as pessoas e oferecendo apoio quando necessário.

No caso da atenção à infância e adolescência, o trabalho que se iniciou bastante centrado na construção e no cuidado desenvolvido na sala do brincar (junto às demais áreas anteriormente citadas), logo precisou ser ampliado para outros espaços e ambientes do abrigo e da própria rede de atenção intersectorial. Ainda que os turnos da sala do brincar fossem bastante movimentados (chegando a ter mais de 60 crianças presentes em um único turno), logo fomos percebendo - e sendo avisadas por voluntárias e voluntários de outros setores do abrigo - que os casos que demandavam maior atenção e intervenções mais específicas nem sempre chegavam até o espaço proposto para o acolhimento, a convivência e o livre brincar. Dessa forma, também se construíram alguns acompanhamentos e intervenções pontuais dentro do próprio ginásio (no caso de crianças e adolescentes que apresentavam maiores dificuldades no trânsito e na convivência com os pares), junto a outras equipes que também propunham atividades para essas faixas etárias (como o grupo Movimenta, constituído por discentes e docentes da ESEFID, e que organizava atividades lúdicas e esportivas diárias em outros espaços), e com parceiros externos (como o Sereno Canto, com atividades de acalanto e contação de histórias para a hora de dormir). Além disso, também se estabeleceram

contatos com a rede intersectorial (em especial da saúde e da assistência social), especialmente nas situações em que se identificou a necessidade do seguimento e da continuidade do acompanhamento e/ou de atendimentos específicos para o momento posterior ao abrigo.

Fase 3: Já maduros, construindo a despedida

Tendo em vista o momento de desmobilização do abrigo da ESEFID e a notícia de que muitas famílias ainda não poderiam retornar para seus territórios de origem, sendo encaminhadas para outros espaços de permanência provisórios, foram construídas, junto a bolsistas de extensão do GT da Infância e Adolescência, algumas estratégias para o acompanhamento e o encaminhamento das crianças e adolescentes do abrigo junto à rede intersectorial. Mantêm-se, assim, os contatos com as redes de assistência, educação e saúde, na perspectiva da garantia de direitos e da sustentação do cuidado nos momentos posteriores à saída do abrigo. Além disso, junto ao grupo maior composto pelas demais áreas de conhecimento que por meio de trabalho interdisciplinar realizavam o atendimento às crianças e adolescentes, foram montados kits com mochilas, roupas, brinquedos e materiais escolares para todas as crianças e adolescentes, bem como foram construídas algumas estratégias singulares para aquelas que apresentaram maior sofrimento com o momento de saída do abrigo (como cartinhas e camisetas assinadas pelo grupo de voluntárias e voluntários).

O GT de mobilização e articulação fez contato com as referências da rede de cuidado do território, buscando dividir e auxiliar na transição do cuidado das pessoas que ali estavam abrigadas. Foram identificados os serviços de assistência social, Unidades Básicas de Saúde e outros, onde os abrigados eram cadastrados/atendidos, sendo feita uma aproximação com as referências técnicas visando aproximação, troca e continuidade do atendimento.

Uma das ações junto à saúde foi a identificação da necessidade dos registros dos atendimentos realizados dentro do abrigo, sendo articulada uma ação específica para inserção do material no e-SUS que foi proposta e mediada pela coordenação do grupo de representantes das áreas e serviços da saúde e assistência (S.O.S Esefid), que em parceria com a política de saúde municipal garantiu este encaminhamento.

Com relação à “despedida” da equipe de voluntários do IPSSCH foi realizado um encontro onde todas as pessoas que estiveram de alguma forma envolvidas foram convidadas a participar. Neste momento, trocas, relatos de experiências foram compartilhados de forma a favorecer a elaboração e encaminhamento desta etapa. A experiência deixou nítido que cada um esteve envolvido de forma singular, porém era comum a todos a sensação de que o retorno à “normalidade” não parecia fazer sentido após momentos tão intensos e de tantas conexões. Assim, ficou explícito que todos os ali presentes saíam desta vivência de forma diferente, levando histórias, novos saberes técnicos, éticos e afetivos para sua caminhada profissional e pessoal.

Considerações finais

Vale referir que este trabalho só foi possível em função do apoio e parceria constante dos demais profissionais da área da saúde, assim como de todos que compuseram os vários setores e áreas de conhecimento que desenvolveram ações na ESEFID, aqui reconhecidos como colegas, voluntários, profissionais da secretaria do esporte da prefeitura municipal, da Organização Não-Governamental (ONG-ADRA), enfim, todos. Cabe aqui especialmente destacar nosso reconhecimento ao envolvimento integral e coordenação geral desta ação assumida pela Direção da ESEFID.

Entre as preocupações daqueles que conosco estavam envolvidos neste trabalho, destacamos as dificuldades encontradas diante da necessidade de tomadas de decisões dos poderes públicos por meio de soluções concretas, assim como a articulação com uma rede que sabidamente atua em sua capacidade máxima em sua rotina, sobrecarregada, sendo completamente desarticulada em uma situação de calamidade com esta.



Figura 2 - Equipe de trabalho
Fonte: Autores (2024)

Embora tenhamos a compreensão e a defesa do compromisso e responsabilidade do Estado e das políticas sociais públicas, esta tragédia vivenciada e o acolhimento das pessoas atingidas no abrigo da ESEFID/UFRGS possibilitou ao Serviço Social e a Psicologia contribuírem, a partir do seu campo de conhecimento e por meio dos fundamentos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos, de forma interdisciplinar, alinhada, compondo com a parceria destas áreas, saberes e legislações pertinentes. Deste modo, compreendemos que, para intervir com respostas qualificadas em planejamento e avaliação de ações, é necessário estudar e conhecer, participar dos movimentos sociais, promover articulações, fortalecer o protagonismo dos envolvidos, estabelecer vínculos e se comprometer com a população.

Quanto às pessoas que estiveram envolvidas nesta imersão, podemos compartilhar que a vivência desta ação se deu em um tempo em que as horas acompanhadas pelo relógio não traduziam o verdadeiro tempo que vivíamos, e nem os dias ou semanas computaram igualmente o calendário que nos rege. O trabalho vivenciado pelo serviço Psico & Social coordenado pelo IPSSCH perpassou e impactou inesquecivelmente todas as pessoas envolvidas (estudantes, professores, técnicos, egressos e demais profissionais) que se vincularam a este trabalho. Fica o registro que esta ação só pode acontecer em função do grupo ter decidido fazer esta difícil travessia de forma coletiva,

articulada, coordenada, com muito respeito a todas as pessoas envolvidas.

A vivência desta ação também possibilitou uma experiência incomparável de formação técnica, ética, humana e cidadã. Sinalizando a relevância de que temas como a emergência climática e o atendimento em situações de calamidades, sejam pautados e priorizados na universidade no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. No percurso vivenciado e apresentado neste artigo, a teoria e prática caminharam de mãos dadas evidenciando a serviço de quem deve estar o conhecimento. Assim, reiteramos o compromisso social da nossa universidade pública, onde utilizamos o conhecimento de excelência que nela é produzido, junto com o rigor técnico e implicação ética para, por meio de nossa intervenção, atender com dignidade e qualidade às centenas de pessoas vitimadas pela enchente, com as quais vivenciamos os últimos dois e intensos meses no abrigo que estava na Esefid e que nos deixam significativas e profundas marcas. ◀

Referências Bibliográficas

- BRASIL. **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, [2020].
- MERHY, E. E. et al. **Rede Básica, campo de forças e micropolítica: implicações para a gestão e cuidado em saúde**. Saúde em Debate, v. 43, n. spe6, p. 70–83, 2019.
- Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) na gestão integral de riscos, emergências e desastres. **Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas**. — 1. ed. — Brasília : CFP, 2021. 96 p
- CFESS Manifesta: O trabalho de assistentes sociais em situações de calamidades. **Conselho Federal de Serviço Social**. Brasília (DF):CFESS, 2022.



Cozinhas-Território: espaços de convergência social e comunitária

Daniele Caron¹, Ana Elísia da Costa¹, Isabella Khauam Maricatto¹, Daniela Cidade¹, Aline Nunes da Rosa², Ana Cabral Rodrigues³, Andressa Valentin de Menezes¹, Bárbara Rodrigues Marinho¹, Nathália Pedrozo Gomes¹, Sherlen Cibely Rodrigues Borges¹, Bruna Marques de Azevedo¹, Maria Clara Mallmann Kaefer¹, Júlia da Cunha Fraga¹, Rodrigo Schames Isoppo⁴

¹Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA/UFRGS)

²Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IA/UFRGS)

³Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (IPSi/UFF) - Campus Volta Redonda)

⁴Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

e-mail: daniele.caron@ufrgs.brw

Resumo

Esse artigo discute resultados parciais do projeto de extensão “Espaços de Convergência Social e Comunitária” da UFRGS. Toma as cozinhas solidárias como um objeto de estudo privilegiado, por sua importante atuação social e política nas margens urbanas, como evidenciado na crise ambiental e sanitária que afetou o Rio Grande do Sul em 2024. O projeto objetiva mapear essas cozinhas e apoiá-las a se efetivarem como equipamentos urbanos de convergência social e comunitária. O artigo, por sua vez, analisa os resultados parciais dos mapeamentos cartográficos e narrativos desse projeto, construídos desde dados socioterritoriais e relações dialógicas com integrantes das cozinhas. Revela-se a vulnerabilidade das cozinhas aos interesses políticos e econômicos operantes na cidade e a sua posição

insurgente, ao afrontar esses interesses, bem como ordens individualistas e exploratórias impostas ao trabalho e à vida. Com e pelas cozinhas, vislumbra-se outras perspectivas de fazer cidades e um porvir urbano mais igualitário e comunitário.

Palavras-chave: cozinhas-território, cozinhas solidárias, cozinhas solidárias de emergência, espaços de convergência social.

Abstract

This article discusses partial results of the extension project "Spaces for Social and Community Convergence" at UFRGS. It focuses on solidarity kitchens as a privileged object of study due to their significant social and political role in urban margins, highlighted during the environmental and health crisis that affected Rio Grande do Sul in 2024. The project aims to map and support these kitchens in becoming effective urban facilities for social and community convergence. The article analyses the partial results of this project's cartographic and narrative mappings, based on socio-territorial data and dialogical relations with members of the kitchens. It reveals the vulnerability of the kitchens to the political and economic interests operating in the city and their insurgent position in confronting these interests, as well as the individualistic and exploitative orders imposed on labour and life. Through and with the kitchens, the article envisions alternative perspectives for making cities and a more egalitarian and communitarian urban future.

Keywords: kitchens-territory, solidarity kitchens, emergency solidarity kitchens, social convergence spaces.

Introdução

A enchente de Porto Alegre de maio de 2024 devastou direta e indiretamente incontáveis vidas, mas especialmente aquelas que já se encontravam vulneráveis antes do evento por sua condição periférica e marginalizada. No caos instalado e na ausência do Estado, iniciativas comunitárias se instauraram e se fortaleceram, destacando-se as cozinhas solidárias, comunitárias e emergenciais que passaram a assegurar a alimentação dos afetados.

A origem das cozinhas está ligada a movimentos sociais organizados que atuaram no combate à fome durante a pandemia do COVID-2019. Entendendo, contudo, que essa atuação não deveria desonerar o Estado de seu papel, esses movimentos passaram a lutar por políticas públicas dedicadas à segurança alimentar. Essa luta veio a subsidiar a criação do Programa Nacional de Cozinha Solidária (PNCS) em 2023, a cargo do Ministério do Desenvolvimento e

Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)¹.

Mais do que oferecer comida, contudo, as cozinhas constroem uma tecnologia social. Operam como lugares pedagógicos de partilhas de saberes, construção de conhecimento e de educação política e cidadã (REIS DA SILVA; DORNELLES, 2022) e, ao promoverem também ações culturais, educativas e de saúde, consolidaram-se como espaços de convergência social e comunitária. (CARON; RODRIGUES; ISOPPO, 2024)

Entendendo que esses espaços físicos e sociais são fundamentais para a reconstrução das vidas em comunidade durante e após a enchente, o

1. O Programa Cozinha Solidária (Lei 14.628 e Decreto nº 11.937/2024), vinculado ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), envolve ações em três modalidades: doação de alimentos, entregues pelo PAA; oferta de refeições por meio de entidades gestoras; e apoio à formação e capacitação dos colaboradores e parceiros.

Margem_Laboratório de Narrativas Urbanas (PROPUR/UFRGS)², em parceria com o Encruzilhada (PROPUR/UFRGS), Nonada Jornalismo Cultural e movimentos sociais, desenvolveu um projeto de pesquisa-extensão-ensino dedicado às cozinhas³. O projeto interdisciplinar envolve duas etapas: o mapeamento cartográfico e narrativo das cozinhas ligadas a movimentos sociais; e o apoio técnico à sua consolidação como equipamentos urbanos de convergência social. Pretende-se, com isso, vir a compor um conjunto de diretrizes que possam subsidiar o reconhecimento e a efetivação delas como equipamentos urbanos de bairros, capazes de fortalecer redes de vizinhança, lutas pela moradia popular e relações urbano-rurais vinculadas à soberania alimentar.

Refletir sobre os mapeamentos produzidos na primeira etapa do projeto é o objetivo deste artigo. Para tanto, de modo qualitativo-exploratório, o projeto em questão é contextualizado, seguido da análise dos seus mapeamentos: cartográfico, que relaciona a presença das cozinhas em Porto Alegre e dados socioterritoriais; e narrativo, que apresenta, por meio de relações dialógicas com as cozinhas, os seus contextos de mobilização social. Ao fim, observa-se a vulnerabilidade das cozinhas a interesses políticos e econômicos operantes na cidade e a sua posição insurgente, quer por afrontar esses interesses, quer por defender modos de trabalhar-viver desobedientes às ordens individualistas e exploratórias vigentes.

2. O Margem_Laboratório de Narrativas Urbanas atua desde 2019, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Articula pesquisa, ensino e extensão como forma de construção de conhecimento e tem a narrativa como aposta metodológica e epistemológica para pesquisar a complexidade urbana. Privilegia o estudo de territórios fragilizados e marginalizados e busca, pelo diálogo com eles, construir ferramentas e dispositivos capazes de fazer frente às lutas e violências do cotidiano.

3. O projeto se articula com a pesquisa de doutorado "A subversão da paisagem pela insurgência", de Isabella Khauam Maricato, também autora deste artigo; e veio a compor o Programa "Reconstrução e adaptação dos municípios do RS no contexto da crise climática: ações da Faculdade de Arquitetura" da UFRGS: <https://www.ufrgs.br/arquitetura/espacos-de-convergencia/>

O projeto de pesquisa-ensino-extensão

O projeto de extensão "Espaço de Convergência Social e Comunitária" reconhece que, no contexto das referidas enchentes, especialmente grupos sociais vulnerabilizados sofreram processos de desterritorialização e que precisarão reconstruir suas vidas sociais e urbanas, quer em assentamentos novos, quer em reestruturados. Para apoiar essa reconstrução no âmbito do planejamento urbano, é relevante conhecer espaços e atividades que dão sustentação às redes comunitárias e onde convergem ações culturais, educativas e de saúde. Nesse contexto, a atuação das cozinhas solidárias, populares e comunitárias é significativa, conforme revelam dados do MDS (BRASIL, 2023), assim como as iniciativas emergentes ainda não completamente mapeadas.

Cartografar essas cozinhas em Porto Alegre, especialmente as ligadas a movimentos sociais, e apoiar sua efetivação como equipamentos urbanos de convergência social e comunitária é o objetivo do projeto. Isso pode ser relevante para subsidiar tanto projetos e políticas públicas existentes, como o PNCS, quanto os que emergem no enfrentamento emergencial de recorrentes tragédias e crimes ambientais.

O trabalho, contudo, não se reduz à produção de dados quantitativos sobre as cozinhas ou à oferta a elas de suporte técnico arquitetônico e urbanístico tradicional. Em constante diálogo com as cozinhas, em uma primeira etapa, são propostos mapeamentos cartográficos, concernentes ao território urbano, e narrativos, ligados às relações sociais que permeiam essas territorialidades e que constroem valiosas tecnologias sociais. Em uma segunda etapa, desde processos participativos, abertos à reflexão e à autonomia, são propostos o apoio técnico à estruturação e qualificação de espaços de cozinhas eleitas e a construção de diretrizes que amparem iniciativas similares⁴.

4. Dirá sobre os espaços das cozinhas - estrutura física, infraestrutura hidrossanitária, mobiliário/equipamentos, etc. - e sobre espaços de cunho educativo e cultural.

Mapeamento cartográfico

O mapeamento cartográfico, desenvolvido pelo Margem_Lab e o Encruzilhada_Lab, busca evidenciar a incidência quantitativa e locacional das cozinhas em escala municipal. Para tanto, recorre-se a informações inscritas no MDS (2023), onde constam cozinhas solidárias, populares e comunitárias, e ao levantamento de cozinhas emergentes com a enchente de 2004, ainda em andamento⁵. A esse mapeamento são justapostos, inicialmente, dados territoriais referentes à renda, raça e acessibilidade-mobilidade.

A eleição desses dados decorre do pressuposto de que eles permitem compreender situações de precariedade oriundas de políticas urbanas tecnicistas, racistas e segregadoras, evidentes principalmente nas margens urbanas, onde opera a maioria das cozinhas. Por margens urbanas entende-se a espacialização sobreposta de duas práticas: a do sistema-mundo moderno e capitalista que aciona a precarização e vulnerabilização de grandes contingentes populacionais urbanos; e a de organizações que subvertem os imperativos modernos de privatização da terra e da vida. (CARON; RODRIGUES; ISOPPO, 2024).

Ao sobrepor os dados das cozinhas aos referidos dados socioespaciais, espera-se, assim, ampliar reflexões sistêmicas sobre o fenômeno urbano das cozinhas, bem como aferir a obsolescência de políticas urbanas vigentes para alcançar a justiça social e ambiental que deveria pautar a organização das cidades, o que é ressaltado em cenários de catástrofe ambiental e sanitária (ver Figura 1).

5. Envolve cozinhas criadas por organizações de mulheres, centros afros, associações comunitárias, quilombos urbanos, cooperativas de catadores de rua, movimentos ambientalistas, entidades de caridade, entre outros.

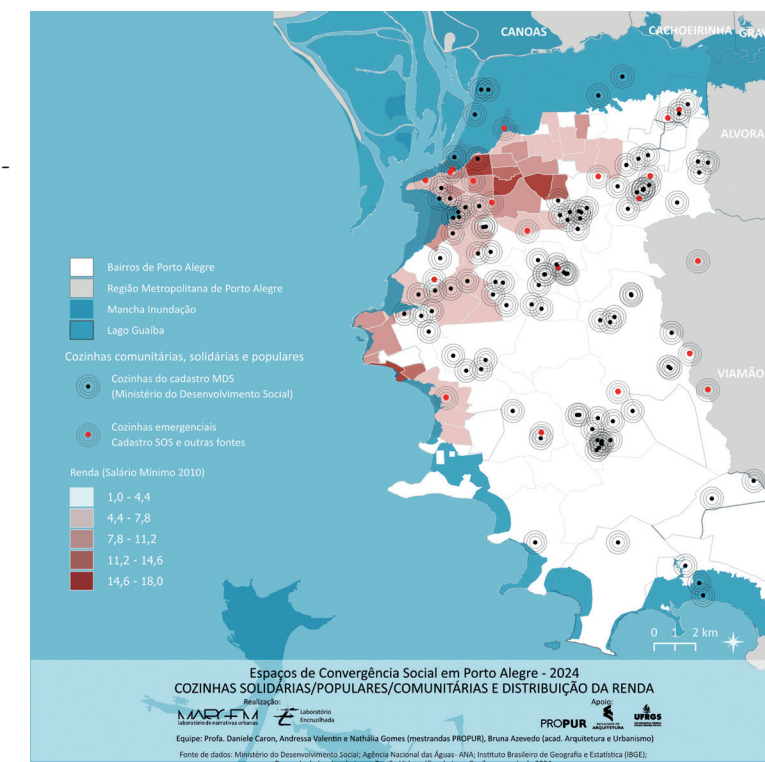


Figura 1 - Cozinhas solidárias/populares/comunitárias e distribuição de renda
Fonte: Acervo Margem_lab e Encruzilhada (2024)

Desde a cartografia que relaciona as cozinhas aos diferentes estratos de renda (IBGE 2012, 2023), observa-se que a leste, centro e sul do município a incidência das cozinhas aparece majoritariamente em bairros de baixa renda, os quais frequentemente ocupam áreas de borda ou topo de morro com pouco acesso a infraestruturas urbanas, serviços, equipamentos e moradia digna. Observa-se também a incidência das cozinhas em bairros mais centrais e consolidados em termos de infraestrutura urbana, lugares que concentram boa parte da população de rua desatendida em todos os aspectos da vida social e urbana, além de ocupações urbanas em imóveis que não cumprem sua função social (ver Figura 2).

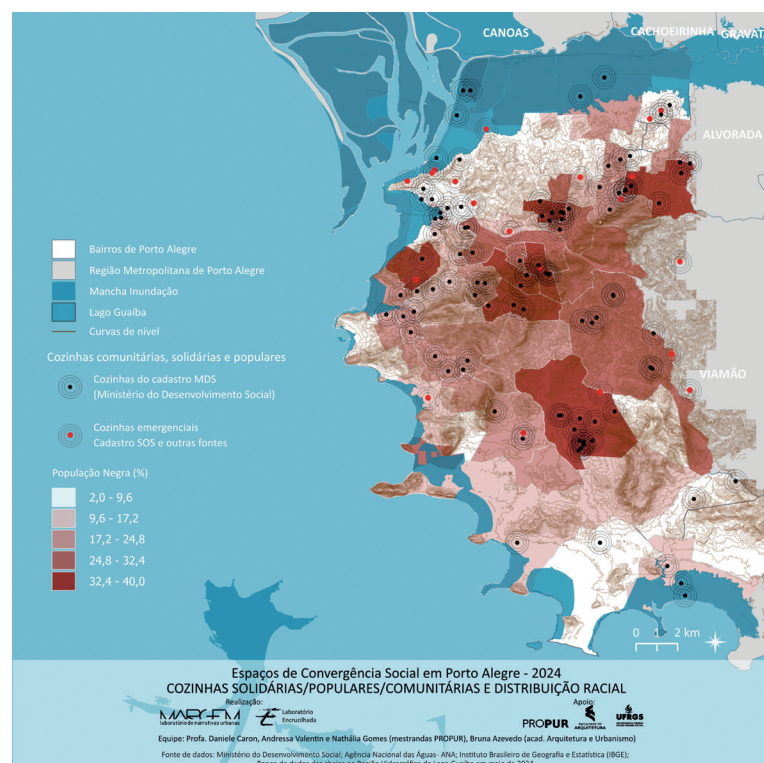
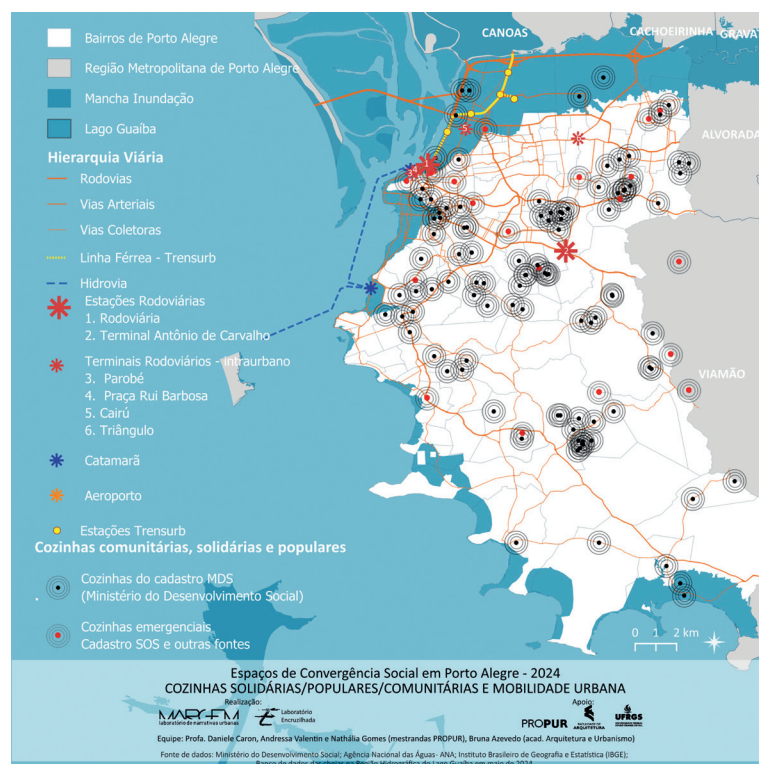


Figura 2 - Cozinhas solidárias/populares/comunitárias e distribuição racial
Fonte: Acervo Margem_lab e Encruzilhada (2024)

A sobreposição dos dados das cozinhas aos dados de raça (IBGE, 2012, 2023) evidencia que a concentração das cozinhas coincide com as áreas de maior concentração de pessoas negras, como à leste (bairros Mario Quintana e o Morro Santana) e à oeste (bairro Bom Jesus e nos “morros” da Vila São José e Coronel Aparício Borges). À sul, destaca-se a Restinga resultado de uma das maiores remoções urbanas do centro para as margens da cidade durante os anos 1970, com forte recorte racial. O seu centro, apesar de ser habitado principalmente por pessoas brancas,

Figura 3 - Cozinhas solidárias/populares/comunitárias e mobilidade urbana
Fonte: Acervo Margem_lab e Encruzilhada (2024)



preserva quilombos urbanos que remetem aos territórios negros do século XIX. Nos territórios majoritariamente ocupados pela negritude, também se concentram a falta de infraestrutura urbana e o policiamento intensivo, o que revela um forte retrato das desigualdades sociais e do racismo estrutural das políticas urbanas e sugere a emergência das cozinhas como um movimento de resistência a isso (ver Figura 3).

No mapa das cozinhas sobreposto aos dados de mobilidade e acessibilidade, observa-se que o sistema viário radial da cidade privilegia os territórios mais centrais, onde também se concentra a maior parte das estações e terminais. Não usufruindo diretamente desse sistema por se localizarem majoritariamente nas periferias, as cozinhas buscam se beneficiar da proximidade das poucas redes viárias estruturantes dessas regiões,

o que se observa sobretudo a leste e sul. Trata-se de uma estratégia que, ao driblar a dependência do sistema de mobilidade estruturado a partir do centro histórico, garante o acesso físico, a circulação de capital humano e de informações e a distribuição de alimentos, o que é fundamental para o funcionamento das cozinhas e as converte em centralidades e espaços de convergência social. Essa estratégia, contudo, não é suficiente para garantir o acesso quando o sistema de transporte público falha/paralisa, como ocorreu durante a inundação do centro histórico, ou quando ele retoma a uma normalidade artificial com alterações de tarifas, itinerários, horários, o que evidencia a carência de ações de planejamento voltadas para mobilidade e acessibilidade em áreas periféricas.

O mapeamento cartográfico segue em andamento, e buscará detalhar aspectos relacionados ao saneamento, à presença das áreas de risco, à incidência de imóveis vazios que não cumprem sua função social, bem como às bordas rurais e mesmo urbanas que acolhem hortas comunitárias e agricultura familiar.

Mapeamento narrativo

O mapeamento narrativo ocorre concomitante e de modo complementar ao cartográfico. Consiste na promoção de rodas de conversa nos territórios das cozinhas, envolvendo pessoas a elas ligadas e o grupo de pesquisa. Foram seis as cozinhas envolvidas⁶, eleitas pelos vínculos de confiança já estabelecidos com o MargemLab, já que isso favorece a fluidez das experiências dialógicas. Esses vínculos foram construídos a partir da atuação de integrantes do laboratório em projetos anteriores que envolviam movimentos sociais ligados às

6. Coordenada pelo Levante Popular da Juventude, a cozinha emergencial, na vila Barracão da Grande Cruzeiro; coordenadas pelo Movimento Nacional por Luta pela Moradia (MNLN), as cozinhas emergenciais Art&Mãe, na Bom Jesus, e Das Pretas, na Vila Dique; coordenadas pelo Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Sem-Teto (MTST), a cozinha consolidada da Azenha e a emergencial do Lami; coordenada pela União Nacional por Moradia Popular (UNMP), a cozinha emergencial da Restinga.

cozinhas e/ou em ações de voluntariado junto a elas.

As rodas foram guiadas por uma pergunta disparadora que pudesse fazer emergir memórias e cotidianos relacionados à experiência e ao saber/fazer que estruturam e garantem a atuação desses lugares como espaços de convergência social. Desde a pergunta: “como você chegou nessa cozinha?”, a maioria dos relatos tramam memórias de vida que caracterizam a desassistência do Estado e que foram ensinando táticas de sobrevivência e resistência. A roda de conversa com cada cozinha é particular e única, e fica registrada em áudios posteriormente escutados pelo Nonada Jornalismo e MargemLab, que recortam trechos chave da atuação das cozinhas no território. Estes áudios retornam às lideranças das cozinhas, que autorizam e validam as experiências que comporão uma plataforma virtual e aberta. A partir desse mapeamento narrativo, já é possível acionar algumas reflexões relacionadas ao papel político e territorial das cozinhas, e ao engendramento desse espaço físico e social como potência na convergência social e comunitária.

As cozinhas surgem nos territórios, muitas vezes, como desdobramentos naturais ou emergenciais de atuações pregressas das/os narradoras/es como lideranças comunitárias ou como membro de organizações sociais. Isso emerge, por exemplo, na cozinha do Barracão com a Associação Mulheres de Luta; na cozinha Art&Mãe com a Elos; na do Lami com a ONG Ester Mulher; e na da Restinga com a Cooperativa Vida Nova. Isso é um indicador de que a organização de ações de combate à fome se relacionam com ações educativas, culturais e de geração de renda que dão suporte à comunidade. Por isso, além da oferta de marmitas, nas cozinhas se sobrepõem outros tipos de atendimentos demandados – representações políticas, assistência jurídica e de saúde, doações de cestas básicas e roupas, atividades educativas e culturais etc. As painéis da cozinha da Vila Barracão, por exemplo, ocupam provisoriamente espaços de máquinas de costura de

um programa de geração de renda, o que aponta novas demandas de espaço físico de suporte (ver Figura 4).



Figura 4 - Intervenções no espaço da Cozinha Barracão
Fonte: Acervo Margem_lab (2024)

As cozinhas, portanto, são práticas políticas enraizadas nas necessidades locais, territorializadas, e já legitimadas como lugares de acolhimento e de representação pelas comunidades que atendem. São forças insurgentes, intrínsecas ao caráter inventivo e criador das margens urbanas, que emergem contra o abandono do Estado e que se legitimam à revelia dos poderes instituídos. Observamos que quanto maior a vinculação com cooperativas, associações e movimentos sociais, mais facilidade tem a cozinha de acionar as redes de sociabilidade e de sustentação econômica para seu funcionamento.

O capital político dos movimentos sociais que dão sustentação às cozinhas é o que as difere quanto aos níveis de condições de trabalho e de alcance social. Diante do desastre climático no RS, por exemplo, a cozinha consolidada da Azenha ampliou rapidamente a produção, por seu

saber-fazer⁷ e pela sua capacidade de mobilizar recursos humanos e materiais. É relevante destacar que a Cozinha da Azenha representa

uma política do MTST que vem se ampliando e tem pautado a agenda de políticas públicas para as cozinhas junto ao governo federal, conforme relataram as lideranças do movimento. Outras cozinhas que participaram das rodas de conversa também reforçam a importância do papel dos movimentos sociais para suas atuações e para que essa tecnologia social não se subordine aos interesses políticos ligados ao poder econômico.

As cozinhas se revelam como laboratórios de modos solidários de produzir e fazer cidade. Na escuta COM as cozinhas, evidencia-se que, em meio às contações de histórias no seu cotidiano, se ensina-aprende a ter cuidados na escolha dos alimentos/cardápios, a cozinhar, a dividir horizontalmente tarefas e a refletir coletivamente sobre as ações que sustentam as comunidades no território. Ali, laços comunitários são tecidos no cotidiano e é constituído um espaço social marcado por urgências, "mão-na-massa", risos e pelo acolhimento das diferenças. A cozinha, lugar por excelência da troca de saberes e das ancestralidades, é encarado pelos grupos de mulheres que estão à sua frente como coração da comunidade e do território. Cabe ressaltar que esse espaço social também é permeado por conflitos inerentes a uma prática democrática que busca alicerçar-se nas lideranças, mas também constituir dinâmicas horizontalizadas. O alcance da cozinha como equipamento urbano de convergência social, portanto, depende tanto dos laços

7. A Cozinha Solidária de Emergência do MTST foi criada no contexto das enchentes de setembro de 2023 no Vale do Taquari-RS.

de sociabilidade, quanto da prática cotidiana de resolução de conflitos, que, ao fim, aprimoram sua existência e suas dinâmicas.

As cozinhas ocupam imóveis ou terrenos em diversas condições. São propriedades nunca públicas – privadas, ocupadas, alugadas ou emprestadas –, que espelham as dificuldades e potencialidades de seus contextos urbanos e culturais. De um lado, vê-se problemas que comprometem o desempenho funcional e sanitário das cozinhas: faltam abastecimento de insumos e de água e tratamentos de esgoto e de resíduos; as soluções técnico-construtivas e os layouts das edificações ou instalações são precárias e/ou improvisadas. De outro, vivencia-se espaços acolhedores, sempre abertos para prosas ao redor de fogões (muitos à lenha), um café, um arroz com feijão, como pudemos experienciar nas próprias rodas de conversa.

Na interface dessas ambiguidades, as cozinhas são criativas, fazem muito com pouco, relativizando padrões de saberes técnicos. Ensinam a arte do improviso e o projeto flexível a realidades cotidianas e contingenciais. Sem romantizar, contudo, desejos de qualificação espacial e funcional se manifestam constantemente. Há demandas de



instrumentos e equipamentos – como simples painéis de pressão grandes (Cozinha Art&Mãe) ou fogões industriais (Cozinha da Restinga) –; e de espaços maiores (Cozinhas da Restinga e Lami) e que favoreçam o encontro de pessoas ao redor de uma mesa (ver Figura 5).

As atividades e mapeamentos até então realizados apontam para as complexidades das cozinhas e dão pistas para orientar futuras ações de apoio técnico à sua qualificação espacial. Desde já se vislumbra, por exemplo, a necessidade do Estado cooperar com a efetivação dessa tecnologia social, sobretudo em contextos de emergência climática e sanitária como ocorre desde maio de 2024 em Porto Alegre, através da concessão de imóveis que não cumprem sua função social. Além disso, entende-se que as políticas urbanas referentes à provisão habitacional de desabrigados, à mobilidade/acessibilidade, ao saneamento básico e ao fortalecimento das dinâmicas entre hortas/agricultura familiar podem ser pautadas pelas cozinhas solidárias e comunitárias como dispositivos que agenciam politicamente e territorialmente o combate à fome nas cidades.

Essas composições fazem parte dos primeiros resultados deste projeto que articula extensão, pesquisa e ensino tanto no âmbito da graduação como pós-graduação. Para ampliar e diversificar o fortalecimento das cozinhas como equipamentos urbanos, está em construção a plataforma virtual Sonário de Cozinhas-Território, que será apresentada na universidade ainda este mês. O evento de apresentação visa ecoar vozes das vivências em territórios de cozinha, impulsionando e legitimando seus modos de convergir socialmente; e contará com a participação e envolvimento das/os narradoras/es das rodas de conversa, movimentos sociais vinculados, além dos laboratórios envolvidos e comunidade em geral.

Figura 5 - Forno a lenha
Cozinha Art&Mãe - MNLM.
Fonte: Acervo Margem_lab (2024)

Considerações finais

Esse artigo discutiu resultados parciais de um projeto de ensino-pesquisa-extensão que reconhece a importância dos espaços de convergência social para a promoção da vida em comunidade, o que foi especialmente evidenciado diante dos cenários de crise ambiental que afetaram o Rio Grande do Sul. Toma como um desses espaços as Cozinhas Solidárias – operantes principalmente nas margens urbanas e desde a articulação de movimentos sociais – e objetiva relacionar as suas localizações e atuações, como forma de subsidiar ações futuras de apoio que efetivem as cozinhas como equipamentos comunitários.

Desde o mapeamento cartográfico até então realizado é possível perceber que as cozinhas, como dispositivos de convergência social nas margens urbanas, estão suscetíveis a interesses políticos e econômicos que, assim como na ordem global, buscam invisibilizar e desarticular a potência política de equipamentos urbanos para estruturação de bairros e redes de vizinhança. A despeito desses interesses, como revela o mapeamento narrativo, as cozinhas emergem como insurgências, formas de resistência consolidadas por longas trajetórias políticas, o que lhes permitem estar profundamente territorializadas ou enraizadas em demandas

locais e serem legitimadas por suas comunidades. A resistência das cozinhas também se expressa na própria pedagogicidade da sua vida social, ensinando modos de trabalhar e viver que, ao pautarem redes de sociabilidade e afetos, se contrapõem às ordens individualistas e exploratórias vigentes.

A falta de políticas que designem espaços públicos e infraestruturas nas margens urbanas para a implantação das cozinhas solidárias, bem como a precariedade programada de seus espaços físicos, são evidentes limitadores para que elas cumpram sua função social. Por outro lado, importa destacar que isso é também uma estratégia do Estado para enfraquecer movimentos sociais que estão ligados às cozinhas, como os da luta pela moradia popular e pela soberania alimentar.

Esse trabalho, construído em constante e atento diálogo/escuta com os envolvidos, revela as potencialidades da articulação entre pesquisa-ensino-extensão na graduação e pós-graduação. Convoca, uma vez mais, a atenção para construção de processos de interação pautados no encontro de saberes, no respeito às diferenças, em modos solidários de fazer cidades e que permitem questionar os modelos de planejamento urbano alheios a um porvir urbano mais igualitário e comunitário. ◀

Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 11.937 de 5 de março de 2024. Regulamenta o Programa Cozinha Solidária. **Diário Oficial da União**, Brasília - DF, 2024.

BRASIL. Lei nº 14.628 de 20 de julho de 2023. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária. **Diário Oficial da União**, Brasília - DF, 2023.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **MDS divulga cadastramento para cozinhas solidárias, populares e comunitárias**. Brasília - DF, 06 dez. 2023.

CARON, D.; RODRIGUES, A. C.; ISOPPO, R. S. Cozinhas solidárias e o inadiável na cidade. **Jornal da Universidade**. UFRGS, 20 jun. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

REIS DA SILVA, A. T.; DORNELES, A. B. Pedagogias ecológicas e decoloniais em rede: o movimento CSA como comunidade de aprendizagem. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. vol. 59, p. 399-417, jan./jun. 2022.



Posto avançado do Hospital de Clínicas Veterinárias no abrigo da ESEFID: Relato de experiência

Raquel Fraga e Silva Raimondo^{1,2}; Gabriela da Cruz Schaefer²; Saionara Araújo Wagner¹; Gabriela Reis Ledur²; Tatiane da Silva Motin²; Tatiana Regina Vieira¹; Inácio Bernhardt Rovaris^{1,2}; Carlos Afonso de Castro Beck^{1,2}; Livia Eichenberg Surita¹; Giordano Cabral Gianotti²; Luciana Branquinho Queiroga¹; Marcelo Meller Alievi^{1,2}

¹Faculdade de Veterinária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAVET/UFRGS)

²Hospital de Clínicas Veterinárias da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (HCV/UFRGS)
e-mail: raquel.raimondo@ufrgs.br

Resumo

A atuação do médico-veterinário na Saúde Única é exercida desde os primórdios e, diante de um desastre ambiental, a ação de resposta, resgate e atendimento aos animais faz-se necessária. Apesar da formação generalista e da medicina veterinária do coletivo fazer parte do perfil desejado do médico veterinário, na prática, existem poucas oportunidades de atuação na área de saúde única. Assim, neste artigo, busca-se relatar a experiência da equipe de que atuou no Posto Avançado do Hospital de Clínicas Veterinárias junto ao abrigo da ESEFID. São descritos desde a instalação da estrutura física como a rotina diária envolvendo os cães e gatos abrigados. Registramos que foi uma experiência ímpar

que foi muito além da medicina veterinária do coletivo.

Palavras-chave: animal, abrigo, enchente, veterinária.

Abstract

The attention of the veterinarians in One Health is exercised from the beginning, and in the event of an environmental disaster, the response, rescue, and care of the animals is necessary. Despite the generalist training and veterinary medicine of the collective taking part of the desired profile of the veterinary, in practice, there are few opportunities for training in the unique health area. Thus, this article seeks to relate the experience of the team at the Advanced Post of the Veterinary Clinics Hospital at the ESEFID, together with the shelter of ESEFID. They are only described from the installation of the physical structure as a daily routine wrapping the cats and sheltered cats. We record that it was a unique experience that went far beyond collective veterinary medicine.

Keywords: animal, shelter, flood, veterinary.

Introdução

A atuação do médico-veterinário na Saúde Única é exercida desde os primórdios, na origem da Medicina Veterinária, prevenindo, controlando ou erradicando doenças, garantindo a saúde animal e a qualidade e inocuidade dos alimentos de origem animal para a população (CFMV, 2020).

De acordo com o Ministério da Saúde, “Uma Só Saúde”, também conhecida como “Saúde Única”, é a tradução do termo em inglês “*One Health*”, que se refere a uma abordagem integrada que reconhece a conexão entre a saúde humana, animal, vegetal e ambiental. Assim, a abordagem de “Uma Só Saúde” transcende fronteiras disciplinares, setoriais e geográficas, buscando soluções sustentáveis e integradas para promover a saúde dos seres humanos, animais domésticos e silvestres, vegetais e o ambiente mais amplo (incluindo ecossistemas).

Incidentes ambientais podem provocar desastres em massa e acometer populações humanas e animais (GOMES *et al.*, 2020). Diante de um desastre ambiental, independentemente do fator ou da combinação de fatores causais, a ação de resposta, resgate e atendimento aos animais faz-se necessária, pois engloba uma série de responsabilidades do médico

veterinário como a atenção à saúde pública visando o controle da transmissão de doenças (GOMES *et al.*, 2020) e a garantia da manutenção do bem-estar animal. Nos abrigos de animais de companhia, os Pets, o atendimento veterinário deve contemplar o atendimento clínico, a alimentação segura, os protocolos de profilaxia vacinal, anti-helmíntica e de ectoparasitas e o controle reprodutivo e populacional, dando a atenção à saúde única e ao bem-estar dos animais vulneráveis ao incidente.

Na graduação em medicina veterinária, a formação é generalista com amplo campo de atuação que inclui inúmeras espécies animais, além da saúde humana e do meio ambiente. O curso possui uma complexidade curricular, sendo usualmente dividido em ciclo básico e ciclo profissionalizante (BRASIL, 2019). A medicina veterinária do coletivo (MVC) é uma área multidisciplinar, diretamente ligada ao conceito de Saúde Única, que integra conhecimentos da saúde coletiva, da medicina de abrigos e da medicina veterinária legal, dando suporte aos indivíduos, famílias e comunidades, considerando os animais como parte integrante e indissociável desses meios (GARCIA, 2019). A formação profissional nesta área durante o curso não está especificamente relacionada a um campo do conhecimento, mas sim à

interlocução entre todas as disciplinas, por meio da multi, inter e transdisciplinaridade, que compõem a matriz curricular (GARCIA, 2019).

Apesar do perfil generalista e da medicina veterinária do coletivo fazer parte da formação do médico veterinário, pesquisa recente demonstrou que existem poucas oportunidades nos currículos para que os estudantes se envolvam e adquiram experiência prática na área de saúde única. A maior tragédia climática da história do Estado do Rio Grande do Sul ocorrida recentemente e que afetou mais de 2 milhões de pessoas possibilitou esta vivência prática, para os alunos, professores, servidores técnicos veterinários da UFRGS e veterinários voluntários externos. Nunca tinha se visto tantos pedidos por veterinários voluntários para atuarem em várias frentes relacionadas à saúde animal. Assim, neste artigo, busca-se relatar a experiência da equipe que atuou no abrigo de animais nomeado como Posto Avançado do Hospital de Clínicas Veterinárias (HCV/UFRGS) - ESEFID.

Infraestrutura do abrigo

Nosso trabalho inicia no dia 04 de maio de 2024 com a seguinte mensagem do Diretor da Faculdade de Veterinária (FAVET): “*Estamos fazendo um mutirão lá na ESEFID, as pessoas que estão sendo abrigadas lá estão levando seus*

Pets. Se puderem ir para lá ajudar, o pessoal está precisando de ajuda”. Imediatamente houve uma mobilização de professores, técnicos e alunos da Faculdade de Veterinária, os animais acolhidos de maneira improvisada foram sendo abrigados no espaço da geodésica. Os colegas e os voluntários foram chegando com cordas, coleiras, ração, potes, medicamentos, antipulgas, vermífugos entre outros. Iniciasse assim o processo de acolhimento dos pets nos espaços da ESEFID, na ânsia de ajudar o trabalho ficou um pouco desorganizado inicialmente.

A quantidade de animais abrigados, quantos ainda viriam para o abrigo, o que fazer e como fazer eram perguntas sem resposta. Naquele momento só tínhamos a vontade de ajudar e todo conhecimento veterinário da área de cada colega. Necessitávamos organizar minimamente um espaço para isso, foi então que nos foi designado a “geodésia”. Pegamos as grades separadoras de fila e começamos a fazer os canis. Ali abrigamos em torno de 20 cães nos primeiros dias. Posteriormente, começaram a chegar cães maiores e mais reativos e o espaço se tornou inviável, tanto pela segurança quanto pelo bem-estar dos animais e fazendo com que a equipe procurasse um outro local maior para receber os animais, pois também começavam a chegar os gatos e mais e mais cães, mas de uma coisa não abríamos mão: os pets deveriam



Figura 1 - Instalações iniciais do abrigo construídas pela equipe do Posto Avançado HCV na ESEFID
Fonte: Autores (2024)

ficar no mesmo local onde seus tutores estavam abrigados.

Os espaços físicos da ESEFID foram distribuídos entre as áreas de atenção humana, rouparia, lactário, sala para doações, salas para atendimentos de diversas áreas e onde alocar os animais? Uma busca cansativa nos levou a um espaço mais afastado, mas ainda dentro da ESEFID. Nesse espaço que foi cedido para a veterinária, alojava a subprefeitura do campus saúde, uma estrutura recentemente construída composta por uma sala grande e uma sala menor e na área externa um telhado que servia de garagem para os carros.

Na sala maior foi montado um ambulatório com mesa para organização de fichas e prescrições, mesa de exame clínico, carrinho de emergência equipado com insumos hospitalares, cilindro de oxigênio e canil para internações. Uma parte da sala foi destinada para estoque de ração, medicamentos, panos, roupinhas e demais acessórios de doação e uma outra parte para uma pequena copa com frigobar, forno de micro-ondas e mesa. Todos os equipamentos e mobiliário hospitalar, além de insumos hospitalares como seringas, agulhas, cateteres entre outros foram destinados da sede do HCV/UFRGS para a ESEFID. Na sala menor foi montado o gatil, com estrutura (gaiolas) para abrigar até 10 gatos, primeiramente em caixas de transporte e ao longo do tempo em gaiolas maiores e mais espaçosas.

A parte externa, onde era a garagem e tinha

apenas a cobertura do telhado, foi utilizada como estrutura para o canil. Para tal, o local foi telado pela equipe de colaboradores da Suinfra e uma lona foi colocada como uma varanda, para ampliar o espaço. Além disso, uma empresa de eventos doou uma estrutura de tenda aberta. Nestes espaços, a equipe montou baias utilizando paletes de madeira e as grades que vieram da estrutura anterior. Nesse momento já estávamos com aproximadamente 40 cães, divididos por tamanho e temperamento e que foram abrigados um a um nas baias construídas. A disposição dos animais levou em consideração ainda a estrutura social na qual esses animais estavam inseridos, mantendo-se a proximidade dos cães pertencentes à mesma família ou matilha.

A infraestrutura melhorou e possibilitou uma maior segurança tanto para os cães quanto para a equipe. Também foi possível abrigar os cães da raça Pitbull, pois os espaços ficaram maiores e mais confortáveis na medida do possível. Vencida essa etapa, iniciou-se a organização



Figura 2 - Instalação definitiva do Posto Avançado HCV na ESEFID com uma área de 200 metros quadrados com 34 boxes
Fonte: Autores (2024)

da rotina: escalas de trabalho veterinário e voluntário, recebimento de doações e controle de estoque, nutrição, farmácia etc. Tudo caminhava bem até que as chuvas voltaram de forma bastante intensa.

Com as chuvas vieram as goteiras, as poças d'água, a umidade e a colocação de lonas sobre lonas para evitar que os cães se molhassem. Além disso, continuava a chegar mais cães. Não era esperado o desnível do piso do local onde estava o abrigo dos cães, a ponto de a água empoçar nas baias, e a chuva não dava trégua. A partir daí, a equipe da FAVET e HCV iniciam inúmeras tentativas de proteger o abrigo da chuva e manter os cães secos. Diversos tipos de lonas, telhas que estavam armazenadas em outros locais foram carregadas até o abrigo um esforço físico enorme e inúmeras horas de trabalho, mas, a situação não melhorava. A sensação era de cansaço e impotência, os veterinários da equipe não conseguiam desempenhar o trabalho técnico devido às más condições da infraestrutura do abrigo. Reuniões foram feitas, estratégias pensadas, e vídeos de apelos por ajuda nas redes sociais foram postados. O Exército Brasileiro montou uma barraca de campanha, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), a partir da superintendência regional, emprestou uma lona grande que cobriu toda a estrutura e a prefeitura do Campus do Vale forneceu um container que foi trazido com o auxílio da prefeitura de Porto Alegre, um mutirão de esforços somados na tentativa de manter os cães abrigados no mesmo espaço onde estavam seus tutores. Nessa altura já tínhamos em torno de 70 cães nessa "garagem improvisada", na tenda emprestada, no container e na barraca do exército.

A chuva aumentou na madrugada, as lonas começaram a ceder pelo peso da água e a situação da infraestrutura do canil ficou crítica. Nessa madrugada, foram transferidos aproximadamente 20 cães para a sala

da subprefeitura, como medida emergencial. A equipe exaurida cansada tinha que pensar em alguma alternativa, reunidos tomaram a seguinte decisão, por unanimidade: "ou arrumamos uma estrutura de abrigo definitiva ou teremos que sair daqui." Não dava mais, o risco era muito grande para todos, equipe e cães. Na noite seguinte, domingo (dia 12/05/2024), conseguimos uma agenda com o Deputado Estadual Matheus Gomes que prontamente visitou as instalações do abrigo e na confiança no nosso trabalho viabilizou a contratação e montagem de uma tenda estruturada com piso de madeira náutica com uma área de 200 metros quadrados com 34 boxes. O aluguel da estrutura foi financiado pelo empresário Felipe Neto através de arrecadações da iniciativa privada.

Assim, no dia 15/04/2024, a nova estrutura estava montada, e os 13 dias de trabalho árduo com inúmeras tentativas malsucedidas de montar um abrigo seguro, foi realizado. Nos dias que se seguiram, novas estruturas individuais e maiores foram implementadas no gatil, proporcionando mais conforto aos gatos. Cada box possuía espaço para manutenção de uma área sanitária, área de alimentação e área de descanso. O ambiente foi enriquecido com brinquedos e caixas de papelão para proporcionar oportunidade de exercer o comportamento natural da espécie. Um difusor de feromônio sintético felino foi mantido no ambiente para promover maior bem-estar aos gatos.

A rotina do abrigo

A equipe do posto avançado HCV-ESEFID era composta por servidores e discentes da FAVET e HCV sendo 10 docentes veterinários, cinco servidoras veterinárias TAEs, três TAEs do setor administrativo, uma bibliotecária, 16 bolsistas de extensão graduandos, além de pós-graduandos, médicos veterinários residentes e quatro médicos veterinários contratados pela prefeitura de Porto Alegre a partir do dia

23/05/2024, além dos voluntários (graduandos em veterinária ou não) que ajudavam em regime de escalas organizados em um grupo de Whatsapp que chegou a contar com mais de 400 pessoas inscritas.

Na admissão os animais eram cadastrados, avaliados clinicamente, desverminados e era realizado o controle de ectoparasitas. Conforme seu temperamento eram alocados em box individuais ou coletivos, considerando que a maioria das famílias tinha mais de um cão sob sua tutela. Na rotina eram alimentados duas vezes ao dia intercalados com passeios e limpeza dos boxes, sempre observado o estado clínico e comportamental dos cães. Os gatos

tinham a mesma rotina, só que os passeios eram realizados individualmente na própria sala para que pudessem se exercitar e brincar com alguém da equipe. Os animais eram meditados, conforme a necessidade individual, de acordo com a prescrição do médico veterinário responsável. Alguns animais necessitavam de tratamento para condições adquiridas após a enchente, mas a maioria já tinha doenças ou condições pré-existentes. Além da rotina de passeios com a equipe, para manter o vínculo com seus tutores e reduzir o estresse tanto dos animais quanto das pessoas, foram determinados horários de visita, duas vezes ao dia, nos quais os tutores eram estimulados a realizarem o passeio.



Considerando as características da população recebida no abrigo, para a qual não havia histórico sanitário algum, além de um caso de doença infectocontagiosa diagnosticada já no primeiro dia, a fim de garantir a sanidade do grupo, e não colocar filhotes em risco, foi definido, pela equipe técnica, que o abrigo não poderia manter nas suas dependências animais jovens (filhotes) não vacinados. Assim, todos os filhotes, após a concordância

Figura 3 - Realização de atendimento clínico de um cão realizado pelas médicas veterinárias da equipe no ambulatório montado na ESEFID
Fonte: Autores (2024)

dos tutores foram encaminhados para lares temporários. Somado a isso, animais muito agressivos/reactivos também foram destinados a lares temporários, onde poderiam permanecer em espaços maiores e isolados de outros animais.

Depois que os animais já estavam mais acostumados com a rotina foi aplicada a vacina polivalente, com protocolo de duas doses em intervalo de 21 dias e uma dose da antirrábica.

Posteriormente, com a anuência dos tutores, foi realizada a esterilização cirúrgica (castração) de parte dos animais na sede do HCV. Além da esterilização cirúrgica e de outras cirurgias, foram realizados inúmeros exames clínicos, exames de imagem (radiologia e ultrassonografia) e exames laboratoriais e tratamentos específicos para os animais que apresentaram alguma alteração clínica. Quando necessário os animais eram transportados pela própria equipe para a sede do HCV para realizarem exames e receberem tratamentos mais especializados ou de internação.

O manejo nutricional dos animais abrigados foi feito com rações doadas por empresas do ramo e pela sociedade civil. As imunizações e vermifugações foram realizadas com vacinas e vermífugos também doados. Os tratamentos clínicos foram realizados com medicações doadas. O HCV custeou os exames de imagem, os insumos para as cirurgias e o material hospitalar para a rotina do abrigo.

O Posto Avançado realizou, ainda, atendimento de urgência aos animais resgatados pelas equipes. Tais atendimentos consistiam em prestar o primeiro atendimento a partir da avaliação clínica e estabilização dos pacientes para que pudessem ser encaminhados a outros abrigos ou transferidos para procedimento cirúrgico no HCV. Além de cães e gatos, foram recebidos e avaliados alguns animais silvestres, incluindo aves, um coelho e um tatu.

Considerações finais

O Posto Avançado HCV-ESEFID assim como o Abrigo da ESEFID virou modelo de abrigo



Figura 4 - Realização de mutirão para as cirurgias de esterilização de cães do abrigo da ESEFID realizadas nas estruturas do bloco de ensino da FAVET
Fonte: Autores (2024)

graças às competências técnicas da equipe do HCV cuja rotina de internação foi adaptada para uma rotina de animais saudáveis em situação de abrigo.

A vivência prática da medicina veterinária do coletivo foi inédita para a maioria da equipe. As conversas com os tutores e o dia-a-dia na rotina do abrigo possibilitou alguns ensinamentos como “as fezes ficam mais durinhas quando eles comem ração”, a importância dos passeios diários com guia e coleira e as inúmeras tentativas para o convencimento da importância da castração que culminou com uma roda de conversa organizada pelo Grupo de Estudos de Pequenos Animais (GEPA) da FAVET. Para os discentes de graduação, que participaram de toda a rotina do abrigo, a experiência possibilitou a formação técnica na prática além de propiciar a formação social cidadã. Tivemos a oportunidade de conhecer as histórias de cada família, e o quanto os animais são importantes na família multiespécie.

Muito do que foi feito não era função precípua do médico veterinário, como os cuidados diários com passeios, alimentação, limpeza dos boxes e a construção inicial e adaptações do espaço físico. Os dias de angústia nas primeiras semanas tanto pela infraestrutura inadequada que não permitia as melhores condições de bem-estar para os animais abrigados, quanto pela ansia de organizar a rotina foram aos poucos sendo confortados

por pequenas alegrias diárias ao ver cada cão se divertindo nos passeios, nas brincadeiras, receber os ronronados dos gatos, os desfiles de moda com as roupinhas doadas, as idas ao petshop para os banhos grátis e as disputas de quem era o animal preferido de cada um. Esses momentos de alegria e cuidados foi a maneira da equipe contribuir com cada família dando um alento de saberem, que apesar de tudo, seus animais de estimação estavam bem cuidados. As inúmeras dificuldades enfrentadas também nos trouxeram um ambiente de união, companheirismo e amizade dentro da nossa equipe, que certamente levaremos para a vida e para nossa rotina de trabalho. Com o tempo vieram as despedidas com um misto de saudades e alegria por ver as famílias e seus animais voltando para casa. Ao final dos 57 dias do Posto avançado HCV-ESEFID fica o sentimento que sempre fizemos muito além da Medicina Veterinária.

Agradecimentos

Agradecemos às empresas do ramo farmacêutico veterinário e nutrição animal: Ceva e Feliway Brasil, Elanco, Organnact, Agrosul, ECO Diagnóstica, Alere Diagnóstico Veterinário, Dechra, Premier Pet, Supra Pets,



Figura 5 - Parte da equipe de professoras, médicas veterinárias TAEs e bolsistas de extensão do curso de Medicina Veterinária da FAVET após a vacinação dos animais do abrigo
Fonte: Autores (2024)

Puro Trato, Agener Pet e Labovet. Aos locais que serviram de lar temporário: Pet Village Hotel e Vila 4 Ventos, a Lonnatac pelo empréstimo da tenda e a Prioritá Vet pelos banhos. À Patinhas Online Rio Verde GO que organizaram o recebimento e transporte de doações.

Ao Deputado Estadual Matheus Gomes e equipe, em especial ao assessor Lucas e ao empresário Felipe Neto e equipe. Ao Exército Brasileiro e ao MAPA pelo apoio com a infraestrutura.

Ao Diretor da FAVET Prof. Vladimir Pinheiro do Nascimento e ao Diretor do HCV Prof. Gustavo Winter pelo apoio institucional. À SUINFRA-UFRGS em especial as equipes da Prefeitura do Campus do Vale, Prefeitura do Campus Saúde e equipe EQS Terceirizados.

À toda equipe de servidores do setor administrativo e da farmácia do HCV em especial a Administradora Aline Silva Gouveia pelo apoio logístico. A bibliotecária Marina Marostica Finatto pelo auxílio nas planilhas de registros. Ao Setor de Suínos da FAVET em especial aos professores Fernando P. Bortolozzo e Ana Paula Gonçalves Mellagi por contatarem sua rede de parceiros em busca de doações

Ao Setor de Diagnóstico por Imagem do HCV pelos exames realizados. Ao LACVET-UFRGS pela realização dos exames sanguíneos. Ao

Protozoovet-UFRGS em especial Prof. João Fábio Soares pela realização dos exames parasitológicos de fezes. Ao Setor de Endocrinologia do HCV em especial ao Prof. Dr. Alan Gomes Pöppl pelas consultas. Ao Setor de Patologia Veterinária pelos exames citológicos. Aos médicos veterinários residentes da FAVET pelo apoio nos atendimentos clínicos e cirúrgicos.

Agradecemos à equipe de limpeza de áreas de saúde – Nascimento Serviços de Limpeza Ltda do HCV que foi deslocada para o posto da ESEFID e colaborou tanto. Ao servidor Amarildo Alencastro por tantas idas e vindas e a servidora Norma de Oliveira que deu conta da demanda aumentada da lavanderia do HCV.

À todas as pessoas que nos auxiliaram com doações de medicamentos, roupas e cobertores, rações, lanches e almoços para a equipe.

A todos os voluntários, incluindo colegas médicos veterinários, estudantes de medicina veterinária ou voluntários em geral, que doaram seu tempo para cuidar dos animais. Aos voluntários que se disponibilizaram a realizar lar temporário para os animais.

E por fim, agradecemos à toda equipe que trabalhou e colaborou com o abrigo da ESEFID na atenção às famílias abrigadas de maneira direta ou indireta. Nosso muito obrigada! ◀

Referências Bibliográficas

- Brasil. Ministério da Educação. **Resolução nº 03, de 15 de agosto de 2019**. Brasília, DF.
- Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV). **Atuação da medicina veterinária na saúde única** – 2020.
- Garcia, R. C. M. Medicina veterinária do coletivo: fundamentos e práticas. **Medicina veterinária do coletivo: fundamentos e práticas**. 2019.
- Gomes L. B. et al. Plano nacional de contingência de desastres em massa envolvendo animais. 2020. **Conselho Federal de Medicina Veterinária** (CFMV).
- Ministério da Saúde. **Programa Uma Só Saúde**. 2024.
- Wong, D.; Kogan L. R. Atitudes dos estudantes de veterinária em relação à saúde: implicações para o desenvolvimento curricular nas faculdades de veterinária. **J Vet Med Educ**. 2013; 40 :58–62



Rodo solidário

Design emergencial: fabricação universitária em massa para auxílio à limpeza pós-enchente

Léia Bruscato; Bárbara Lorenzoni; Everton Sidnei Amaral da Silva; Juliano Vasconcellos; Ana Elísia da Costa; Daniela Cidade; Cínthia Kulpa
Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA/UFRGS)
e-mail: everton.amaral@ufrgs.br

Resumo

A comunidade da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, sensibilizada pela enchente histórica que assolou o Rio Grande do Sul em 96% de suas cidades, engajou-se em uma ação solidária focada na primeira etapa de limpeza das casas atingidas. Essa limpeza, destinada para a remoção de lama e demais sujidades de grande impacto, demandou a confecção urgente de grande quantidade de rodos para agilizar a desobstrução dos lares e vias. Para isso, a comunidade acadêmica desenvolveu um rodo de madeira resistente, de fabricação e montagem rápidas e facilitadas, visando atender essa demanda e viabilizar a produção dentro das instalações da faculdade e com mão-de-obra de professores e alunos. O conhecimento sobre marcenaria, tecnologia e logística de

fabricação foram fundamentais para o desenvolvimento e sucesso do projeto. A solidariedade de centenas de pessoas de todo o Brasil, por meio de doações em uma campanha dedicada, permitiu a produção de 6000 rodos, o que contou com auxílio da mão-de-obra de parceiros como APAC Porto Alegre e TecnoPUC, RS. Consequentemente, bases de distribuição foram estrategicamente criadas no entorno das áreas atingidas para facilitar o acesso aos rodos produzidos a este público. Dentre as cidades que puderam se beneficiar gratuitamente com o instrumento de apoio à limpeza, destacam-se Canoas, Sapucaia, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Eldorado do Sul, Guaíba, Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre.

Palavras-chave: ação acadêmica comunitária, fabricação digital, fabricação em massa, enchente RS, Faculdade de Arquitetura UFRGS, rodo de madeira, extensão universitária, design emergencial.

Abstract

The community of the Faculty of Architecture of the Federal University of Rio Grande do Sul, moved by the historic flood that devastated 96% of Rio Grande do Sul's cities, engaged in a solidarity initiative focused on the initial cleaning stage of the affected homes. This cleaning, aimed at removing mud and other significant debris, urgently required the production of many squeegees to expedite the clearing of homes and roads. To address this need, the academic community developed a sturdy wooden squeegee designed for quick and easy manufacturing and assembly, to meet the demand and facilitate production within the school's facilities using the labor of professors and students. Expertise in carpentry, technology, and manufacturing logistics were crucial for the project's development and success. Through donations in a dedicated campaign, the solidarity of hundreds of people from across Brazil enabled the production of 6000 squeegees, with assistance from partners such as APAC Porto Alegre and TecnoPUC RS. Consequently, distribution hubs were strategically established near the affected areas to facilitate access to the produced squeegees for the public. Among the cities that benefited from free access to this cleaning tool are Canoas, Sapucaia, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Eldorado do Sul, Guaíba, Pelotas, Rio Grande, and Porto Alegre.

Keywords: community academic action, digital fabrication, mass production, flood in Rio Grande do Sul, Faculty of Architecture UFRGS, wooden squeegee, university extension, emergency design.

A catástrofe climática no Rio Grande do Sul

O mês de maio de 2024 marcou o estado do Rio Grande do Sul pela sua histórica enchente que devastou 96,17% de suas cidades - conforme os dados atualizados da Defesa Civil (Casa Militar Defesa Civil - RS, 2024) no boletim de 27 de junho -, totalizando 478 municípios atingidos. O fenômeno climático extremo, que acumulou o maior índice de precipitação (chuva) no Sul do país, registrou um volume acumulado no mês de maio com variações

entre 250mm e 600mm d'água em pelo menos 90% do território gaúcho, segundo o mapa publicado pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET, 2024). O vale do Taquari está entre as regiões de maior precipitação e a repercussão desta crise ambiental em todo o estado acarretou em perdas catastróficas de proporções jamais vistas pela população brasileira. Além do grande número de vidas perdidas (179 óbitos confirmados pela Defesa Civil) no cenário rural e urbano, destacamos

aqui o impacto em um dos pilares fundamentais para a vida do ser humano: sua habitação. Essa, proporciona não apenas abrigo e segurança, mas, também, um sentido de estabilidade e pertencimento.

A perda total ou parcial do lar devido a eventos climáticos extremos, como a enchente do Rio Grande do Sul, gerou consequências devastadoras para os indivíduos e comunidades afetadas. Além da perda material e financeira, a destruição do lar provoca um enorme impacto emocional, causando estresse, ansiedade e traumas, além de riscos adicionais, como doenças, violência e condições de vida insalubres.

Na cidade de Porto Alegre e região metropolitana, o volume de água concentrado pelo escoamento na região hidrográfica do Guaíba, fez transbordar a cota de enchente na orla do Guaíba, trazendo para a área urbana uma água lamacenta que se misturou com o sistema de esgoto das cidades. O nível do lago alcançou o pico de 5,35 metros acima do normal no dia 05/05/2024, gerando um resíduo contaminado, denso e espesso (IPH UFRGS, 2024).

Diante desse cenário, formaram-se diversos grupos de pesquisa na Universidade Federal do Rio Grande do Sul voltados à proposição de soluções para os problemas iminentes.

Com a redução do nível da água acumulada se deu início a etapa de limpeza das áreas afetadas, que tornou urgente a necessidade de equipamentos de limpeza. Dentre esses equipamentos, tinham-se os rodos voltados à remoção do lodo e detritos trazidos pelas águas, que se acumularam, tanto dentro das residências e estabelecimentos, como nas ruas. Com isso em vista, a Faculdade de Arquitetura engajou-se na proposição de soluções que pudessem atender a essa demanda.

O surgimento da ideia

A demanda por rodos para remoção do lodo tinha como principais características a grande quantidade e a alta velocidade com que esta fabricação deveria ser feita. Era crucial fornecê-los com rapidez, pois a remoção do lodo é mais eficaz enquanto ele ainda está úmido. A produção começou em marcenarias da região, porém, muitas empresas tiveram suas instalações inundadas e, por depender de equipamentos e mão-de-obra especializada, a produtividade e velocidade de produção observadas não seriam suficientes para atender a demanda.

Diante desta urgência, formou-se um grupo de pesquisa voltado à fabricação digital, liderado pela professora Léia Bruscato e encabeçado pela doutoranda em arquitetura Bárbara Lorenzoni. A fabricação digital, por seu uso de

métodos automatizados, prometia possibilitar a produção em larga escala. O grupo incluía professores, alunos e ex-alunos de graduação e pós-graduação em arquitetura e design. O objetivo principal era desenvolver um rodo utilizando tecnologia digital, eliminando a necessidade de ferramentas ou habilidades específicas de marcenaria, aproveitando assim ciência e tecnologia para alcançar esse fim.

A fabricação digital utiliza métodos automatizados de manufatura controlados por computador, em que os arquivos são convertidos em comandos numéricos para guiar o processo. Este método engloba tanto técnicas subtrativas, que cortam ou removem material de uma peça para moldá-la conforme desejado, quanto aditivas, que constroem a peça adicionando material camada por camada. Exemplos de equipamentos subtrativos incluem fresadoras CNC e cortadoras a *laser*, enquanto impressoras 3D (como as que operam por deposição de material fundido), são um exemplo de método aditivo. Uma limitação dos métodos de fabricação digital é a necessidade das peças terem dimensões compatíveis com o tamanho máximo do equipamento (POTMANN *et al.*, 2007). Por isso, métodos subtrativos são mais utilizados para produtos de média e grande escala, enquanto os aditivos são mais utilizados para escalas menores.

Algumas das principais vantagens da fabricação digital são a precisão e velocidade dos processos, o que permite a fabricação de projetos de formas complexas, que seriam dificultados por métodos tradicionais. Por isso, a fabricação digital é muito utilizada para o projeto de produtos de montagem facilitada, pela possibilidade de produção de peças em formatos personalizados e criação de sistemas únicos de encaixe (POTMANN *et al.*, 2007).

Projeto e prototipagem

A concepção de projeto de produto passa por

etapas de geração e seleção de ideias, análise das possibilidades de falha e prototipagem. Ao final do projeto, define-se a configuração do produto, a forma e função dos componentes, processo de montagem e tipos de materiais e processos de fabricação utilizados. Todas essas definições demandam conhecimentos técnicos especializados (BAXTER, 2011). Para a seleção de processos, têm-se critérios do material (tipo e compatibilidade material-processo), critérios geométricos (formato, tamanho, tolerâncias e acabamento superficial) e critérios de produtividade (número de peças, taxa de produção e custo do processo). Além disso, a seleção de materiais e processos de fabricação envolve conhecimentos sobre qualidades estético-sensoriais e qualidades de desempenho (FERRANTE e WALTER, 2010).

Diante disso, o projeto do rodo iniciou pelo levantamento de limitantes e requisitos do produto a ser desenvolvido, que eram: fabricação e montagem de alta velocidade e em grande escala, resistência mecânica para suportar o deslocamento do material (lodo), resistência à umidade para resistir à limpeza; baixo peso e boa ergonomia para facilitar o manuseio; disponibilidade do material e transporte até o local de produção (muitas estradas da região ficaram inoperantes pós-enchente); baixo custo para ser financiado por doações. Para contemplar todos os requisitos e limitações do contexto, foram definidos aspectos de produção do rodo referentes a: processo de fabricação, mão de obra de montagem e materialidade.

A utilização de equipamentos de corte automatizado foi definida como processo de manufatura das peças, devido a sua alta velocidade e a possibilidade de cortes personalizados para simplificar a montagem. A montagem do conjunto seria feita por mão-de-obra voluntária de alunos e professores da universidade, dada a insuficiência de profissionais especializados disponíveis na região. Pela falta de



Figura 1 - Limpeza da lama
Fonte: Flávio Dutra (2024)

experiência dos acadêmicos com marcenaria, a montagem deveria ser simples, rápida e envolver ferramentas básicas.

Com relação à materialidade, foram definidos o multilaminado compensado naval de 18 milímetros de espessura e o eucalipto natural para as peças. O compensado é mais apropriado ao corte automatizado e recebe tratamento anti-umidade. O eucalipto é uma madeira natural de propriedades intermediárias de densidade (que interfere no peso) e resistência mecânica (FERRANTE e WALTER, 2010). Ambos apresentam alta disponibilidade local e, por serem oriundos de madeiras de reflorestamento, contribuem com a sustentabilidade. Para reduzir custos, o projeto considerou a otimização do aproveitamento dos materiais em suas dimensões comerciais e a redução da quantidade de peças, visto que as matérias-primas têm um custo de mercado intermediário e o corte automatizado tem custo alto.

A partir dessas definições foram feitas pelo grupo de pesquisa os primeiros desenhos para o rodo, baseadas em modelos existentes. O modelo foi discutido e aprimorado até que

atendesse a todos os requisitos.

A partir da aprovação do projeto, esse foi prototipado por ferramentas tradicionais de marcenaria para conferir sua resistência mecânica, o que foi feito por testes empíricos em contexto similar ao de uso final, a partir do qual o projeto foi aprovado nesse quesito. A prototipagem por corte automatizado também era necessária para testar parâmetros específicos do processo, porém se via inviável na UFRGS devido à falta de luz. Assim, Unisinos, IdeiaPucrs e Tecnopuc FabLab se apresentaram como parceiros, disponibilizando laboratórios, materiais e equipamentos para os testes de fabricação digital e foi simulada a montagem do rodo, aprimorando-se novamente o projeto com auxílio de técnicos e professores das instituições.

O projeto final do rodo contemplava três peças de compensado cortadas automaticamente (base, mão-francesa e reforço), duas ripas de eucalipto (haste de manuseio e ripa de união) e parafusos para fixação. As peças de compensado foram pré-furadas durante o corte para aparafusamento, evitando-se furações

na montagem e redução da velocidade e precisão na fixação das peças. As dimensões da base buscavam atender à altura do lodo acumulado



Figura 2 - Peças, materialidade, dimensões gerais e vista explodida do modelo final do rodo
Fonte: Bárbara Lorenzo-ni (2024)

e vencer vãos de portas, sendo criados rasgos para encaixe da mão francesa. A mão francesa garantiu a união e ângulo entre base e a haste. Seu desenho contemplou saliências para encaixe na base, o que centralizou as peças (evitando medições na montagem) e estabilizou sua posição para aparafusamento (evitando rachaduras), deixando um espaço exato para fixação da haste na base. O reforço em “V” fortaleceu a união entre a base e a haste de manuseio através da ripa de união, que evitou parafusamentos no sentido transversal do compensado, e foi fabricado com largura igual à da base para evitar o posicionamento da peça na montagem. A distribuição das peças de compensado no painel foi otimizada para contemplar todas as peças necessárias a um lote de rodos. Já as peças de eucalipto foram encomendadas em bitola comercial, sendo a largura da ripa de união igual à da base e o comprimento da haste adequada ao manuseio por usuários de estatura média.

Produção e parcerias

O projeto do rodo ilustra os desafios do design de produto, nos quais requisitos de naturezas diversas e frequentemente contraditórios demandam um balanço equilibrado. Além disso, têm-se os requisitos de produção, que também precisam ser testados.

Para testar a logística de produção em grande escala foi fabricado um primeiro lote de 800 rodos para doação em parceria com uma empresa, que financiou o material e o corte automatizado. A partir da encomenda do material, levava-se aproximadamente dois dias para a entrega de 400 a 500 conjuntos de peças de compensado cortadas e eucaliptos aplainados e cortados. Quando a chegada do material acontecia, dava-se início a montagem dos rodos pelos voluntários em postos de trabalho independentes. Os rodos prontos eram armazenados em espaços da faculdade.

O custo para fabricação do lote inicial de rodos foi de aproximadamente 25 reais por unidade e o prazo de fabricação de 800 peças foi de seis dias, ficando sua distribuição a cargo da empresa financiadora. Assim, o primeiro lote demonstrou a viabilidade e eficácia da ideia.

Para viabilizar a fabricação de novos lotes de modo independente pela faculdade de arquitetura, foi aberta uma campanha de doações baseada em um vídeo de divulgação. O sucesso da campanha tornou viável o atendimento de toda a demanda dos locais necessitados. Entretanto, a nova escala de fabricação de rodos em um prazo muito curto apresentava novos desafios: a busca por outras empresas para corte automatizado na região metropolitana; a convocação de mais voluntários, organização e motivação constante; o aprimoramento do método, redução de processos e tempo de montagem; a criação de novos centros de montagem e a distribuição dos rodos aos locais necessitados. Todos os desafios foram solucionados graças ao envolvimento dos voluntários e da sociedade.

O levantamento de empresas para efetuar o corte foi feito por divulgação da demanda nas redes sociais e contribuição da comunidade indicando possíveis parceiros. A organização dos voluntários se deu pela criação, por iniciativa própria, de um grupo de *WhatsApp*, no qual eram divulgadas listas de voluntários, horários e avisos gerais. Novos voluntários foram constantemente mobilizados pelas redes sociais, e a equipe foi ampliada para acadêmicos de diversos cursos, além de familiares e técnicos da faculdade que foram convidados a colaborar. A instrução para montagem foi feita inicialmente por professores ou voluntários com experiência em marcenaria, porém o repasse constante dessa informação se deu de um voluntário para o outro. Grande parte dos acadêmicos não tinha experiência com marcenaria ou fabricação de produtos, sendo o voluntariado um aprendizado sobre projeto,

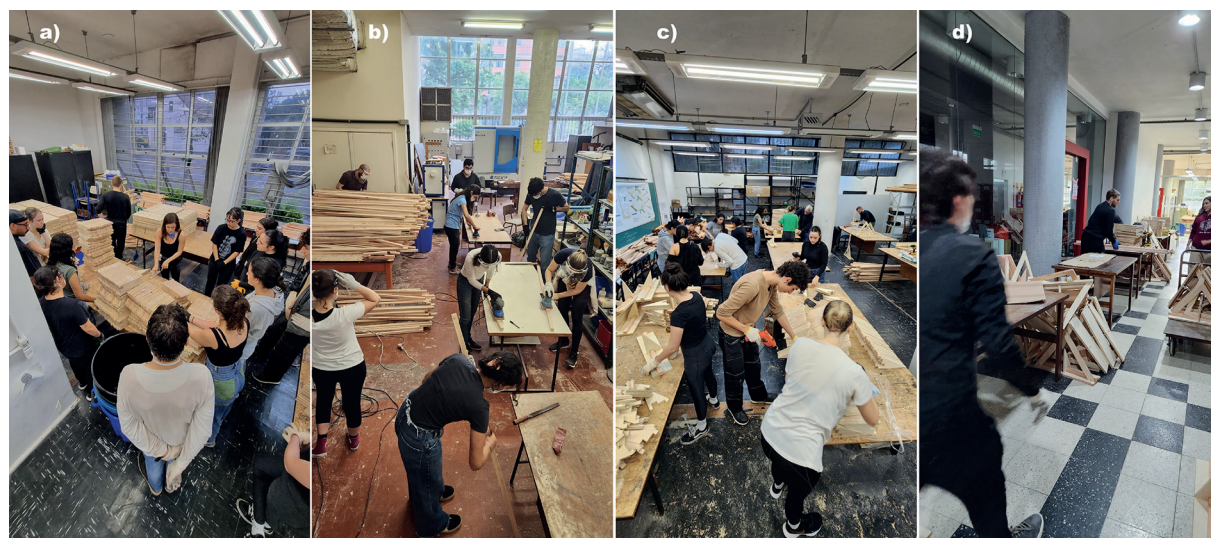


Figura 3 - Instrução dos voluntários para montagem dos rodos. Lixação das hastes de manuseio. Montagem de rodos em série em ilhas especializadas. Montagem de rodos nos corredores da faculdade. Fonte: Daniel Pitta Fischmann e Bárbara Lorenzoni (2024)

marcenaria e engenharia de produção.

O aprimoramento diário da montagem se deu principalmente por iniciativa dos voluntários, que se apropriaram do processo. Esses aprimoramentos envolveram: o acabamento da haste do rodo, que de um processo manual passou a ser feito com uso de tupias por técnicos de marcenaria da universidade e professores; a ter a expansão da montagem e especialização dessa em postos de trabalho independentes para fabricação em série; e a aquisição de ferramentas para ampliação dos setores e aceleração da montagem.

Além da otimização da produção dentro da faculdade, parcerias com outras instituições foram feitas para criação de novos centros de montagem. Um desses centros se formou no IdeiaPucrs e Tecnopuc FabLab, que montou 700 rodos. Outras 3.000 unidades foram montadas pelos recuperandos, da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC, de Porto Alegre). Neste caso, um *workshop* ministrado pela equipe da faculdade de arquitetura permitiu um primeiro contato de muitos dos recuperandos com a marcenaria.

Esses, satisfeitos em contribuir com a população afetada desde o interior das instalações da instituição, fabricaram grandes quantidades em um tempo muito reduzido.

Ao total foram feitos mais de 5 lotes além do lote inicial. Considerando-se as peças montadas na universidade e nas instituições parceiras, foram fabricados 6 mil rodos com o dinheiro das arrecadações. Essas precisavam ser distribuídas aos locais necessitados com urgência, o que se mostrou um dos maiores impasses logísticos.

A distribuição, o uso e os resultados

O projeto de produção dos rodos não foi precedido de um projeto de acesso e distribuição desses. Ao mesmo tempo em que eles estavam sendo produzidos, a equipe estava recebendo pedidos mobilizados pela divulgação do projeto nas redes sociais e sendo questionada como se daria o acesso.

Procurando dar transparência ao processo, bem como ter controle de produção e demanda, a organização para a distribuição dos rodos iniciou

com a divulgação de um formulário de solicitações, sendo esclarecido previamente que seria dada prioridade ao atendimento de instituições/grupos sociais organizados, especialmente aqueles ligados aos projetos de extensão da UFRGS, e a pessoas/famílias em vulnerabilidade social. No primeiro caso, essa prioridade considerou o efeito multiplicador do acesso aos rodos e também o fortalecimento dos vínculos comunitários da universidade.

A lista de pedidos foi instantânea e volumosa, em grande maioria vinda de pessoas de diversos lugares de Porto Alegre e sua região metropolitana (Canoas, Eldorado, São Leopoldo, etc). Imediatamente, percebeu-se que não seria possível atender esses pedidos, quer pelo projeto não possuir logística de transporte aos diversos lugares, quer pelo recolhimento dos rodos em larga escala no edifício da Faculdade ser inviável pelo fato da Universidade ter suspenso suas atividades com a enchente e estar com restrição de seguranças e acessos.

Esses pedidos, contudo, foram todos mapeados para dar início a uma estratégia logística de entrega. A localização de instituições/grupos sociais permitiu pensar em criar Centros de Distribuição (CD) por região da cidade, a partir dos quais os interessados poderiam buscar rodos em lugares próximos às suas residências. Por outro lado, a incidência de pedidos de sujeitos ou famílias em cada região permitiu estimar demandas e quantidades de rodos que cada CD deveria receber. A definição inicial dos CDs priorizou instituições/grupos sociais vinculados a projetos de pesquisa-extensão-ensino da UFRGS, fortalecendo sua atuação junto às comunidades, como foi o caso do Quilombo dos Machado no Sarandi, da Cozinha Solidária da Azenha, da AVESOL nos bairros Floresta e São Geraldo e da Igreja do Padre Rudimar na região das Ilhas. Outros CDs, contudo, se fizeram necessários para suprir demandas de uma mesma região ou de outras regiões, exigindo pesquisas sobre elas e negociações sobre comprometimentos e capacidades de recepção, armazenamento e redistribuição.

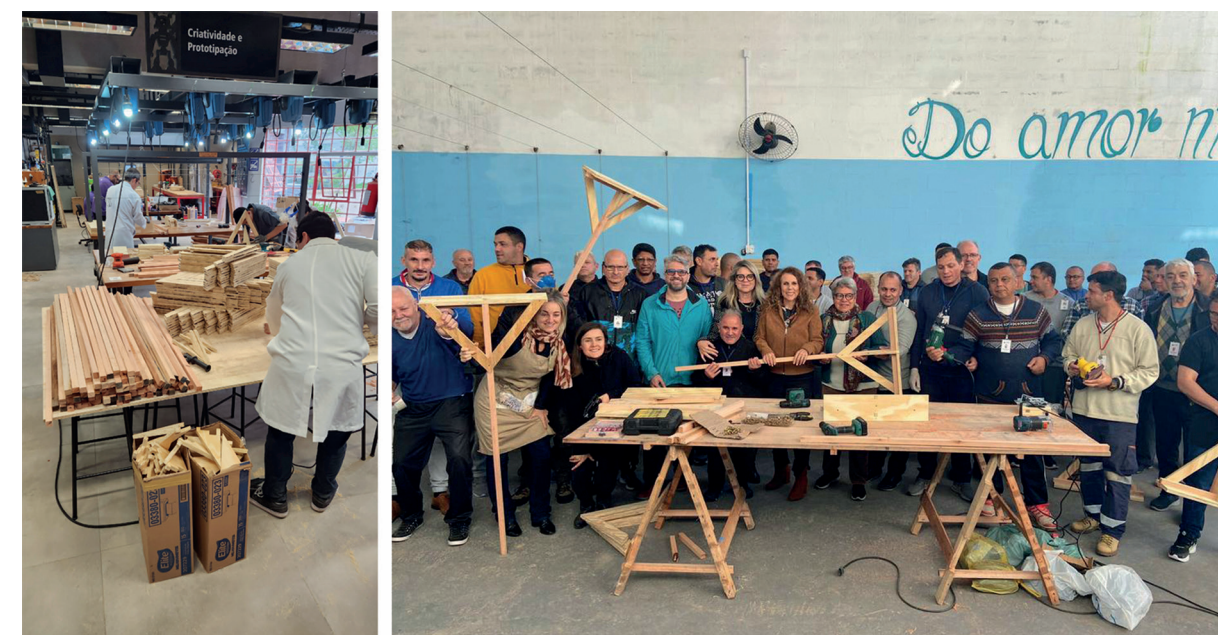


Figura 4 - Parceiros de Montagem: Produção de rodos nas instalações do IdeiaPucrs e Tecnopuc FabLab. *Workshop* ministrado pela equipe da UFRGS para os recuperandos da APAC Porto Alegre. Fonte: Bárbara Lorenzoni (2024) e <https://www.mprs.mp.br/noticias/59676/>

Em paralelo ao mapeamento e consolidação dos CDs, havia ainda a urgência de já ir distribuindo os rodos para suprir necessidades imediatas. Nesse sentido, foram organizadas entregas de pequenos volumes na Faculdade, especialmente para estudantes e funcionários da UFRGS e pessoas que estavam diretamente envolvidas no projeto. Usando do apoio do transporte do CAU e de veículos de voluntários, também foram encaminhados volumes maiores a instituições/grupos, com o devido agendamento e acompanhamento.

Esse transporte, contudo, não seria suficiente para dar vazão à grande demanda e produção de rodos. A partir disso, uma nova estratégia de logística de distribuição foi traçada através das redes de relacionamento da equipe. Desta forma, formou-se um grupo com parceiros empresários de Porto Alegre e região, os quais disponibilizaram caminhões e vans para o transporte dos rodos.

Cabe salientar que devido ao desastre ter ocorrido em diferentes proporções, com vazões resultantes de diferentes afluentes, observou-se que a decisão de distribuição de rodos precisava atender primeiramente os locais onde a areia e a lama foram predominantes no desastre da região/bairro. Isso porque em determinados lugares, tais como alguns bairros de Porto Alegre, foi a água de esgoto que causou estragos e, apesar de trazer consigo a destruição e sujeira, não dependia deste tipo de rodo para iniciar a limpeza.

Com isso, fizemos contato com CDs existentes na zona norte Sarandi - Asa Branca, Vila Elizabete, São Geraldo e Rubem Berta; zona sul - Cava-lhada, Azenha e Ipanema; as regiões de Eldorado, Guaíba e Arquipélago; Canoas - Mathias Velho e São Luís; São Leopoldo; Novo Hamburgo; Sapucaia do Sul; Pelotas, Rio Grande e Laranjal.

Estipulamos entregas dinâmicas com ocorrência de prazo máximo de 7 dias, sendo as menores, entre 100 a 200 rodos, para os bairros mais próximos da Faculdade e entregas robustas, entre

300 a 600 rodos - em caminhões maiores para fazer uma única viagem aos bairros mais distantes e outras cidades. Deste modo, organizamos as retiradas individuais apenas nos CDs indicados através do site e das mídias da Faculdade.

O rodo na rede

A comunicação institucional desempenha um papel crucial em situações de calamidade, facilitando a disseminação de informações essenciais, a mobilização de recursos e o engajamento da comunidade. No contexto das enchentes que afetaram o Rio Grande do Sul, a Faculdade de Arquitetura destacou-se por meio de uma estratégia robusta de comunicação. Especificamente no caso abordado por este artigo, o projeto de extensão COMEV (Comunicação e Eventos) esteve presente nos principais momentos desde a prototipagem do rodo, e sendo exemplo de como a produção de conteúdo multimídia pode engajar e ser parte importante em momentos de crise, ao mesmo tempo que promove a produção acadêmica. Partimos do uso estratégico do perfil da FA no *Instagram* para comunicação interna e externa, além de outros actantes fundamentais para que a mobilização fosse efetiva e tivesse maior alcance.¹

A produção de conteúdo multimídia foi fundamental para o sucesso do projeto do rodo. Foram utilizadas estratégias que incluíram a criação de postagens informativas, com vídeos curtos para fornecer atualizações rápidas e visuais. Os contatos e o engajamento com o público foram promovidos por meio de respostas a comentários e mensagens diretas, criando uma interação dialógica com o público e fornecendo informações adicionais

1. Segundo a Teoria Ator-Rede (ANT), o conceito de actante refere-se a qualquer entidade, humana ou não humana, que desempenha um papel na produção de um efeito ou resultado. Ver PRIMO, Alex Fernando Teixeira. Transformações no jornalismo em rede: sobre pessoas comuns, jornalistas e organizações; *blogs*, *Twitter*, *Facebook* e *Flipboard*. Intexto, n. 25, p. 144-161, 2011.

conforme a demanda.

O desenvolvimento do vídeo da campanha foi desafiador. Com roteiro da colega Bárbara Lorenzoni, ele abordou em um minuto a situação do Rio Grande do Sul, mostrando o lodo nas casas e a importância da ferramenta para a limpeza dos locais inundados. Tal postagem explicou o método de produção, a fácil montagem, e fez um apelo urgente para doações. As imagens destacaram cada situação, incluindo a produção do primeiro lote de rodos, já no segundo dia. O vídeo ajudou a encontrar fornecedores através de *stories* no *Instagram* e viralizou, atingindo mais de meio milhão de visualizações, tornando-se a principal peça de divulgação da iniciativa.

Além do conteúdo nas redes sociais, a disponibilização do código aberto do desenho do rodo e das instruções no site da Faculdade de Arquitetura foi fundamental. Isso permitiu que qualquer instituição interessada produzisse o rodo, fortalecendo o design colaborativo. Como resultado, o SENAI, no Mato Grosso, produziu 500 rodos, demonstrando a eficácia da iniciativa. O acompanhamento da fabricação não só gerou grande engajamento, mas, também, funcionou como prestação de contas à sociedade e aos doadores, mantendo a ação ativa e os voluntários motivados. Outros recursos incluídos foram um formulário para cadastro de interessados nos rodos e um mapa interativo no *My Maps* (ferramenta digital de localização) para localizar os centros de distribuição, ampliando o alcance e a organização da campanha.

Os números também demonstram que o trabalho de comunicação extrapolou o público tradicional de uma instituição acadêmica. Antes da ação do rodo, o perfil do *Instagram* da Faculdade de Arquitetura contava com aproximadamente 3.780 seguidores. Após a intensa campanha, o perfil alcançou 6.460 seguidores, um aumento de 2.680 perfis,

resultando em um percentual de crescimento de aproximadamente 70%.

De 16 de maio (quando o primeiro vídeo do protótipo, chamando para apoio financeiro, foi publicado) até 4 de junho, a Faculdade de Arquitetura alcançou um público de 493 mil contas, com engajamento de 62 mil interações com o conteúdo, sendo mais de 27 mil curtidas, 569 comentários e 2.369 compartilhamentos. O vídeo da campanha de arrecadação do rodo teve 515 mil visualizações e 8.277 curtidas, alcançando mais de 336 mil contas. Desses, apenas 1,2% eram seguidores do perfil, demonstrando um impacto significativo no público externo da universidade. Só com este vídeo, 274 contas começaram a seguir a conta do *@faufrgs* no *Instagram*.²

A partir das ações online, surgiram oportunidades de entrevistas e reportagens a respeito do rodo. A visibilidade da ação da Faculdade de Arquitetura alcançou outras mídias, resultando em entrevistas ao vivo na Rádio Gaúcha e Band RS, além de matérias de alcance regional e nacional na TV aberta e fechada. Na TV, foram veiculadas matérias na Jovem Pan, RBS TV, na Band nacional e na *Globo News* (ao vivo). No dia 30 de maio foi ao ar, no *Jornal Nacional*, uma matéria de 57 segundos de duração mostrando a produção dos rodos na FA, além de um breve depoimento das duas idealizadoras do projeto.³

A ação do rodo deu grande visibilidade ao trabalho da Faculdade de Arquitetura, superando outras unidades da UFRGS em número

2. Todos os dados apresentados dizem respeito ao período de 16 de maio (publicação do primeiro vídeo do rodo) até 5 de junho de 2024 (redação do artigo). O vídeo da campanha de arrecadação do rodo continua engajando e sendo replicado na rede social, mesmo com a suspensão das doações via PIX pela direção da FA.

3. Segundo o portal UOL, durante a cobertura das enchentes no Rio Grande do Sul, o *Jornal Nacional* teve a sua maior audiência no ano de 2024, chegando a alcançar 66 milhões de espectadores. Ver <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2024/05/15/globo-cobertura-de-enchentes-no-rs-faz-audiencia-nacional-crescer.htm>, acesso em 5 de junho de 2024.

de seguidores. Ela sensibilizou pessoas e empresas, que se mobilizaram para colaborar com o financiamento, o transporte dos rodos e estabelecer parcerias, como com a APAC Porto Alegre. A cobertura incluiu a chegada dos rodos nas comunidades e depoimentos sobre seu uso, fortalecendo o senso de comunidade e solidariedade em um momento de crise. A comunicação eficaz foi essencial, mostrando apoio mútuo e união. Esta se tornou a maior campanha da história da Faculdade em termos de engajamento e arrecadação, consolidando uma ação de impacto e solidariedade inesperadas.

Considerações finais

O projeto do rodo desenvolvido pela Faculdade de Arquitetura da UFRGS foi um exemplo emblemático de extensão universitária bem-sucedida. Ao enfrentar os desafios das enchentes com uma solução rápida e inovadora, o projeto, não apenas contribuiu para a limpeza das áreas afetadas, mas, também, fortaleceu os laços entre a universidade e a

comunidade. A integração de aprendizados em *design*, marcenaria e engenharia de produção e comunicação social permitiu a produção eficiente em larga escala dos rodos, otimizando processos, custos e criando redes. Além disso, a participação dos recuperandos da APAC de Porto Alegre na fabricação dos rodos destacou o potencial transformador da extensão universitária na promoção da inclusão social.

Os resultados indiretos do projeto reforçaram a importância da colaboração interdisciplinar e do engajamento comunitário. Na universidade, o projeto incentivou iniciativas similares e promoveu um ambiente de aprendizado colaborativo, destacando o papel da academia como agente de mudança social positiva.

O sucesso da iniciativa não só demonstrou a capacidade da universidade em responder a necessidades emergentes da sociedade, mas, também, reforçou sua relevância como espaço de inovação científica e formação cidadã, onde o conhecimento acadêmico se traduz em benefícios tangíveis para todos os envolvidos. ◀

Referências Bibliográficas

Casa Militar Defesa Civil - RS. **Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS – 27/6**. Disponível em: <https://www.defesacivil.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-10-6-9h-6671eb9e34066-6679e4a1759fd-667dc83f8db7f>. Acessado em 28 de Junho de 2024.

BAXTER, Mike. **Projeto de produto: guia prático para o design de novos produtos**. Tradução Itirio Iida. 3ª Edição. São Paulo: Blucher, 2011.

FERRANTE, Maurizio; WALTER, Yuri. **A materialização da ideia: noções de materiais para design de produto**. Rio de Janeiro: LTC, p. 86-98, 2010.

Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Rio Grande do Sul. **Diagnóstico Ambiental da Bacia do Taquari/ Antas RS: Diretrizes Regionais para o Licenciamento Ambiental das Hidrelétricas**. Disponível em: <https://ww3.fepam.rs.gov.br/biblioteca/Taquari-Antas>. Acessado em 28 de Junho de 2024.

Instituto de Pesquisas Hidráulicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Previsões Atualizadas de Níveis D'Água no Guaíba - Segunda-feira 17/06/2024 12h**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/iph/previsoes-atualizadas-de-niveis-dagua-no-guaiba-segunda-feira-17-06-24-12h/>. Acessado em 28 de Junho de 2024.

Instituto Nacional de Meteorologia: Ministério da Agricultura e Pecuária. **Eventos extremos: Chuva acima da média marcou maio de 2024**. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/noticias/eventos-extremos-chuva-acima-da-m%C3%A9dia-marcam-maio-de-2024>. Acessado em 28 de Junho de 2024.

POTTMANN, Helmut; ASPERL, Andreas; HOFER, Michael; KILIAN, Axel. **Architectural Geometry**. Exton: Bentley Institute Press, p. 579 -597, 2007.

PRIMO, Alex Fernando Teixeira. **Transformações no jornalismo em rede: sobre pessoas comuns, jornalistas e organizações; blogs, Twitter, Facebook e Flipboard**. Intexto, n. 25, p. 144-161, 2011.



Resistir e reexistir em meio às águas: sobre vídeos educativos na e após a enchente de Porto Alegre de 2024

Ana Elísia da Costa¹; Ana Cabral Rodrigues²; Daniela Cidade¹; Daniele Caron¹; Aline Nunes da Rosa³; Júlia da Cunha Fraga¹; Maria Clara Mallmann Kaefer¹; Natália Tusset¹; Dandara Eli Conrad³; Ayana da Silva Santos¹; Victor Frainer¹

¹Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA/UFRGS)

²Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (IPSi/UFF) - Campus Volta Redonda

³Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IA/UFRGS)

e-mail: ana_elisia_costa@hotmail.com

Resumo

As enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul evidenciaram graves problemas socioespaciais. Em Porto Alegre, as comunidades já vulneráveis foram as mais afetadas. Acolhidas em abrigos improvisados, elas foram dispersadas pela cidade e viveram processos de “distanciamento social”. Acompanhando sistematicamente essas comunidades, o Margem-Lab (PROPUR-UFRGS) propôs ações emergenciais de apoio ao enfrentamento dos seus desafios pós-enchente, como a produção de vídeos educativos-informativos que promovessem uma mínima autonomia para a reconstrução da vida em comunidade. Propomos apresentar tais ações e, por uma análise quantitativo-exploratória, discutir enunciados do projeto de pesquisa-ensino-extensão em que a ação se insere, evidenciando os processos dialógicos e

interdisciplinares e os impactos na formação de estudantes e na sociedade. Entre fragilidades e potencialidades, destaca-se a instauração de um discurso ético-estético-político que buscou dialogar com comunidades invisibilizadas e construir recursos para suas lutas presentes e futuras.

Palavras-chave: vídeos educativos, ação comunitária, enchente de Porto Alegre de 2024

Abstract

Floods in 2024 in Rio Grande do Sul highlighted severe socio-spatial issues. In Porto Alegre, already vulnerable communities were the most affected. Covered in improvised shelters, they were dismissed by the city and experienced processes of “social distancing.” Systematically monitoring these communities, the Margem-Lab (PROPUR-UFRGS) proposed emergency actions to support their post-flood challenges, such as producing educational-informative videos that promote minimal autonomy for the reconstruction of community life. We propose to present these actions and, through a quantitative-exploratory analysis, discuss statements from the research-teaching-extension project in which the action is inserted, highlighting the dialogical and interdisciplinary processes and the impacts on student training and society. Among weaknesses and potentialities, the establishment of an ethical-aesthetic-political discourse stands out, aiming to engage with marginalized communities and build resources for their present and future struggles.

Keywords: educational videos, community action, flood in Porto Alegre of 2024

Introdução

Em maio de 2024, Porto Alegre foi profundamente abalada por uma enchente. As águas afetaram diversas regiões da cidade, mas particularmente territórios próximos ao rio Guaíba que já enfrentavam problemas antes das águas e que eram invisibilizados pelos governos, tais como territórios quilombolas, indígenas e pequenas comunidades vulnerabilizadas. Como recorrente em situações de degradação ambiental e consequentes desastres, são as populações mais pobres, junto a marcadores como os de raça, gênero e deficiência, as mais afetadas, vindo a agravar a pobreza e a acentuar desigualdades sociais. (HERCULANO, 2006)

Diante da catástrofe e da inoperância dos governos, viu-se na cidade a constituição instantânea de uma rede de apoio comunitário. Incontáveis voluntários se engajaram, o que, de um lado suscita a leitura de uma preocupação legítima e solidária e, de outro, a inoperância programada de governos com retóricas neoliberais e individualizantes que são insustentáveis e perniciosas do ponto de vista público e comunitário.

Atentos a esse contexto, lançamos luz sobre duas redes de voluntariado – as cozinhas solidárias e os abrigos improvisados –. A primeira envolve cozinhas consolidadas desde a pandemia do COVID-19 e emergentes com a enchente. Algumas delas, mais do que o fornecimento de alimentos como forma de garantia mínima da dignidade humana, se consolidaram como espaços de troca de articulação comunitária, de práticas culturais e assistenciais, vindo a ser lugares de convergência social (CARON; RODRIGUES; ISOPPO, 2024). A segunda visou acolher desabrigados em diversos lugares da cidade, mas, ao fazer isso aleatoriamente, também contribuiu para a dispersão territorial de comunidades. Assim, apesar de terem supridas necessidades de alimentos e abrigos, as comunidades atingidas foram afastadas territorial e socialmente dos seus lugares de pertencimento e tiveram vínculos e comunicação rompidos por um desastre ambiental. Similar à época da pandemia do COVID-19, elas viviam, mais uma vez, um “distanciamento social”.

Num primeiro momento, nós, pesquisadores(as)

do Margem_Laboratório de Narrativas Urbanas (PROPUR-UFRGS), também vivíamos o frenesi do voluntariado mobilizado pela urgência, principalmente junto a territórios com os quais já tínhamos vínculos com o desenvolvimento de projetos de pesquisa-extensão-ensino. Ao mesmo tempo, contudo, nos questionávamos sobre a natureza ético-política desse voluntariado que, sob argumentos de cidadania e de protagonismo da sociedade, alivia responsabilidades do poder público e nem sempre sustenta perspectivas de debates e políticas dialógicas e emancipatórias (IMPERATORE; BARROS; GARCIA, 2022). Em algum sentido, entendíamos que nossas ações, para além de se limitar a um “agora”, deveriam também prospectar futuros junto às comunidades envolvidas para o enfrentamento do pós-enchente. Quais ações seriam necessárias para acompanhá-las, informá-las e mobilizá-las? Como essas ações poderiam se dar? Quais as linguagens e mídias seriam adequadas para reconectar vínculos rompidos?

A análise desse cenário levou o Margem a focar em dois contextos: pontos de convergência social, como as cozinhas solidárias, e pontos de dispersão social, como os territórios vulnerabilizados. No primeiro caso, o apoio às cozinhas envolveu realizar inicialmente mapeamentos como instrumentos de reconhecimento da sua importância social (CARON; RODRIGUES; ISOPPO, 2024); no segundo, desenvolver pequenas ações de apoio à reconstrução e reabilitação da vida comunitária, tratando questões básicas – como limpeza e recuperação de pertences – e questões de mobilização social para enfrentamentos futuros. Eram entraves para esse trabalho a diversidade de demandas emergenciais e dificuldades de comunicação direta e virtual com sujeitos que estavam dispersos pela cidade e com celulares perdidos ou com limitações de acesso à Internet.

Documentar e analisar as ações do Margem de apoio à reconstrução e reabilitação da vida comunitária durante e após a enchente de 2024 é o objetivo deste artigo. Especificamente, é analisada

a produção e divulgação de pequenos vídeos educativos em grupos de WhatsApp comunitários. Esse formato buscou criar uma alternativa aos inúmeros “manuais para a retomada” em pdf que foram divulgados¹ e que, apesar de pertinentes, desconsideravam condições de acesso, como limitações de memória e de conexão nos celulares para download de arquivos pesados; bem como desconsideravam condições de leitura e interpretação de longos textos acadêmicos e jornalísticos, tendo em conta a diversidade de letramentos e baixos níveis de escolaridade dos envolvidos. Sobre o meio de divulgação, considerou-se que grupos de WhatsApp de alguns coletivos comunitários estavam operantes e que, apesar de algumas pessoas estarem incomunicáveis, outras tantas se faziam presentes e poderiam ter acesso a informações, sendo elas mesmas propagadoras nos seus meios sociais. Considerou-se, conjuntamente, o necessário cuidado na produção dos conteúdos e o potencial educativo e de fácil disseminação desses canais de comunicação. Como observam Santos e Stadler (2020), tais canais podem ser também veículos de educação informal e de formação cidadã, com a vantagem de poderem alcançar excluídos de espaços de educação formal, como escolas e universidades, e com os riscos de sustentarem informações descuidadas ou perspectivas educativas questionáveis.

Assumindo uma perspectiva ideológica-educacional crítica e emancipatória, foram propostos vídeos educativos que relacionassem vivências e experiências dos envolvidos e saberes técnicos, como forma de construir alguns caminhos possíveis e promover a transformação de realidades impostas. Assim, desde imagens do drama das cheias (ver Figura 1), três animações – de curta duração e produzidas interdisciplinarmente – foram criadas com o objetivo de tratar temas

1. Como ilustração, consultar: https://cfq.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Cartilha-CFQ_Pragas-e-Vetores_frente-e-verso-2-1-2-1.pdf
<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/guia-completo-para-limpar-a-casa-ap%C3%B3s-enchentes-1.1494818>

sobre cuidados (pessoais e de pertences) e sobre o futuro, entendendo essas práticas de cuidado e de esperança como forma de resistência. Foi empregada uma linguagem informal e lúdica, na tentativa de construir um “diálogo” horizontal (SANTOS; STADLER, 2020); e se recorreu a imagens, textos e áudios, de modo a ampliar a acessibilidade do material.



Figura 1: Trecho do vídeo “Resistir e Reexistir em Meio às Águas” - Episódio 1: cena do alagamento da Vila Santa Terezinha. Fonte: Instagram (2024)

A análise dessa experiência é feita de modo qualitativo-exploratório e centra-se nos aspectos constituintes das atividades extensionistas: a indissociabilidade entre pesquisa-ensino-extensão, a interação dialógica, a interdisciplinaridade, os impactos na formação de estudantes e na sociedade. Decorrente do contexto e do processo de produção dessa ação, se reconhece fragilidades e se destaca, entre suas potencialidades, a instauração de um discurso ético-estético-político que buscou dialogar com comunidades vulneráveis e invisibilizadas e construir recursos para o enfrentamento das suas lutas presentes e futuras.

Pesquisa-Ensino-Extensão

O Margem_Lab, ligado ao Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional, constitui-se por uma estreita articulação entre pesquisa, ensino e extensão, a partir da compreensão de que a construção do conhecimento

rigoroso e socialmente referenciado não se faz senão por este tripé. A narrativa, como aposta metodológica e epistemológica, compõe o cerne dos seus trabalhos. Esses buscam desenvolver modos de pesquisar a complexidade do urbano a partir do diálogo COM territórios, sobretudo territórios à margem – aqueles marginalizados e fragilizados por políticas de mercantilização das cidades e que possuem privilégios epistêmicos para a análise e crítica aos modelos vigentes. É desde essas margens que o trabalho agencia, junto a seus atores, ferramentas e dispositivos capazes de fazer frente às lutas e violências do cotidiano. Este é o caso dos vídeos produzidos neste momento de catástrofe e aqui destacados como ferramenta construída nesta perspectiva de fazer e pesquisarCOM (MORAES; QUADROS, 2020).

O Piloto

A primeira experiência com os vídeos focou a comunidade da Vila Santa Terezinha como público alvo e se valeu do fato dela ter um grupo de WhatsApp administrado pelo Centro Social Marista Irmão Antônio Bortolini, que ali atua. Os vínculos com essa comunidade, que possui forte relação com a reciclagem de lixo, começaram em 2022 e decorrem de dois projetos de pesquisa-ensino-extensão da UFRGS². Desde esses projetos, sabia-se de prováveis dificuldades dessa comunidade vir a acessar informações e adotar protocolos de higiene e saúde em meio aos alagamentos, quer pela condição de letramento dos seus atores, quer pela construção de uma outra relação cultural com os detritos.

2. O primeiro, de 2023, se liga à pesquisa “Objetos-de-Fronteira”, ao projeto de extensão “Para Além do Feio, Sujo e Marginal: inventário participativo de referências culturais da Vila Santa Terezinha”, e ao ensino junto à disciplina Projeto Arquitetônico II (P2). O segundo projeto é derivado deste e será discutido posteriormente.

Foram produzidos dois vídeos informativos-instrumentais, um dedicado a cuidados corporais no processo de limpeza e desinfecção das casas (ver Figura 2) e outro, à manutenção de eletrodomésticos afetados (ver Figura 3). “Não ficar doente” e “não ter que comprar novos equipamentos” foram tomados como formas de resistência. Mesmo tendo a Vila como público alvo, esses vídeos também foram concebidos para serem replicáveis em outros contextos por meio do Instagram do Margem. Um terceiro vídeo assumiu um caráter mais específico: politizou o tema da enchente, retomou a histórica relação da Vila com o rio e suas lutas e buscou sensibilizá-la para uma organização frente aos desafios (ver Figura 4). Esse vídeo foi estruturado de modo didático, colocando figurativamente o próprio rio como o narrador de modo a problematizar seu papel de “vilão” na catástrofe. O desfecho convida a uma mobilização que poderá abrir espaço para trabalhos futuros, como composição de um necessário plano comunitário de enfrentamento de desastres (MOHINUDDIN, 2020), uma vez que é provável a reincidência de enchentes e a inoperância dos governos.³

Interação Dialógica e Interdisciplinaridade

Na impossibilidade de um contato direto com os moradores da Vila que estavam dispersos, foram estabelecidos diálogos com a coordenação do referido centro social. Cada vídeo foi submetido à sua avaliação e sugestão, sendo só depois compartilhados. Como forma de avaliar respostas aos vídeos, inicialmente, se consultou de modo informal alguns moradores.

3. Além dos vídeos, o Margem atuou em várias frentes de apoio à Vila: doações de alimentos, produtos de limpeza e roupas, com o apoio do Instituto Sarassá; doações de rodos de madeira para limpeza das casas, com apoio do projeto da Faculdade de Arquitetura da UFRGS; arrecadação de fundos, com campanha desenvolvida junto ao Instagram da Exposição da Vila; mobilização de alunos bolsistas e voluntários, para pensar em estratégias de reutilização, doação e compra de móveis; mobilização de grupo “Ressignificando Eletrodomésticos”, para apoiar na recuperação de aparelhos; mobilização do programa de recuperação de computadores da UFRGS, para doação à EEEF Branca Diva, que tem estudantes da Vila como principal público.

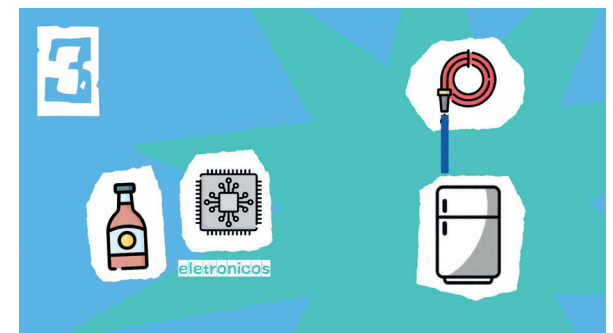


Figura 2: Trecho do vídeo “Resistir e Reexistir em Meio às Águas” - Episódio 1. Fonte: Instagram (2024)

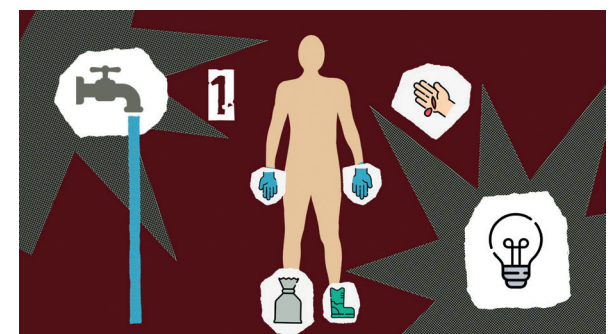


Figura 3: Trecho do vídeo “Resistir e Reexistir em Meio às Águas” - Episódio 2. Fonte: Instagram (2024)



Figura 4: Trecho do vídeo “Resistir e Reexistir em Meio às Águas” - Episódio 3. Fonte: Acervo Margem-Lab (2024)

Esse trabalho foi desenvolvido por uma equipe de duas professoras da Faculdade de Arquitetura e de seis estudantes da UFRGS: dois do curso de Arquitetura e Urbanismo, um de Artes Visuais e três do Design, autores deste trabalho. A origem desse grupo vincula-se a uma prática de ensino-pesquisa-extensão do semestre 2024-01 que envolvia a disciplina

“Projeto Arquitetônico II”, a extensão “Museu de Percursos do 3º e 4º Distritos” e a pesquisa ligada ao Margem “Inventariar e Inventar Cidades”. A experiência objetivava promover uma exposição sobre o patrimônio da região, articulando práticas de educação patrimonial junto a jovens e adolescentes da Vila. Nesse contexto, o grupo, então com três estudantes em regime de UCE (Unidade Curricular de Extensão), criou a identidade visual da exposição. Com a enchente, contudo, os trabalhos foram interrompidos e o grupo aderiu ao projeto dos vídeos aqui em discussão. Posteriormente, com a abertura de bolsas de extensão emergenciais, integraram o grupo mais dois estudantes e uma bolsista de iniciação científica do grupo de pesquisa.

As dinâmicas de trabalho desse grupo foram online, envolvendo discussões em todas as etapas de produção e a complementação de perspectivas pelas distintas áreas de formação do grupo. A designação de tarefas foi por adesão, considerando as habilidades de cada um, como escrita e edição (FONTOURA; BONA; SCHLOGL, 2021). O fluxo de trabalho foi: produção de roteiro; gravação de áudios; captação de imagens; escolha de trilha sonora e animação em stop-motion, eleita por se acreditar que tenha uma dimensão lúdica e atraente. A elaboração dos roteiros exigiu pesquisas bibliográficas e consultorias. Os códigos de comunicação desses roteiros e os produtos finais ainda foram submetidos à avaliação prévia da equipe interdisciplinar do Margem, que envolve pesquisadoras da Arquitetura e Urbanismo, Psicologia e Artes, sofrendo novos ajustes antes dos compartilhamentos.

Impactos na Formação de Estudantes e na Sociedade

Desde a perspectiva dos estudantes envolvidos, também autores deste artigo, a experiência promoveu a construção de conhecimentos relativos à comunicação e alterou suas visões de

mundo. No primeiro caso, para além de técnicas sobre a produção de audiovisuais (roteirização, criação e edição, etc.), foram importantes as reflexões sobre as relações entre linguagens e condições cognitivas e afetivas de receptores para o acesso e interpretação dos conteúdos. Por outro lado, a vivência também atuou nas suas formações cidadãs, requerendo posicionamentos ético-políticos frente a contextos de constantes abandonos e crises e mobilizando sentimentos de empatia.

Segundo a perspectiva da comunidade da Vila Santa Terezinha, quantitativamente, é difícil mensurar os acessos aos vídeos, já que se optou pelo compartilhamento deles sem links remissivos a outras plataformas que controlam números de visualizações, por se entender que isso facilitaria o acesso. Qualitativamente, desde a observação do processo de retomada das casas, constatou-se que os procedimentos sugeridos nos vídeos foram adotados, mas não plenamente. Alguns limpavam suas casas sem botas e luvas e descartaram ou conservaram objetos indevidos; outros, ligaram eletrodomésticos úmidos em tomadas. Nesses casos, é impreciso afirmar se as informações foram acessadas ou não. Se acessadas, ainda é possível questionar se não foram decodificadas, por falha do nível de comunicação proposto pelos vídeos; ou não foram consideradas, em decorrência de processos sócio-cognitivos ligados à cultura local ou de condições emocionais do momento que requereu a urgência da limpeza para a retomada de uma “normalidade”.

Para além da Vila, contudo, os vídeos também foram compartilhados no Instagram do Margem, atingindo outros públicos. Nesse contexto, em 28 de junho de 2024, o primeiro vídeo teve 8.936 visualizações, 201 curtidas e 96 compartilhamentos; e o segundo, 5.633 visualizações, 101 curtidas e 27 compartilhamentos. Além disso, comentários dos seguidores no perfil do Instagram elogiando os vídeos sugerem sua aprovação.

Considerações Finais

As contingências e urgências da produção dos vídeos em estudo impuseram ao grupo de pesquisa a complexidade de um fazer e refletir simultâneos, emergindo desde aí naturais desafios, fragilidades e potencialidades. Para um grupo de pesquisa, extensão e ensino que se propõe a pesquisarCOM, um grande desafio foi restabelecer o diálogo com a comunidade que estava dispersa e enfrentava dificuldades de comunicação virtual. A interlocução direta com lideranças do seu centro social e indireta pelos grupos do WhatsApp foi tomada como uma alternativa, uma mediação possível, que, em maior ou menor grau, nos permitiu ainda construir um trabalho socialmente referenciado.

Outro desafio foi, em curto espaço de tempo, codificar conteúdos para fins didáticos e explorar uma plataforma de divulgação cujo potencial como espaço de educação ainda é pouco estudado. A atuação de um grupo interdisciplinar, convergindo diferentes perspectivas de discentes e docentes, foi nesse contexto fundamental para não limitar a intencionalidade dos vídeos a funções comunicativas, mas também reflexivas e transformadoras. As trocas de olhares e reflexões dessa

experiência interdisciplinar, como relatado, foi um dos maiores impactos positivos na formação de estudantes envolvidos.

No que tange aos impactos na comunidade, entende-se que o trabalho pode comportar fragilidades, principalmente quanto às limitações para mensurar o *feedback* dos vídeos. Por outro lado, empiricamente, também se reconhece potencialidades, quer em comportamentos observados em campo, quer na reverberação em redes sociais. Para além dessa dimensão prática, contudo, há impactos simbólicos, quando a comunidade reconhece nos vídeos um gesto de atenção e cuidado por parte da universidade, com a qual já tinha vínculos.

Desde essa trama que enlaça princípios extensionistas, destaca-se, por fim, a instauração de um discurso ético-estético-político pela ação proposta. Com ela, buscou-se estabelecer um “diálogo” com uma comunidade que, já vulnerável e invisibilizada, foi abandonada em meio a uma crise humanitária e sanitária. Esse diálogo se deu desde recursos técnico-estéticos que consideraram suas capacidades de acesso e interpretação de conteúdos; e que, politicamente, buscou construir recursos para o enfrentamento de lutas presentes e futuras contra forças que os ignoram ou oprimem. ◀

Referências Bibliográficas

- CARON, D.; CABRAL, A. R.; ISOPPO, R. S. Cozinhas solidárias e o inadiável na cidade. **Jornal da Universidade**. UFRGS, 20 jun 2024.
- FONTOURA, B.; BONA, R.; SCHLOGL, L. Educação, extensão universitária e produção de vídeos para o youtube durante a pandemia de Covid-19 em Blumenau/SC. **Jornalismo: Mídias, Desenvolvimento e Ações**. Minas Gerais, 2023.
- HERCULANO, S. Desastres Ambientais, vulnerabilidade social e pobreza. **Revista Nova América**, n. 111, s.d., 2006.
- IMPERATORI, T. K.; BARROS, M. S. R.; GARCIA, A. J. M. L. Voluntariado e nova direita: reflexões sobre as estratégias de proteção social em tempos de pandemia. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 22, n.2, p. 551-568, jul. / dez. 2022.
- MARGEM. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/margemlab/> e @margem_lab
- MOHINUDDIN, Md. **Community-based Disaster Management (CBDM)**. Sweducarebd. 2020.
- MORAES, M. O.; QUADROS, L. C. T. Ciência no feminino e narrativas de pesquisa: PesquisarCOM e a artesanaria na pesquisa. **Pesquisa e práticas psicossociais**, São João del-Rei, v. 15, n. 3, p. 1-14, set. 2020.
- SANTOS, R. O.; STADLER, P. C. Boas práticas para produção de vídeos educativos na linguagem de youtubers. **Imagem da Educação**, 10(1), p. 86-101, 2020.



A crise de medicamentos na enchente de meio de 2024 e a atuação da Faculdade de Farmácia

Marcelo Dutra Arbo; Isabela Heineck; Diogo Pilger; Diego Gnatta; Fernanda d'Athayde Rodrigues; Ruy Carlos Ruver Beck
Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FACFAR/UFRGS)
e-mail: marcelo.arbo@ufrgs.br

Resumo

Em maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi alvo de eventos climáticos extremos afetando 478 municípios. Neste cenário, foi observada uma crescente demanda por medicamentos devido ao comprometimento do estoque da central de abastecimento da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre e das demais cidades da região metropolitana. Vislumbrando a necessidade de garantir o acesso aos medicamentos para os desabrigados, foi delineado um projeto de centralização das doações de medicamentos através de uma cadeia logística de abastecimento, de forma segura e coordenada, bem como a distribuição racional para todos os abrigos e pontos de socorro. A reorganização da Faculdade

de Farmácia, com uma sistemática setorizada e processos de trabalho padronizados, permitiu um fluxo linear de medicamentos que abasteceu abrigos de Porto Alegre e região metropolitana e serviços de saúde do interior do Estado. Em paralelo, foi montada uma farmácia de dispensação no abrigo ESEFID-UFRGS, que ficou responsável pelo atendimento farmacêutico. Esta foi uma oportunidade para alunos do curso de Farmácia vivenciarem a realidade da profissão ao lado de profissionais da área, contribuindo para as suas formações social e técnica.

Palavras-chave: medicamentos, desabrigados, farmácia.

Abstract

In May 2024, the state of RS was the target of extreme weather events affecting 478 municipalities. In this scenario, an increasing demand for medicines was observed due to the compromised stock of the supply center of the Municipal Health Department of Porto Alegre and other cities in the metropolitan region. Seeing the need to guarantee access to medicines for the homeless, a project was designed to centralize drug donations through a logistical supply chain, in a safe and coordinated manner, as well as rational distribution to all shelters and relief points. The reorganization of the Faculty of Pharmacy, with a sectorized system and standardized work processes, allowed a linear flow of medicines that supplied shelters in Porto Alegre and the metropolitan region and health services in the interior of the State. In parallel, a dispensing pharmacy was set up at the ESEFID-UFRGS shelter, which was responsible for pharmaceutical services. This was an opportunity for Pharmacy students to experience the reality of the profession alongside professionals in the field, contributing to their social and technical training.

Keywords: medicines, homeless, pharmacy.

Introdução

Entre os meses de abril e maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi alvo de eventos climáticos extremos. As fortes chuvas ocorridas em todo o Estado foram responsáveis por elevar o nível do lago Guaíba até 5,33 m, superando a histórica enchente de 1941, que registrou nível de 4,76 m. Outras cidades gaúchas também foram fortemente afetadas pelas chuvas, como o município de Eldorado do Sul, que chegou a ficar 100% submerso, e o Vale do Taquari, que registrou números de níveis dos rios acima de 24 metros. Ao todo, 478 municípios foram afetados pelas enchentes, quase 90% do estado, com o registro de pelo menos 176 mortes, destruição de pontes, afetando mais de 2 milhões de pessoas (Secretaria de Comunicação do RS, 2024).

O estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul foi decretado em 5 de maio de 2024, momento onde foi também relatado o

comprometimento do estoque de medicamentos da central de abastecimento da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre e das demais cidades da região metropolitana (MIGLIO-RANZA, 2024), prevendo-se de forma antecipada um esforço coletivo para manter os tratamentos de pacientes com sintomas agudos e crônicos, que estariam entre os desabrigados. Dessa forma, um grupo de docentes e farmacêuticos voluntários da Faculdade de Farmácia da UFRGS, da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) e da Associação dos Farmacêuticos do Rio Grande do Sul (AFARGS) coordenados pelos professores Diogo Pilger e Isabela Heineck, da Faculdade de Farmácia, vislumbraram a necessidade de garantir o acesso aos medicamentos para os desabrigados, delineando um projeto de centralização das doações de medicamentos e, assim, fornecendo assistência farmacêutica através de uma cadeia logística de abastecimento farmacêutico, de forma segura e

coordenada, bem como a distribuição racional para todos os abrigos e pontos de socorro.

A partir daquele momento, a Faculdade de Farmácia da UFRGS se tornou ponto de recebimento de doações de medicamentos, bem como prestadora de serviços farmacêuticos. Uma equipe formada por docentes, servidores técnico-administrativos, alunos e ex-alunos da faculdade participou da atividade, assim como colegas da UFCSPA e da AFARGS, realizando um trabalho voluntário visando a assistência farmacêutica aos desabrigados. Diariamente, cerca de 80 voluntários mantiveram-se engajados na ação solidária, trabalhando 7 dias por semana, durante três semanas, após o dia 05 de maio.

Em paralelo, o ginásio da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID-UFRGS) foi convertido em abrigo, acolhendo cerca de 600 pessoas que tiveram que deixar suas casas. Neste abrigo, a Faculdade de Farmácia montou uma

farmácia de dispensação, sob coordenação dos Professores Diego Gnatta e Fernanda d'Athayde Rodrigues, que ficou responsável pelo atendimento farmacêutico, contando com espaço para armazenamento de medicamentos e consultório farmacêutico. O atendimento acontecia em ambiente multiprofissional.

Relato da experiência

Para o recebimento de doações, o térreo da Faculdade de Farmácia foi adaptado, criando-se um centro de recebimento e distribuição de medicamentos, contando com um espaço de recepção, uma central de triagem, armazenamento e expedição de medicamentos. A urgência de manter o fornecimento de medicamentos aos desabrigados e pessoas necessitadas não permitiu uma organização perfeita nos primeiros dias, sendo a logística aperfeiçoada a cada dia, de acordo com as sugestões, desafios e demandas, a partir da necessidade de cada setor, discutidas em reuniões rápidas no encerramento do expediente diário. Os medicamentos doados por pessoas físicas e empresas da área farmacêutica (ver Figura 1), passavam inicialmente pelo setor de Recebimento e Triagem (ver Figura 2), situados na área do bar da Faculdade de Farmácia e Diretório Acadêmico (DAFF), para controle da validade dos medicamentos e integridade das suas embalagens. Os medicamentos vencidos eram separados para posterior descarte, assim como blisters rompidos e embalagens de colírios, géis, cremes e pomadas com o lacre violado. Após a triagem, os medicamentos eram organizados por ordem alfabética, de acordo com o insumo farmacêutico ativo.

Nos primeiros dias de atuação, após essa triagem e organização inicial, os medicamentos eram registrados em planilha



Figura 1 - Recebimento de doações
Fonte: Autores (2024)

Figura 2 - Setor de recebimento e triagem de medicamentos
Fonte: Autores (2024)



Excel, seguidos de separação conforme dosagem e forma farmacêutica e organizados nas fileiras das poltronas do Anfiteatro Alfredo Leal por ordem alfabética (ver Figura 3). Os abrigos e locais que precisavam de medicamentos realizavam solicitação através de um questionário criado no Google Forms, onde deveriam constar os dados dos medicamentos que estavam sendo solicitados (nome de referência e dose), identificação do abrigo, médico ou farmacêutico responsável e registro profissional. A partir da solicitação, os medicamentos eram separados e conferidos por profissional farmacêutico. Sempre que possível, o solicitante era contatado para avaliar a possibilidade de substituição de algum item em falta. Na sequência, os medicamentos eram encaminhados

para o setor de expedição, localizado no hall de entrada externa do Anfiteatro, onde ficavam aguardando a disponibilidade de voluntários para realizar a entrega no endereço indicado na solicitação e/ou a retirada por pessoas responsáveis do próprio abrigo solicitante.

Ao longo das semanas, com o aumento do volume de doações, alguns medicamentos apresentavam um excesso de itens, o que impossibilitava manter o seu armazenamento apenas no Anfiteatro Alfredo Leal. Dessa forma, as salas de aula dos andares 4, 5, 6 e 7 foram transformadas em almoxarifado de medicamentos. Os medicamentos de uso controlado, com retenção de receita, ficavam em salas específicas, permanentemente chaveadas e com acesso restrito (Ministério da Saúde,



Figura 3 - Medicamentos organizados no Anfiteatro Alfredo Leal
Fonte: Autores (2024)

1998). Essa reorganização da unidade, com uma sistemática setorizada e processos de trabalho padronizados, permitiu um fluxo linear de medicamentos e deu origem a uma “central temporária de recebimento, armazenamento e distribuição de medicamentos doados” que abasteceu, durante o mês de maio, abrigos de Porto Alegre e região metropolitana, além de serviços de saúde de municípios do interior do Estado.

Ao longo do processo, foram identificadas falhas, necessidades e oportunidades de melhoria. Em cerca de quatro dias, as estações de trabalho foram demarcadas, prateleiras e estantes foram cedidas pelos laboratórios e setores administrativos da Faculdade de Farmácia para melhor otimização dos espaços. Na sequência, uma plataforma online “tamojuntors.com.br”, foi desenvolvida juntamente com a equipe de docentes do Curso de Farmácia da UFCSPA, permitindo a gestão e o controle do estoque de forma mais eficiente, substituindo a planilha Excel e o *Google Forms* originais. Dessa forma, foi possível a replicação do fluxo de trabalho e da ferramenta informatizada de controle da cadeia logística dos medicamentos em outros centros de abastecimento voluntários, como aquele montado na cidade de Santa Maria. Foi possível ainda apoiar as atividades do Hospital Veterinário e da Faculdade de Odontologia com o envio de medicamentos e material médico-hospitalar. Os números da ação estão descritos na Tabela 1.

Cabe mencionar que a entrega de medicamentos nas cidades metropolitanas atingidas pelas enchentes teve algumas particularidades, como uma ação conjunta com a polícia federal para facilitar o transporte via corredor humanitário, no caso das entregas para os abrigos em Canoas. No caso das entregas em Eldorado do Sul, que no primeiro momento encontrava-se completamente submersa, houve uma organização coordenada pela AFARGS, para que os medicamentos expedidos a partir da Faculdade de Farmácia chegassem aos desabrigados do município por via aérea.

Em paralelo, no abrigo da ESEFID-UFRGS, que chegou a registrar mais de 600 pessoas, criou-se um grupo de trabalho dos Cursos da Saúde da UFRGS para a prestação dos cuidados assistenciais aos desabrigados. As atividades na farmácia de dispensação do abrigo contaram com uma equipe de egressos do Curso de Farmácia da UFRGS, residentes de farmácia do HCPA e estudantes de graduação. Os atendimentos de saúde iniciaram sendo em período de 24 horas e, aos poucos, foram-se reduzindo os horários de acordo com a necessidade dos abrigados, visando a transição de cuidados para a rede municipal de saúde. A farmácia foi suprida por doações, inicialmente advindas da comunidade e logo na sequência pela Central Temporária de Recebimento, Armazenamento e Distribuição de Medicamentos Doados da Faculdade de Farmácia da UFRGS. Registrou-se

Abrigos/locais de resgate atendidos	288
Municípios atendidos (via Farmácias Municipais)	33
Número de pedidos de medicamentos realizados	1.528
Número de pedidos atendidos	1.347
Número total de itens distribuídos	799.586
- Comprimidos, cápsulas ou drágeas	770.818
- Xaropes, suspensões e soluções orais	12.057
- Canetas de insulina	522
- Outros itens	16.189

Tabela 1 - Números da ação de extensão

aproximadamente 300 itens no estoque da farmácia, com uma média de 80 dispensações por dia.

As atividades da farmácia foram realizadas na lógica interprofissional, em um espaço físico que comportou as equipes de enfermagem, medicina e farmácia. Dentre as atividades desenvolvidas, podemos citar: educação em saúde, orientação para o uso correto e racional de medicamentos, atuação no manejo clínico para a tomada de decisões em conjunto com a equipe de saúde, seleção farmacológica, dentro das disponibilidades terapêuticas, para o manejo de quadros agudos (respiratórios, gastrointestinais, dermatológicos), doenças crônicas e transtornos de saúde mental, realização de testes rápidos de gravidez, COVID-19 e Influenza, e tratamento diretamente observado para adultos e crianças, incluindo demandas da medicina e odontologia.

Considerações finais

A enchente de maio de 2024 certamente mudou a relação do município de Porto Alegre com o lago Guaíba e com as chuvas. Nesse contexto, novas experiências de aprendizagem surgiram e ficarão na história da Faculdade de Farmácia da UFRGS. Foi possível, com a colaboração dos diferentes Departamentos da Unidade e dos seus servidores técnico-administrativos, docentes e alunos, organizar, em um curto período de tempo, um serviço de recebimento, triagem, registro, armazenamento, separação e expedição de medicamentos em tempos de calamidade

pública. Este centro temporário contribuiu com a assistência farmacêutica aos desabrigados em um período de falta de medicamentos na saúde pública, sendo um modelo para outros centros a serem criados em situações de calamidade. Além disso, o centro foi uma oportunidade para alunos do curso de Farmácia vivenciarem a realidade da profissão ao lado de profissionais da área, contribuindo para a formação social e técnica de alunos de Farmácia da UFRGS e UFCSPA. O abrigo ESEFID-UFRGS também foi um espaço de aprendizagem e vivência para os alunos, residentes e professores no cuidado farmacêutico individualizado de pacientes com diversas comorbidades e nos compartilhamentos diários com os diversos profissionais da saúde. Finalmente, cabe ressaltar que, a partir destas experiências, vislumbra-se a necessidade de uma ação coordenada por diversas entidades farmacêuticas nacionais e internacionais, para que medidas sejam previamente discutidas e planejadas para os casos de crises humanitárias, como essa vivida em maio de 2024 no sul do Brasil. ◀

Referências Bibliográficas

Miglioranza, C. **Catástrofe climática prejudica a distribuição de medicamentos pelo SUS no Rio Grande do Sul.** Jornal da Universidade, Nº Extra, 28/05/2024.

Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Portaria 344, de 12 de maio de 1998. **Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.** Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html Acesso em: 16 de junho de 2024.

Secretaria de Comunicação do RS. **SOS Rio Grande do Sul. Situação dos Municípios.** Disponível em: <https://sosenchentes.rs.gov.br/situacao-nos-municipios>. Acesso em: 16 de junho de 2024.



A importância do médico veterinário e de projetos de extensão universitária no acolhimento de equinos resgatados da enchente de 2024 - Relato de experiência

Grasiela De Bastiani; Tainã Jacobsen; Gustavo Winter; Luana Karolczak; Eduardo Soares, Anelise Costa
Hospital de Clínicas Veterinárias da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (HCV/UFRGS)
e-mail: grasiela.bastiani@ufrgs.br

Resumo

O estado do Rio Grande do Sul enfrentou uma enchente histórica que afetou mais de 2,3 milhões de pessoas e resultou no resgate de quase 13 mil animais, principalmente cães e gatos. As enchentes são desastres naturais frequentes, impactando cerca de 102 milhões de pessoas anualmente, especialmente em países em desenvolvimento e grandes centros urbanos. Em 2011, o Rio Grande do Sul possuía cerca de 8% dos animais do rebanho nacional, destacando-se na equinocultura. A enchente também causou danos significativos a equinos, semelhantes ao ocorrido no furacão Harvey em 2017 no Texas, onde muitos animais desenvolveram problemas de pele devido à exposição prolongada à água. Este fenômeno, conhecido como *immersion foot syndrome* (síndrome do pé imerso), foi anteriormente observado em humanos durante a Segunda Guerra Mundial. O projeto de extensão da UFRGS atendeu 29 animais, principalmente equinos,

resgatados da enchente, destacando a importância do serviço veterinário e o papel de professores, residentes e alunos no manejo dos animais resgatados.

Palavras-chave: enchente, veterinário, animal, equino.

Abstract

The state of Rio Grande do Sul faced a historic flood that affected over 2.3 million people and resulted in the rescue of nearly 13,000 animals, mainly dogs and cats. Floods are frequent natural disasters, impacting about 102 million people annually, especially in developing countries and large urban centers. In 2011, Rio Grande do Sul accounted for about 8% of the national livestock, with a significant presence in equine culture. The flood also caused significant damage to horses, similar to the impact of Hurricane Harvey in Texas in 2017, where many animals developed skin problems due to prolonged water exposure. This phenomenon, known as "immersion foot syndrome," was previously observed in humans during World War II. The UFRGS extension project treated 29 animals, mainly horses, rescued from the flood, highlighting the importance of veterinary services and the role of professors, residents, and students in managing the rescued animals.

Keywords: flood, veterinary, animal, equine.

Introdução

O estado do Rio Grande do Sul "sobreviveu" no último mês a uma enchente histórica, que atingiu proporções jamais observadas. Se relata que, em 1941, o rio Guaíba também ultrapassou a sua cota de inundação, atingindo a população local e ocasionando prejuízos econômicos, sanitários e psicológicos para a época. O estado do Rio Grande do Sul descreve como a maior catástrofe climática da história do estado atingiu diretamente mais de 2.3 milhões de pessoas e quase 13 mil animais resgatados, sendo a sua maioria cães e gatos (dados da Defesa Civil – RS, 2024).

As enchentes são os desastres naturais com maior frequência, e afetam a vida de aproximadamente 102 milhões de pessoas a cada ano, principalmente nos países em desenvolvimento e em grandes centros urbanos, com tendência de aumento nas próximas décadas (FREITAS; XIMENES, 2012). Sendo que, a maior parte das populações expostas (95%) e dos óbitos (95%) se encontram nos países de menor renda per capita (igual ou menor que 3.705 dólares por ano) dados do International Strategy for

Disaster Reduction, (2009). Seus impactos são mais severos para determinados grupos populacionais, em espaços geográficos mais vulneráveis, seja nos países mais pobres ou mesmo nos países mais ricos, como foi demonstrado após o furacão Katrina (FREITAS; XIMENES, 2012).

Dados DDA/SEAPA relatados em 2014 demonstram uma população de 522.28 mil equinos distribuídos em 103.179 mil propriedades rurais e hotelarias. Sendo relatado na macrorregião de Porto Alegre 45 mil equinos de trabalho (Costa *et al.*, 2014). De acordo com os dados do IBGE (2013) o Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2011, possuía cerca de 8% dos 5.510.601 animais contabilizados no rebanho nacional. Este número de animais confere ao Rio Grande do Sul o segundo maior rebanho no país, ficando atrás de Minas Gerais com 787.129 animais e à frente do estado de Goiás com 426.950 animais. Além das questões de identidade cultural, que se refletem na equinocultura, como a prática de esporte e lazer, a utilização de equinos para trabalho vinculado à bovinocultura extensiva de corte faz com que o Rio Grande do Sul tenha este contingente de animais.

Em agosto de 2017 o estado do Texas vivenciou o furacão Harvey de categoria 4, ocasionando inúmeras enchentes. O custo econômico ultrapassou 125 bilhões de dólares. Inúmeros animais foram atingidos, particularmente equinos, que - como foi relatado no ocorrido em Porto Alegre e grande região - foram resgatados da água após dias de exposição, desenvolvendo severos problemas de pele em extremidades distais.

O dano à pele associado ao longo tempo de exposição à água é um fenômeno raro que já foi reportado em humanos na segunda guerra mundial. Inúmeros foram os relatos de militares com acometimento da pele em extremidades distais dos membros inferiores. O termo “*immersion foot syndrome*”, traduzido por síndrome de imersão dos pés, é utilizado para descrever a variedade de injúrias ocasionadas pela imersão prolongada na água (UNGLEY *et al.*, 2003). O dano pode ser ocasionado devido à exposição excessiva à água levando a quebra de barreiras naturais, contaminação da água, exposição a lama e temperatura da água (UNGLEY *et al.*, 2003). O termo *trench foot*, traduzido como “pés nas trincheiras”, teve sua primeira descrição reconhecida nas campanhas de guerras Napoleônicas (HALLER, 1990).

O presente trabalho visa relatar por meio do projeto de extensão intitulado “Atendimentos clínicos e cirúrgicos de equinos e ruminantes no Hospital Clínico Veterinário – UFRGS – Setor de Grandes Animais” o atendimento e acolhimento de 29 animais, sendo a sua prevalência de equinos resgatados da enchente do estado do Rio Grande Do Sul 2024 para tratamento em terapia intensiva. Além disso, o relato descreve a importância do serviço médico veterinário frente às tragédias naturais e atuação de professores, residentes e alunos no manejo dos animais resgatados.

Como foi a experiência

Foram encaminhados 27 equinos e 2 suínos para o setor de grandes animais UFRGS entre os

dias 08.05.2024 ao dia 12.06.2024 resgatados da cidade de Eldorado do Sul, Ilha da Pintada e Ilha dos Marinheiros, sendo a maioria resgatado por embarcação fluvial de pequeno porte e mantidos sob anestesia geral durante o seu transporte. Deste total, 14 fêmeas e 15 machos com peso médio para os equinos de 400 Kg e, para os suínos, de 50 Kg. Para tanto houve a participação de uma equipe de médicos veterinários professores (n=3), residentes de clínica e cirurgia de grandes animais (n=3), bolsistas de extensão remunerado (n=7), bolsistas de iniciação científica (n=3) e médicos veterinários voluntários externos (n=3).

No início tudo foi uma grande surpresa e o clima de terror foi generalizado frente ao inesperado, ou seja, não havia um treinamento prévio para receber animais traumatizados e injuriados pelas enchentes e, além disso, não se tinha ideia de quantos animais seriam encaminhados. Como por exemplo, em somente dois dias ocorreu o encaminhamento de 19 animais em condições precárias com uma equipe reduzida, pois realmente não estávamos preparados para o que estava por acontecer.

Inicialmente foram estabelecidos protocolos de estabilização hidroeletrolítica e nutrição parenteral para os animais resgatados, devido ao fato de muitos se apresentarem inapetentes, debilitados e desnutridos devido a vários dias sem acesso a alimentação e, na maioria das vezes, serem encaminhados em decúbito para o Hospital, sendo retirados do reboque com o auxílio de talas e colchões. Após o pronto atendimento os animais foram acondicionados em cocheiras de 3x3 e 3x4 abastecidas com maravalha e feno para poderem descansar. Exames clínicos sequenciais eram realizados 2 vezes ao dia, exames de hemograma completo e bioquímicos como dosagem, tempo de coagulação, aspartato amino transferase e creatinina fosfoquinase eram realizados a cada 48 a 72 horas dependendo da necessidade pelo próprio laboratório de análises clínicas da UFRGS. Além disso, foram realizados cultura, tricograma e

antibiograma da pele dos equinos acometidos com feridas.

Um grande empecilho encontrado foi a falta de cocheiras para abrigar tantos animais em recuperação e terapia intensiva, visto que o setor de clínica e cirurgia de grandes animais conta somente com 10 instalações. Para tanto, houve a instalação de 24 cocheiras móveis para o funcionamento de um hospital de equinos suplementar anexado ao estacionamento da Faculdade de Veterinária (FAVET) e realizado por meio de doação.

Como suporte de material hospitalar, tais como medicamentos e utensílios, suporte nutricional e de bem-estar dos animais, foram recebidas doações de todo o país, principalmente da cidade de São Paulo, onde ocorreu uma grande mobilização por parte de criadores e médicos veterinários. Além disso, várias empresas farmacêuticas veterinárias realizaram expressivas doações em insumos. Foram recebidos mais de 2 mil kg de ração, mais de 70 fardos de feno de tifton, 4.000 mil kg de rolos de fenos de tifton, 400 fardos de em média 20 kg de maravalha para as cocheiras, 35 capas revestidas para equinos para proteção de frio e 50 buçais e cabrestos. Além disso, insumos medicamentosos como soro para hidratação, vitaminas, anti-inflamatórios esteroidais e não esteroidais, antibióticos, mucolíticos, expectorantes e materiais para manutenção de feridas.

Todos os animais recebidos foram catalogados e todos os seus tutores foram identificados, com somente um suíno sendo destinado à adoção. O principal relato dos tutores dos animais foi a indisponibilidade de transportar os equinos de áreas

que estavam sendo alagadas, ficando os mesmos desesperados e soltando os que estavam estabulados para que pudessem se salvar. A condição sócio econômica dos tutores identificados era de pobreza a classe média baixa, permanecendo alguns em abrigos devido ao fato da perda de todos os seus bens. Todos os tutores possuíam uma ligação afetiva com seus animais e, infelizmente, chegaram a esta situação por falta de alternativas precoces de solução.

Um relato chocante foi de uma égua apelidada de “Guerreira”, que, semanas depois, foi reconhecida pelos seus tutores via divulgação em redes sociais, onde permaneceu por 10 dias trancada em uma pequena sala de um galpão industrial, apresentando-se no momento de seu resgate

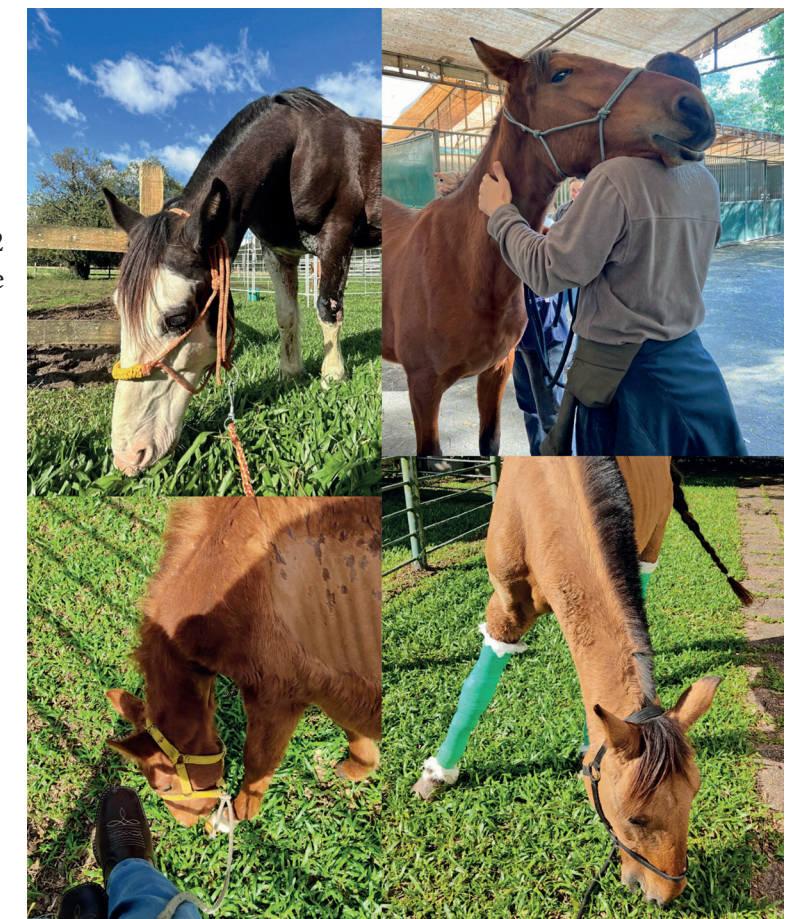


Figura 1 - Pacientes resgatados durante o período de internação. Diariamente os equinos eram retirados das baias para saídas, escovação e cuidados, visando minimizar a situação de estresse vivenciada
Fonte: autores (2024)

caquética, desidratada, com feridas extensas em membros torácicos e pélvicos e se alimentado de uma fralda utilizada de bebê. Situação comum essa verificada nas fezes dos animais onde se observava restos de sacolas plásticas; isto provavelmente retrata o desespero destes equinos por comida.

Importante salientar não somente as condições precárias de saúde e bem-estar que os animais foram encaminhados, mas, também, as condições de estresse e traumas emocionais que esses expressavam de diferentes formas, como agressividade, reatividade ao toque, espasmos dolorosos e apatia expressada por cabeça baixa, olhos profundos e lábios flácidos, que chamamos como a expressão de tristeza e dor.

A dor, tristeza, cansaço e estresse também podem ser percebidas na equipe que estava trabalhando na recuperação destes animais, muitas vezes mescladas com choro, mas que, acima de tudo, mantinha uma força motora e de esperança para a recuperação dos animais.

O tratamento fornecido aos animais pela equipe não se resumiu ao médico hospitalar, mas, também, de reabilitação de traumas com medidas de bem-estar como toque diário, limpeza dos cascos, banhos e escovação de pelos e saídas para passeios para diminuição do estresse (ver Figura 1). O envolvimento dos acadêmicos foi de fundamental importância para o sucesso na recuperação dos pacientes devido a sua entrega, espírito de responsabilidade e pertencimento. Este processo de extremo estresse frente a uma tragédia desta magnitude proporciona não somente o desenvolvimento técnico profissional no âmbito hospitalar,

mas se soma ao fato do desenvolvimento emocional do médico veterinário no processo de situações de estresse extremo e a manifestação de seu comportamento frente à crise. Os nossos acadêmicos dentro do possível se demonstraram absurdamente maduros e responsáveis em todos os 45 dias vividos do processo (ver Figura 2).

Resultados

Dos animais atendidos, 24 receberam alta médica e 5 resultaram em óbitos. Das características tratadas dos animais que receberam alta médica estavam inseridas as feridas devido a exposição excessiva à água de membros torácicos, pélvicos, virilha e peito; quadros de miopatias e



Figura 2 - Médicos veterinários residentes e alunos da graduação de Medicina Veterinária da UFRGS durante os atendimentos clínicos e rotina de internação dos pacientes resgatados
Fonte: autores (2024)

pneumonias (Gráfico 1). Em relação aos óbitos: três animais por pneumonia embólica grave e miopatias; um por diarreia severa e inanição e uma égua por grave caquexia e inanição. Todos os animais que vieram a óbito foram destinados a necropsia no setor de Patologia Veterinária – UFRGS para investigação e coleta de amostras.

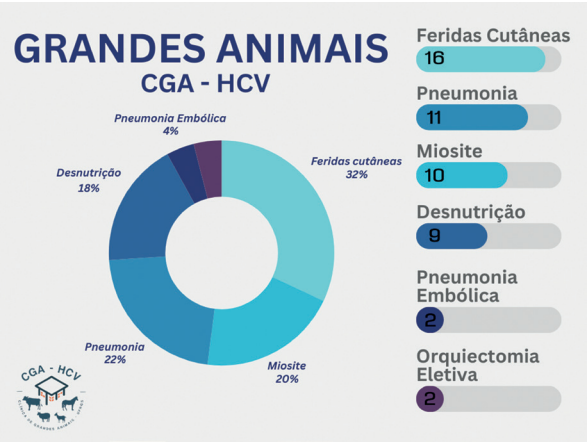


Gráfico 1 – Patologias apresentadas pelos animais resgatados das enchentes de 2024
Fonte: autores (2024)

Os animais que receberam alta médica, sendo o último no dia 20.06.2024, foram reencaminhados aos seus tutores, ficando somente um suíno para adoção.

Em relação às feridas atendidas e recuperação aos animais expostos por longos períodos a água, também intitulada de “*immersion foot syndrome*”, apresentaram as seguintes características: feridas extensas com desprendimento de pele necrótica, sendo retirada por

debridamento de membros torácicos e pélvicos, virilha, peito e saco escrotal; feridas exsudativas contaminadas; feridas necróticas. Para tanto, todas receberam tratamento baseado na literatura e amplamente descrito segundo Simpson *et al.* (2024) com cuidados básicos de higiene, debridamento de tecido necrótico e utilização de solução hipersaturada aquecida. Posterior a redução da contaminação das feridas a partir de trabalhos do Laboratório De Ortopediologia coordenado pela prof(a) Grasiela De Bastiani que, juntamente com os bolsistas de iniciação científica e pós graduandos, processaram a criopreservação do líquido amniótico equino. O líquido amniótico foi emulsionado com uma pomada à base de sulfadiazina de prata e utilizado de forma tópica nas feridas. Se observou um retardo cicatricial em 45 dias, metade do tempo esperado segundo a literatura para recuperação cutânea tecidual extensa, como foi dos casos apresentados (ver Figura 3).



Figura 3 - Evolução dos casos de feridas cutâneas (*Immersion Foot Syndrome*) dos equinos resgatados. Imagens com tempo médio de evolução de 30 a 45 dias
Fonte: autores (2024)

A cooperação e conexão de inúmeros laboratórios da FAVET resultou em conclusões clínicas significativas e futuras publicações de impacto na área de medicina veterinária. Além disso, o impacto social proporcionado é imensurável, atingindo diferentes classes sociais e conscientizando a comunidade que a Universidade possui as suas portas abertas e capacidade para acolhimento e manejo de situações graves.

Para conseguir mensurar o sentimento dos acadêmicos e residentes envolvidos em todo o processo de recuperação dos animais atendidos na Clínica de Grandes Animais – HCV – UFRGS foi realizado um questionário (12 respostas) onde foi obtido as seguintes considerações: 16.66% (n=2) da equipe foi afetada pela tragédia; 100% (n=12) acredita ter sido capaz de desenvolver as tarefas solicitadas frente aos atendimentos dos animais resgatados; 100% (n=12) acredita que ocorreu um amadurecimento profissional após a vivência; 91,7% (n=11) acredita ter aprendido, praticado e acompanhado novas técnicas profissionais; 100% (n=11) acredita que o médico veterinário teve um papel importante na tragédia. Em relação a dedicação semanal dos acadêmicos e residentes envolvidos aos atendimentos dos animais resgatados: 8.3% (n=1) dedicou 10 horas semanais; 33.3%

(n=4) dedicou 20 horas semanais; 25% (n=3) dedicou 30 horas semanais; 8.3% (n=1) dedicou 40 horas semanais e 25% (n=3) dedicou 60 horas semanais.

Considerações finais

A atuação do médico veterinário e a condução no recebimento e tratamento de animais resgatados de tragédias naturais foi fundamental para a recuperação desses. Associada a estas primícias do projetos de extensão, que viabilizam a participação de acadêmicos, pós-graduandos e projetos de pesquisa, foram de suma importância para a formação de uma equipe e manejo do processo. A Universidade demonstra seu potencial em gerenciar catástrofes devido às suas bases bem consolidadas como o ensino, extensão e a pesquisa. ◀

Referências Bibliográficas

- Freitas, C. M.; Ximenes, E. F. **Enchentes e saúde pública - uma questão na literatura científica recente das causas, consequências e respostas para prevenção e mitigação.** Revisão. Ciência e Saúde Coletiva, v.17, n.6, p. 1601-1615, 2012.
- Costa, E.; Diehl, G. N.; Santos, D. V.; Silva, A. P. S. P. **Panorama da Equinocultura no Rio Grande do Sul.** Informativo Técnico Nº5/Ano 05 – maio de 2014.
- International Strategy for Disaster Reduction (ISDR). **Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction - Risk and poverty in a changing climate Invest today for a safer tomorrow.** Geneva: United Nations, 2009.
- Ungley, C. C.; Channell, G. D.; Richards, R. L. **The Immersion Foot Syndrome.** Wilderness and Environmental Medicine, v. 14, p. 135-141, 2003.
- Haller, J. S. Jr. **Trench foot-A study in military-medical responsiveness in the Great War, 1914-1918.** West Journal Medicine, v. 152, p. 729-733, 1990.
- Simpson, M.; Hendrickson, D. A.; Hyatt, D. R.; Rao, S. **Comparison of In Vitro Bacterial Susceptibility to Common and Novel Equine Wound Care Dressings.** Animals, v.14, n.5, p.776, 2024.



Projeto de promoção de saúde de mulheres em abrigos atendidos pela FAMED-HCPA

Vinicius Barreto Nolibos; Leonardo Jun Cervera Sei; Rodrigo Pirih Pecoits; Adriani Oliveira Galão; Cristiane Bauermann Leitão; Tiago Severo Garcia; Tatiana Helena Rech
Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAMED/UFRGS)
e-mail: threch@hcpa.edu.br

introdução

O câncer de mama é a neoplasia mais frequentemente encontrada em mulheres no Brasil, excluídos os casos de câncer de pele não melanoma. Em 2014, 14.622 óbitos foram atribuídos a neoplasias malignas de mama (MIGOWSKI *et al.*, 2018). As estimativas do Instituto Nacional

de Câncer (INCA) para o triênio de 2023 a 2025 apontam que ocorrerão 74 mil novos casos da doença no Brasil. A mamografia é um exame de imagem utilizado para detectar precocemente o câncer de mama, sendo amplamente recomendada como uma ferramenta de rastreio populacional (SCHÜNEMANN *et al.*, 2019).

A mamografia desempenha um papel crucial na identificação de lesões menores e não palpáveis, permitindo um diagnóstico precoce do câncer de mama e, conseqüentemente, aumentando as chances de tratamento bem-sucedido. No Brasil, conforme as Diretrizes para a Detecção Precoce do Câncer de Mama, a mamografia é o único exame cuja aplicação em programas de rastreamento apresenta eficácia comprovada na redução da mortalidade. A indicação para a realização de mamografias em mulheres assintomáticas varia conforme as diretrizes de saúde pública de cada país. No entanto, há um consenso maior quanto aos benefícios do rastreamento na faixa etária entre 50 e 69 anos, sendo recomendada a realização do exame a cada dois anos nesse grupo específico, como política de saúde pública (CANELO-AYBAR *et al.*, 2021).

No entanto, muitas mulheres enfrentam limitações de acesso ao sistema de saúde, o que resulta em atrasos no rastreamento para câncer de mama (MIGOWSKI *et al.*, 2018). Neste momento em que a população está recebendo atendimento integral à saúde, com assistência médica voluntária em abrigos, surge uma oportunidade para dar atenção a esta importante estratégia da saúde da mulher. Nesse contexto, o objetivo principal desta iniciativa de extensão foi implementar um programa voltado para promover a saúde pública de mulheres vítimas diretas ou indiretas dos eventos extremos de cheia do Rio Grande do Sul, a fim de identificar mulheres que não estivessem com o rastreamento de câncer de mama em dia, fornecendo encaminhamento e suporte para a realização de mamografias. O objetivo secundário foi promover educação em saúde, explicando a importância do rastreamento periódico do câncer de mama. Para alcançar esses objetivos, os extensionistas organizaram

a busca ativa por mulheres entre 50 e 69 anos sem rastreamento em dia, atendidas nos abrigos supervisionados pela FAMED-UFRGS, que incluíram os seguintes abrigos: Grêmio Náutico União (GNU), Colégio Marista Rosário, Associação de Pais e Mestres do Colégio Marista Rosário (APAMECOR) e Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da UFRGS (ESEFID). Após explicar a importância do rastreamento regular do câncer de mama a cada dois anos (educação em saúde), as pacientes foram orientadas a realizar a mamografia, sendo encaminhadas para a Clínica Beira-Rio, em Porto Alegre, para realizar os exames. Vale ressaltar que a realização das mamografias foi uma doação destinada às vítimas da enchente.

Na segunda fase do estudo, após finalizado o prazo para a realização dos exames, a equipe de extensão entrará em contato com as pacientes por telefone, a fim de revisar os laudos das



Figura 1 - Posto médico no abrigo do Grêmio Náutico União (GNU) supervisionado pela FAMED-HCPA



Figura 2 - Acadêmico de Medicina da FAMED-UFRGS realizando encaminhamento para a realização de mamografia no posto médico da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da UFRGS (ESEFID)

mamografias e fornecer orientações, incluindo encaminhamentos ao sistema de saúde, caso sejam identificadas lesões que necessitem de investigação complementar. Essa abordagem visa garantir um acompanhamento eficaz a todas as mulheres envolvidas no programa.

Um total estimado de 903 pessoas estiveram alojadas nos abrigos supervisionados pela FAMED-HCPA. No início do estudo, o abrigo do

Colégio Marista Rosário, com 230 pessoas, já havia sido fechado. No abrigo do GNU, identificou-se um número máximo de 295 abrigados, incluindo 13 mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos, das quais sete não estavam com o rastreamento atualizado. A APAMECOR alojou 128 pessoas, com apenas duas mulheres nessa faixa etária, ambas com exames desatualizados. No abrigo da ESEFID, que chegou a ter 600 abrigados, havia 250 pessoas no momento do estudo, incluindo 23 mulheres na faixa etária alvo, das quais 13 não tinham mamografia recente. As 22 mulheres identificadas no rastreamento receberam orientações quanto à necessidade de mamografia periódica, bem como, pedido de mamografia e foram encaminhadas à Clínica Beira Rio, para realizar o exame dentro de um prazo estipulado de 60 dias.

Além delas, duas mulheres não aceitaram o encaminhamento. No momento deste relato, cinco mulheres já realizaram seus exames, mas ainda não dispomos dos resultados.

Durante a catástrofe climática do RS, que levou milhares de pessoas a abrigos temporários, identificamos uma oportunidade única para promover uma ação de saúde da mulher. Colocando em dia o rastreamento do câncer de mama das vítimas das enchentes, foi possível contribuir de maneira efetiva nesse importante problema de saúde pública do nosso país. ◀

Referências Bibliográficas

- A Migowski, A.; Silva, G. A. E.; Dias, M. B. K.; Diz, M. D. P. E.; Sant'Ana, D. R.; Nadanovsky, P. **Guidelines for early detection of breast cancer in Brazil. II - New national recommendations, main evidence, and controversies.** Caderno de Saúde Pública, 2018, Jun. 21;34(6):e00074817.
- Schünemann, H. J.; Lerda, D.; Quinn, C.; Follmann, M.; Alonso-Coello, P.; Rossi, P. G.; Lebeau, A.; Nyström, L.; Broeders, M.; Ioannidou-Mouzaka, L.; Duffy, S. W.; Borisch, B.; Fitzpatrick, P.; Hofvind, S.; Castells, X.; Giordano, L.; Canelo-Aybar, C.; Warman, S.; Mansel, R.; Sardanelli, F.; Parmelli, E.; Gräwingholt, A.; Saz-Parkinson, Z. **European Commission Initiative on Breast Cancer (ECIBC) Contributor Group. Breast Cancer Screening and Diagnosis: A Synopsis of the European Breast Guidelines.** Ann. Intern. Med., 2020, Jan. 7;172(1):46-56.
- Canelo-Aybar, C.; Ferreira, D. S.; Ballesteros, M.; Posso, M.; Montero, N.; Solà, I.; Saz-Parkinson, Z.; Lerda, D.; Rossi, P. G.; Duffy, S. W.; Follmann, M.; Gräwingholt, A.; Alonso-Coello, P. **Benefits and harms of breast cancer mammography screening for women at average risk of breast cancer: A systematic review for the European Commission Initiative on Breast Cancer.** J. Med. Screen., 2021, Dec. 28(4):389-404.

Estudante, publique seu artigo!

Revista da Extensão

↪ A chamada de artigos é aberta, com fluxo contínuo

Colega estudante, divulgue o seu protagonismo estudantil nas ações extensionistas de interação e integração entre a universidade e a sociedade. Converse com o coordenador da sua atividade de extensão.

Envie seu artigo para a Revista da Extensão, gostaríamos de publicá-lo!



Consulte as normas para submissão de artigos



E podemos fazer um artigo da nossa prática extensionista para publicar na Revista da Extensão da UFRGS!

A Revista da Extensão é uma publicação da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que tem como propósito veicular e difundir atividades de extensão, não apenas desta universidade mas também de outras instituições do Brasil e do exterior. Ao constituir-se como espaço de trocas, contribui para o fortalecimento e a valorização dos diferentes saberes, ampliando o diálogo sobre a extensão universitária e enfatizando o seu papel fundamental na formação discente e docente. Acompanhando a tendência das principais publicações brasileiras sobre extensão universitária, a Revista da Extensão da UFRGS é publicada em versão impressa e eletrônica, de livre acesso ao seu conteúdo, seguindo o princípio de democratização do conhecimento.

A seleção dos artigos para publicação tem como parâmetro a sua contribuição à extensão universitária, segundo as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (Resolução 07/2018 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do MEC), observando o processo educativo, cultural e científico que articula, amplia, desenvolve e realimenta o ensino e a pesquisa, propiciando a interdisciplinaridade e viabilizando a relação transformadora entre Universidade e sociedade. Este contato, que visa ao desenvolvimento mútuo e estabelece a troca de saberes, tem como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com as realidades nacional e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva de comunidades na atuação da Universidade. Constituem pontos fundamentais do artigo também a originalidade do tema ou o tratamento dado ao assunto, a consistência teórica e a qualidade do texto.

Normas para Submissão de Artigo

A Revista da Extensão aceita para publicação artigos que apresentem textos inéditos frutos de atividades ou reflexões relativas à extensão universitária, caracterizando-se como contribuição ao conhecimento sobre o tema.

Há dois formatos de artigo segundo seu tamanho: (1) artigo completo (corpo do texto com 15.000 a 25.000 caracteres) e (2) artigo curto - resumo estendido (corpo do texto com 2.500 a 5.000 caracteres). Os artigos devem contemplar aspectos formais que indiquem introdução, fundamentação teórico-metodológica, resultados, considerações finais e referências bibliográficas (artigo completo - máximo 8, e resumo estendido - máximo 3).

Formato do manuscrito (para ambos, artigo completo e resumo estendido):

1. Manuscrito: deve ser submetido em formato PDF.
2. Autores: todos os autores e suas filiações devem ser cuidadosamente inseridos no momento da submissão pois são informações utilizadas automaticamente pelo sistema de publicação eletrônica.
3. Figuras, tabelas e quadros serão tratados como imagem, devendo estar legendadas, com fonte/créditos do autor, e indicadas no corpo do texto.
4. Os artigos aceitos serão, posteriormente, solicitados em formato de texto editável (.doc, .docx, .rtf, .txt,...). Imagens (fotos, figuras, tabelas, quadros, ...) deverão ser enviadas em formato JPG com resolução mínima de 300 DPI, e intituladas de forma a facilitar a sua identificação (ex., Figura 1, Tabela 2, ...).

Complemento do formato do manuscrito (artigo completo):

1. Resumo: deve conter entre 750 e 1.050 caracteres em Português, e estar também em uma das línguas estrangeiras Espanhol ou Inglês.
2. Corpo do texto: deve conter entre 15.000 e 25.000 caracteres, em Português.
3. Imagens: o artigo deve conter de 3 a 5 imagens.

Complemento do formato do manuscrito (artigo curto - resumo estendido):

1. Resumo: não há.
2. Corpo do texto: deve conter entre 2.500 e 5.000 caracteres, em Português.
3. Imagens: o artigo deve conter de 1 a 3 imagens.



Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.



Acesse a versão digital da Revista da Extensão em www.revistadaextensao.ufrgs.br

Acesso também disponível no portal de periódicos SEER UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos André Bulhões Mendes

Vice-Reitora

Patrícia Helena Lucas Pranke

Pró-Reitor de Extensão

Eduardo Cardoso

Vice-Pró-Reitor de Extensão

Jean Felipe Rossato

Revista da Extensão n. 29

Porto Alegre, setembro de 2024

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Editor

Renato Perez Ribas

Editor Adjunto

Vicente Fernandes Dutra Fonseca

Projeto gráfico e diagramação

Paulo Baldo

Revisão

Nicole Maciel dos Passos

Conselho Editorial Revista da Extensão

Eduardo Cardoso (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Fernando Arthur de Freitas Neves (Universidade Federal do Pará)
Geraldo Ceni Coelho (Universidade Federal da Fronteira Sul)
Gustavo Menéndez (Universidad Nacional del Litoral - Argentina)
João Cesar Netto (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
José Antônio dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Luciane Noal Calil (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Monica Bussetti (Universidad Nacional de San Luis - Argentina)
Paulo Henrique Caetano (Universidade Federal de São João Del Rey)
Polliane Trevisan Nunes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Revista da Extensão



A Extensão vista de perto

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Paulo Gama, 110, 5º andar, Bairro Farroupilha
CEP 90040-060 - Porto Alegre / RS
(51) 3308 3379

www.proext.ufrgs.br
www.revistadaextensao.ufrgs.br
revistadaextensao@proext.ufrgs.br